



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 063

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE JUNHO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PTB** - 02: Ailton Araújo - Carlos Simões; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 02: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto.

DIÁRIO Nº 063**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão Ordinária	03
Expediente:	
Indicação	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	09
Grande Expediente (Homenagem aos 20 anos de Fundação da CASLA):	
Proponente:	
Dep. Luciana Rafagnin.....	15
Presidente da CASLA:	
Sra. Gladys R. S. Sanches	16
Pequeno Expediente:	
Dep. Tadeu Veneri.....	17
Dep. Elza Correia.....	18
Dep. Neivo Beraldin	19
Dep. José Domingos Scarpellini....	21
Dep. Natálio Stica	22
Horário das Lideranças:	
Liderança do PDT:	
Dep. Neivo Beraldin.....	19
Liderança do PFL:	
Dep. Elio Rusch	23
Liderança do PSDB:	
Dep. Valdir Rossoni	24
Liderança do PMDB:	
Dep. Antonio Anibelli.....	26
Liderança do Governo:	
Dep. Rafael Greca	27
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	29
Discussão / Votação:	
1ª Discussão (Votação em)	29
Redação Final.....	29
1ª Discussão	30
Requerimentos	66
Encerramento da Sessão Ordinária.....	69
Publicações:	
Diretoria Geral:	

Despacho do Sr. Diretor Geral...	69
Atas de Comissões:	
Comissão de Tom. de Contas.....	69
Comissão de Redação	70
Programa de Demissão Voluntária:	
Pedido de Adesão	70

062ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 062ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE JUNHO DE 2005**

*(segunda-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Alexandre Curi e Padre Paulo Campos.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (44). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Miltinho Pupio, Nelson Justus e Plauto Miró Guimarães (09); e em viagem representativa o Sr. Deputado Ratinho Júnior (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão Ordinária:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Indicação**

INDICAÇÃO Nº 030/2005

O Deputado Estadual abaixo-assinado dirige-se a esta Casa de Leis para sugerir a criação do Vale-Lazer no âmbito do Estado do Paraná, conforme o disposto:

1. O Vale-Lazer, instrumento facilitador da participação da comunidade em atividades esportivas, culturais e de entretenimento em geral e incentivador da arrecadação tributária, consiste em valor obtido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o total de notas fiscais apresentadas por contribuintes, relativas a compras efetuadas no Estado do Paraná e resgatadas pelo Governo do Estado do Paraná.

2. O Poder Executivo indicará o órgão ou órgãos que centralizarão a troca de notas fiscais por Vales-Lazer no percentual estipulado no *caput* do item 1, podendo firmar convênios com instituições financeiras para consecução desse objetivo.

3. O contribuinte, de posse dos Vale-Lazer, poderá trocá-los por ingressos nas bilheterias de qualquer evento de caráter esportivo, cultural e de entretenimento em geral, dentro do Estado do Paraná. Os eventos objetos da presente Indicação compreendem os seguintes:

- 3.1 - teatrais;
- 3.2 - cinematográficos;
- 3.3 - esportivos, compreendendo todas as modalidades de esporte;
- 3.4 - circenses;
- 3.5 - espetáculos musicais ou congêneres.

4. Os produtores e organizadores de eventos ficam obrigados a receber o Vale-Lazer e efetuar a troca do mesmo pelo ingresso pleiteado.

5. O Poder Executivo, através de órgão previamente indicado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação do interessado, efetuará o ressarcimento aos

produtores e organizadores de eventos do valor dos Vales-Lazer recebidos pelos mesmos.

6. É proibida a utilização da Vale-Lazer, em atividades ou eventos estranhos aos que determina o item 3 da presente indicação.

7. O Poder Executivo regulamentará a lei no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em questão objetiva facilitar o acesso da população em geral aos eventos e atividades esportivas, culturais e de entretenimento no Estado do Paraná. Todos ganham com a implantação do Vale-Lazer. O povo, por ter oportunidade de assistir a esses eventos; o governo, pelo aumento da arrecadação; e os organizadores e produtores que terão os estádios, palcos, salas e arenas, lotados na apresentação de seus espetáculos, com a devida democratização desses espaços.

Esta iniciativa, para a qual peço voto de meus pares, já é lei nos Estados de Pernambuco e Rio de Janeiro com o maior sucesso, notadamente no Campeonato Estadual de Futebol. Os estádios ficaram cheios, criando uma motivação para a disputa e aumentando a arrecadação dos clubes e do Estado. Enfim, todos ganham com a aprovação do projeto em tela: poder público, comunidade e produtores de espetáculos.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1894

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões, da votação do Projeto de Lei nº 125/2005, de minha autoria, item 01, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1910

Senhor Presidente:

Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Tadeu Veneri, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no artigo 207 do Regimento Interno, REQUER, após aprovação do douto Plenário, votação em Plenário da Emenda nº 24, apresentada ao Projeto de Lei nº 189/2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Sala das Sessões, em 20.06.2005/

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Mauro Moraes, Valdir Rossoni, André Vargas, Natálio Stica, Luciana Rafagnin, Padre Paulo Campos, Elio Rusch, Neivo Beraldin, Durval

Amaral, Ailton Araújo, Chico Noroeste, Luiz Nishimori, Arlete Caramês, Waldir Leite, Hermes Fonseca, Augustinho Zucchi e Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

Paradoxalmente a Comissão de Finanças acatou a Emenda nº 4, que inclui o turismo como ação da Administração Pública Estadual, porém rejeitou a presente emenda, que incluía saúde pública como prioridade.

REQUERIMENTO Nº 1911

Senhor Presidente:

Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Tadeu Veneri, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no artigo 207 do Regimento Interno, REQUER, após aprovação do douto Plenário, votação em Plenário da Emenda nº 25, apresentada ao Projeto de Lei nº 189/2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Sala das Sessões, em 20.06.2005

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Mauro Moraes, André Vargas, Luciana Rafagnin, Augustinho Zucchi, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Elio Rusch, Neivo Beraldin, Durval Amaral, Ailton Araújo, Chico Noroeste, Luiz Nishimori, Arlete Caramês, Waldir Leite, Hermes Fonseca, Augustinho Zucchi e Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Finanças acatou a Emenda nº 2, onde se assegura um mínimo de 13% das receitas para pagamento de ações de serviço de saúde, sob argumento de que estaria de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000. Na verdade o limite mínimo assegurado para o próximo ano continua sendo de 12%. De nada adianta elevar o percentual se não se limitar os gastos que podem ser contabilizados como gastos com saúde.

Com a presente emenda não se está especificando receitas e despesas, porém, conceituando o que são despesas de ação de serviços da saúde.

REQUERIMENTO Nº 1912

Senhor Presidente:

Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Tadeu Veneri, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no artigo 207 do Regimento Interno, REQUER, após aprovação do douto Plenário, votação em Plenário da Emenda nº 22, apresentada ao Projeto de Lei nº 189/2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Sala das Sessões, em 20.06.2005

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Mauro Moraes, André Vargas, Luciana Rafagnin, Natálio Stica, Chico Noroeste, Elio Rusch,

Luiz Nishimori, Pedro Ivo Ilkiv, Valdir Rossoni, Padre Paulo Campos, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Neivo Beraldin, Arlete Caramês, Elton Carlos Welter, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Orçamento rejeitou a presente emenda. No entanto acatou a Emenda nº 06 que acresce parágrafo 3º ao artigo 38 da presente LDO, onde o texto utiliza o verbo “poderá”, em lugar de determinar impositivamente a realização do reajuste requerido.

Evidentemente o referido reajuste que se pretende assegurar está sujeito aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

REQUERIMENTO Nº 1888

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização do Plenário para se deslocar ao Município de Londrina, no próximo dia 23 de junho, para comparecer à Audiência Pública, sobre organização do Núcleo das Farmácias de Manipulação de Londrina.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1915

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 35 do Regimento Interno, a constituição de uma Comissão Especial de Investigação - CEI, para investigar os graves problemas relacionados com os caça-níqueis e jogos de azar, composta por 07 (sete) membros e com duração de 120 dias.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1889

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último domingo, do Sr. Rafael Brilha Filho, com 72 anos, casado, com a Sra. Leonor Brilha, deixando um filho e dois netos.

Rafael Brilha Filho, conhecido por Mairiporã, foi um grande jogador de futebol. Atuou com sucesso no São Paulo F.C., Comercial e Botafogo de Ribeirão Preto e, finalmente, nos anos de 1961 a 1965, no Apucarana.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Endereço: Renê Camargo nº 1169, Centro, Apucarana-Paraná.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1890

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, do Sr. Marcos Augusto Caliman, 25 anos, estudante. Faleceu neste domingo, às 2 horas da manhã.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Endereço: Rua Hermes da Fonseca nº s/n, Apucarana-Paraná.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1891

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido na última quinta-feira, da Sra. Marineide Trizoti, com 36 anos, Vereadora de Cruzmaltina.

Marineide Trizoti era uma pessoa querida de todos e nos chocou profundamente sua morte de forma tão brusca, vítima de queimaduras.

É uma grande perda para Cruzmaltina e para todo o Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada, bem como à Câmara de Cruzmaltina e ao Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1896

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de profundo pesar à família da Vereadora Marineide Trizoti, morta no último dia 16 de junho, na cidade de Curitiba.

O presente voto justifica-se em função do destacado trabalho da Vereadora, bem como, sua contribuição para o desenvolvimento do Município de Cruzmaltina. O voto torna-se, portanto, um reconhecimento pelos relevantes serviços prestados pela Vereadora ao Município.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1881

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de congratulações ao Dr.

João Caputo e Oliveira, pelos relevantes serviços prestados a toda comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 1882

Senhor Presidente:

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de congratulações pelo 50º aniversário de fundação do Município de Umuarama.

Nestes termos, pede deferimento, enviando cópia ao Prefeito Municipal no endereço Av. Rio Branco, 3717 CEP 87.501-130 Umuarama-PR.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Umuarama, fundada em 26 de junho de 1955, desempenha um papel importante entre as cidades brasileiras. Tem uma população estimada em 104 mil pessoas e sua área territorial é de 1.375,75 km.

Tem a segunda maior bacia leiteira do Estado; é capital da pecuária de corte com o maior rebanho bovino do Estado (1,5 milhão de cabeças) e cidade em pleno desenvolvimento industrial, especialmente nos setores de confecção, moveleiro, metalurgia, artefatos de madeira, couro, cimento e pedras ornamentais.

A “Capital da Amizade” atrai gente de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraguai, São Paulo e outros Estados. Está a 120 quilômetros da fronteira com o Paraguai (Guaíra-Salto del Guayrá).

A Assembléia Legislativa, por intermédio desta Deputada, cumpre o dever de homenagear esse Município pela sua história e tradição.

REQUERIMENTO Nº 1909

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de votos de congratulações ao alpinista Waldemar Niclevicz, pela segunda escalada do Everest, e que seja remetida cópia desta moção ao atleta.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Primeiro brasileiro a escalar o Everest, Waldemar Niclevicz, nasceu em Foz do Iguaçu PR, em 1966. É o primeiro e único brasileiro a escalar o K2, considerada a montanha mais difícil do mundo, bem como Os Sete Cumes (a maior montanha de cada um dos continentes). Tornou o Brasil o primeiro país da América Latina a conquistar a maior torre de granito do mundo, a Trango Tower, e já escalou seis montanhas com mais de oito mil metros.

Em 2005 escalou novamente o Everest, em comemoração ao aniversário dos dez anos da primeira con-

quista, tornando-se um dos raros alpinistas a escalar a maior montanha do mundo pelos dois lados, Nepal e Tibet.

Para Foz do Iguaçu é um orgulho ter um de seus filhos honrando e destacando o nome de Foz do Iguaçu no Brasil e no mundo.

Desta forma não poderíamos deixar de registrar o nosso reconhecimento e formular esta homenagem por mais esta inesquecível conquista.

REQUERIMENTO Nº 1906

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Belarmino Concatto, pelos seus relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1908

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia (APACN) na pessoa da Presidente Mariza Del Claro e Funcionários, pelo seus relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1907

Senhor Presidente:

O Deputado que presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa a Carmen Lúcia Mickosz Ravedutti, pelo excelente trabalho desenvolvido através de sua empresa (COM - Ciência Treinamento e Consultoria) à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1892

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, moção de apoio, à reivindicação dos servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, da efetivação, em caráter emergencial, da Gratificação Específica de Atividade Técnico-Administrativa Agropecuária - GEATTA, a título de adiantamento à criação da carreira específica.

Requeremos, que após deliberação do Plenário, seja enviado a moção de apoio aos Exmos. Srs. Presidente da República, Chefe da Casa Civil, Ministro de Estado do Planejamento e Ministro de Estado da Fazenda.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1898

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o soberano Plenário, seja aprovada moção de apoio à luta dos trabalhadores da Previdência e a busca por uma solução negociada que resolva o impasse.

Entendemos também como preocupante a decisão do Juiz da 6ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, estabelecendo aplicação da multa diária de R\$100,00 (cem reais) para cada servidor, o que configura uma clara intervenção na organização dos trabalhadores e das suas organizações.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a)TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1903

Senhor Presidente:

O Deputado que presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, moção de apoio, à justa reivindicação dos servidores do Instituto Agrônomo do Estado do Paraná - IAPAR, que estão preocupados com o possível desmantelamento do Instituto e sugerem que o Poder Executivo tome decisões urgentes para a sua revitalização. Lembramos que o Instituto Agrônomo do Estado do Paraná representa uma grande força para o desenvolvimento rural do Estado do Paraná.

Requeremos, que após deliberação do Plenário, seja enviado a moção de apoio à Comissão de Servidores do IAPAR.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1883

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Dr. Jaber Makul Hannah Saadi, Superintendente da Polícia Federal no Estado do Paraná, solicitando a instalação de uma Delegacia de Polícia Federal, na cidade de Umuarama.

Nestes termos pede deferimento, solicitando envio de cópia ao Superintendente no endereço: Rua Ubaldino do Amaral, 321, Alto da Glória, Curitiba / PR; e ao Prefeito Municipal de Umuarama, Luiz Renato Ribeiro de

Azevedo, no endereço: Avenida Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130 - Umuarama / PR.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Umuarama é uma cidade jovem, conhecida como a Capital da Amizade, que completará, em 2005, cinquenta anos de fundação, abrigando hoje aproximadamente cem mil habitantes, sendo 92% deles na zona urbana.

Possui o perfil de uma cidade de médio porte, com expressivo crescimento vertical, firmando-se como centro universitário, e também pela implementação da atividade agrícola e pecuária. É cidade-pólo da região da AMERÍOS - Associação dos Municípios Entre Rios, que integra 32 municípios. Geograficamente, Umuarama é localizada na região Noroeste do Paraná, sendo servida pela rodovia estadual PR-323 e a rodovia federal BR-272, com ligação para o Paraguai via Guaíra e Mato Grosso do Sul.

A proximidade com a fronteira do Paraguai coloca Umuarama num corredor de passagem das drogas e contrabando e, também, num ponto de venda importante para o tráfico, principalmente se considerarmos a população jovem da cidade. Entretanto, não existe na cidade um aparelhamento adequado com uma estrutura de Polícia Federal que é a instituição mais adequada e preparada para atuar no combate do tráfico de drogas. A instalação da Polícia Federal no Município contribuiria consideravelmente para maior agilidade no andamento dos processos em Umuarama e região.

REQUERIMENTO Nº 1884

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando providências para a instalação de uma Delegacia de Polícia de Defesa dos Direitos da Mulher, no Município de Apucarana.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, no endereço: Edifício Caetano Munhoz da Rocha, Centro Cívico - CEP 80530-913, Curitiba / PR; e à Câmara Municipal de Apucarana - Vereador Sebastião Ferreira Martins Júnior, no endereço: Centro Cívico José de Oliveira Rosa, s/n - CEP 86802-970 - Apucarana / PR.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Apucarana e seus municípios conclamam a instalação de uma Delegacia da Mulher, dando-lhes desta forma oportunidade maior para os reclames, quando vítimas de violência e de outras formas de discriminação.

O crescimento da violência é uma realidade sentida principalmente nos grandes e médios centros urba-

nos do País. Os dados evidenciam a importância de tema e coloca em pauta a necessidade da organização de serviços e fluxos sistematizados para atenção global, considerando as diferentes demandas pertinentes à saúde, proteção social e jurídica.

As mulheres ainda não romperam com o medo, a vergonha e o preconceito de ir a polícia denunciar o seu agressor e com a existência da Delegacia da Mulher, temos plena convicção que isto mudará, daí a importância de sua instalação.

REQUERIMENTO Nº 1893

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao BNDES/FINAME, solicitando providências que entendemos fundamentais para a resolução dos problemas enfrentados pelos produtores rurais dos Municípios da Microrregião Doze, atendendo solicitação do Vereador Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1895

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, solicitando o envio, antes da votação do Projeto de Lei nº 232/2005, do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), da área prioritária (Foz do Iguaçu e região), que impede (segundo o relator do projeto) que os outros municípios sejam beneficiados, mesmo pertencentes ao corredor turístico: Campina Grande do Sul, Irati, Foz do Iguaçu, Curitiba e região que haviam sido contempladas anteriormente e foram retiradas do referido.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1904

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, apresentando o apoio desta Casa de Leis para a aprovação de emenda ao Orçamento, direcionado à EMBRAPA, visando contemplar um reajuste capaz de repor suas perdas no período.

Lembramos que a EMBRAPA é a maior empresa pública de pesquisa agropecuária tropical do mundo, imprescindível para quem pense séria e estrategicamente o Brasil, desejando-o autodeterminado.

Requer que, após deliberação do Plenário, seja enviada cópia do requerimento à Seção Sindical Florestas

do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário - SINPAF, através da Sra. Marta de Fátima Vencato, Presidente da Seção.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1905

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando estudos para a implantação de um trevo de acesso no trecho que liga a Comunidade de Linha Cacic à BR-277.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A implantação desse trevo é de suma importância para a Comunidade de Linha Cacic, uma vez que esta margeia a BR-277, com unidades residenciais e industriais de ambos os lados, bem como escolas, igreja e as pessoas que ali transitam estão expostas, constantemente, ao perigo e riscos de acidentes.

REQUERIMENTO Nº 1914

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná, solicitando informações sobre o cumprimento do limite legal e orçamentário, estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado e na Lei orçamentária:

a) qual o total das despesas efetivamente realizadas, nos exercícios de 2002, 2003 e 2004, qual o limite estabelecido em cada um dos anos, se essa despesa ultrapassou o limite e em quanto?

b) Em havendo descumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, quais foram as providências legais tomadas pela Procuradoria de Justiça?

c) Em havendo ação judicial ajuizada, qual o andamento da mesma?

d) Qual o total da despesa com pessoal em encargo social do Ministério Público em 2002, 2003, 2004 e até 31 de maio do ano em curso?

e) Qual o número e o total gasto com os funcionários do Ministério Público nos anos de 2002, 2003 e 2004 e no presente exercício até 31 de maio último, especificando o número de Promotores?

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1886

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado pelo Paraná que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que

dirija ao Sr. Governador do Estado, e à Presidência da COPEL, o seguinte pedido de informações:

1. É verdade que o controle da operação do sistema elétrico do Paraná será obrigatoriamente transferido para um ente privado chamado ONS - Operador Nacional do Sistema-, com sede na cidade de Florianópolis, em SC, a partir de janeiro de 2006?

2. Não há risco e temor de colapso prolongado, ou da má operação no fornecimento de energia ao Paraná e aos paranaenses neste caso?

3. É verdade que o mesmo entre ONS passará a controlar a operação hidráulica do Rio Iguaçu, à distância, por meios cibernéticos, sem a participação da COPEL que tão bem conhece o nosso rio, suas cinco usinas (três da COPEL e duas da Tractbel), mais as usinas dos outros rios daquela bacia?

4. Não há risco e temor de desastres, danos às instalações das usinas, ou catástrofes possíveis provocadas por má operação advinda do desconhecimento do Rio Iguaçu?

5. Não é melhor que a COPEL, com notável tradição de bons serviços de operação hidráulica continue operando o Rio Iguaçu?

Há possibilidade institucional, dentro das leis vigentes, de a COPEL manter suas prerrogativas, sem que este entre ONS as usurpe, retirando-as do nosso Estado do Paraná?

6. Sendo o ONS um ente privado haverá custos para a COPEL, e seus consumidores de energia, com a nova operação, em instalações à distância?

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Este Deputado preocupa-se com a transferência de responsabilidades de uma área de excelência internacionalmente reconhecida, orgulho da nossa terra e da nossa gente, para um operador nacional do sistema longínquo e fora do nosso território e controle.

O sistema paranaense com Foz do Areia, Segredo, Salto Caxias, Salto Santiago e Salto Osório, no Rio Iguaçu - mais as outras usinas, como Santa Clara e Fundão, em rios afluentes, como o Rio Jordão, hoje é operado pela COPEL.

O Paraná, enquanto Estado da Federação Brasileira, dispondo ainda de empresa estatal de energia - mantida não sem luta popular -, pode e deve permanecer controlando sua operação elétrica.

Afinal, se “a COPEL é nossa”, não tem sentido transferir o controle da operação elétrica para SC, pois no caso do Paraná e do Rio Iguaçu a COPEL tem competência superior ao ONS para operação elétrica.

REQUERIMENTO Nº 1899

Senhor Presidente:

Vimos através deste, mui repetidamente, solicitar informações junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, a respeito da emis-

são de parecer que impôs à Companhia Paranaense de Energia - COPEL a ininterrupta execução do Contrato de Eletrificação - LUZ NO CAMPO, firmado (23/04/2004) com moradores da Comunidade Jacarandá II (Rio da Vila Gleba II), localizada no Município de Paranaguá.

Cumpra asseverar que a mencionada quebra contratual vem privando do fornecimento de energia elétrica aproximadamente cinquenta famílias residentes na Comunidade, impedindo-as de exercer seus direitos fundamentais.

Ademais, a área em que foi proibida a instalação de energia elétrica, faz divisas com o Bairro Porto Seguro, que tem sua rede elétrica devidamente instalada e funcionando.

Aproveitando ainda esta oportunidade desejamos as mais sinceras felicitações e o nosso voto de mais alta estima.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) MARCOS ISFER

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 393/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado, junto ao Executivo, o Programa “Banco de Talentos e Currículos”, com a finalidade de cadastrar, junto aos diversos órgãos da Administração Pública Estadual, mediante o recebimento dos respectivos currículos, servidores públicos estaduais interessados em divulgar seu histórico profissional, sua experiência e suas aptidões específicas.

§ 1º O Executivo admitirá também o cadastramento, nos moldes acima descritos, de cidadãos que não sejam servidores públicos estaduais e que atendam aos requisitos exigidos para as referidas funções.

§ 2º Os currículos poderão ser encaminhados diretamente ou por meios eletrônicos, por iniciativa dos servidores e demais cidadãos interessados.

Art. 2º Os dados colhidos no “Banco de Talentos e Currículos” serão organizados de acordo com a área de atuação dos interesses e disponibilizados a todos os gestores da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, Universidades, Fundações e Autarquias, que poderão acessá-los na forma a ser definido em regulamento.

Art. 3º O Executivo deverá proceder à ampla divulgação do Programa “Banco de Talentos e Currículos”, em especial junto aos diversos órgãos da Administração Pública Estadual.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente projeto de lei promover a valorização profissional dos servidores públicos estaduais, garantindo-lhes espaço para que possam divulgar sua experiência profissional e suas aptidões, contribuindo, em contrapartida, para que o preenchimento de cargos em comissão, na Administração Pública Estadual, possa se dar de forma criteriosa e eficiente, otimizando o aproveitamento dos recursos humanos do Governo Estadual.

Pretende-se, dessa forma, facilitar o acesso dos cidadãos aos bancos de dados do Estado, na área de recursos humanos, e que isso se faça diretamente, sem a necessária intermediação de agentes públicos.

PROJETO DE LEI Nº 394/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o PROVOPAR - Ação Social de Mercedes-PR com sede e foro no Município de Mercedes, à Rua Oswaldo Cruz, 757 - Centro, e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O PROVOPAR - Ação Social de Mercedes, é uma entidade de organização da sociedade civil com interesse público, sem fins econômicos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, que tem por finalidade executar ações, projetos, atividades à criança carente, ao idoso, ao deficiente, órgãos, família, clube de mães e lazer, sendo que, a fim de cumprir suas finalidades, a entidade se organizará com tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelos dispositivos estatutários.

PROJETO DE LEI Nº 395/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os alunos matriculados nas escolas da rede pública estadual de ensino serão submetidos, graciosamente, a exames oftalmológico e otorrinolaringológico, ao longo de cada ano letivo.

Art. 2º As Secretarias de Estado da Educação e da Saúde poderão firmar convênios com os Municípios e

Instituições de Saúde, inclusive com corporações militares e forças auxiliares, com vistas à realização dos exames previstos no artigo anterior.

Art. 3º Este projeto de lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A visão das crianças desempenha um papel extremamente importante no seu desenvolvimento, em especial durante os primeiros anos de vida. Os bebês, as crianças antes de começarem a falar e os jovens, nem sempre estão conscientes de ter problemas visuais.

Até aos três anos, o cérebro não está ainda totalmente desenvolvido, de modo que o desenvolvimento da visão ainda é flexível. Somente cerca dos 5 a 6 anos de idade, quando a criança começa a ir à escola, é que este desenvolvimento termina, os defeitos dos olhos e da visão que até essa altura não haviam sido detectados, são então difíceis de corrigir, e seu tratamento é freqüentemente mais dispendioso do que numa idade mais precoce. As deficiências visuais, provocadas por miopia, presbiopia, astigmatismo ou doenças de olhos eventualmente existentes, não são, muitas vezes, detectadas pelos pais nem diagnosticadas pelo exame preventivo normais. Um diagnóstico precoce de doenças ou defeitos na visão, efetuado por oftalmologista, poderá evitar deficiência da visão para toda a vida.

O exame otorrinolaringológico se faz necessário, pois poderá diagnosticar problemas desde uma simples irritação na garganta até um possível câncer e combater precocemente doenças relacionadas a ouvido, nariz e garganta.

É dever do Estado, através da Política Estadual de Saúde, e dentro de sua competência, promover as condições indispensáveis ao exercício de direito à saúde, garantida a todo cidadão.

A Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, e atende aos princípios expressos na Constituição Federal e Estadual, na Lei Orgânica de Saúde, Leis nº 8030, de 19 de setembro de 1990 e 8142 de 28 de dezembro de 1990, no Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990 e observando o disposto na Lei Estadual nº 10913 de 04 de outubro de 1994 estabelece normas, em todo o território do Estado, para a promoção, proteção e recuperação de saúde, e disposto sobre a organização, a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde nas esferas estadual e municipal.

A detecção e a prevenção constituem a chave para abrandar ou interromper o desenvolvimento dos problemas oftalmológicos e otorrinolaringológicos. Este projeto ora proposto torna obrigatório a realização gratuita de exames, pois irá prevenir doenças e melhorar o desempenho dos alunos na escola da rede pública de ensino.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres Pares, para apoiar à proposta que ora apresentamos e assim contribuir para melhorar o desempenho e a saúde dos alunos que freqüentam as escolas públicas do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 396/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o curso de Curso de Ensino Religioso e Teologia em Instituição de Educação Superior Estadual a ser designado pela Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Educação Superior.

Art. 2º O curso de Ensino Religioso e Teologia deve:

a) seguir as resoluções do Conselho Nacional de Educação e incorporar as orientações do Conselho Estadual de Educação (CEE) quanto ao ensino religioso em nosso Estado;

b) seguir as regulamentações de cursos de graduação do Ministério da Educação.

Art. 3º O curso deverá ofertar pelo menos duas habilitações:

a) Bacharelado em teologia com formação multi e interdenominacional;

b) Licenciatura em Ensino Religioso nos termos da Lei 9394/96.

Art. 4º O Curso deverá tratar da ampla variedade de concepções religiosas que existem no Brasil, garantindo pelo menos o cristianismo em suas diferentes denominações, o judaísmo, o espiritismo, o islamismo, as religiões orientais, as religiões indígenas e as religiões africanas.

Parágrafo Único. O curso poderá ofertar especializações ou complementações de estudos em cada uma destas áreas conforme a demanda.

Art. 5º O curso deverá articular o ensino, a pesquisa e a extensão.

§ 1º O ensino compreende a formação ampla, compreende pelo menos as áreas de:

a) Filosofia da tradição religiosa: abarcando a idéia do transcendente e de sagrado, em diferentes visões e concepções filosóficas;

b) História das tradições, instituições e idéias religiosas, estudando a evolução da estrutura e das concepções religiosas nas organizações humanas e no decorrer dos tempos;

c) Sociologia das religiões compreendendo as diferentes formas e usos das idéias, ritos, mitos, signos, instituições e tradições religiosas em nossa sociedade, bem como as relações entre os diferentes grupos religiosos na

expressão tanto de ecumenismos vários como discriminações e opressões religiosas;

d) aspectos antropológicos e psicológicos na constituição do universo mental e na formação da identidade, tanto pessoal como coletiva na sociedade contemporânea;

e) a Teologia, como estudo dos fundamentos das principais doutrinas e seus respectivos fundamentos teológicos.

§ 2º A extensão com a oferta de cursos de temas de interesses da comunidade e a qualificação de professores e bacharéis.

§ 3º Pesquisa sobre o fenômeno religioso na população paranaense.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A teologia e as ciências da religião não podem ser compreendidas apenas como instrumentos de renovação doutrinária da Igreja, mas como campo do conhecimento que examina as implicações do sagrado e transcendental no ser humano contemporâneo, articulado um campo multidisciplinar para compreender pelo menos: a) a história comparada de religiões; b) os aspectos antropológicos, sociológicos e psicológicos dos grupos e indivíduos na experiência com o sagrado; e c) os fundamentos doutrinários das diferentes denominações religiosas.

Um curso de Teologia e Ensino Religioso, implantado em uma Instituição Estadual de Educação Superior, vai cumprir tanto a função da educação superior em sua dimensão efetiva, qual seja a do Ensino, Pesquisa e Extensão na área da Religião. Por outro lado poderá corresponder à demanda reprimida por professores habilitados para o Ensino Religioso no Paraná.

a) licenciatura: o Ensino Religioso na atualidade e a formação de professores

O Ensino Religioso durante os séculos XIX e XX era compreendido como uma forma de evangelização ou catequese para uma religião. A partir da LDB-EN (Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional - Lei 9394/96), estabeleceu uma nova concepção, que pode ser verificada no artigo 33:

“Art. 33 O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (Grifos nossos).

As DCN-EF (Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental - Resolução 02/98 do Conselho Nacional de Educação, na Câmara de Educação Básica que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental) posicionaram o Ensino Religioso como uma área do conhecimento, neste sentido, permitindo a sua efetivação como disciplina escolar, tendo como função não mais o ensino de mais de uma religião, mas articulada a função básica da escola, qual seja, a do conhecimento e formação humana, pela aprendizagem e diálogo.

Para isso, as DCN-EF fixam que a base curricular comum nacional, que

IV - Em todas as escolas deverá ser garantida a igualdade de acesso para alunos a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional. A base comum nacional e sua parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que vise a estabelecer a relação entre a educação fundamental:

e deve contemplar

a) a vida cidadã através da articulação entre vários dos seus aspectos como: 1. a saúde; 2. a sexualidade; 3. a vida familiar e social; 4. o meio ambiente; 5. o trabalho; 6. a ciência e a tecnologia; 7. a cultura e 8. as linguagens.

Organizada nas seguintes áreas de conhecimento, entre as quais está incluído o Ensino Religioso:

1. Língua Portuguesa; 2. Língua Materna, para populações indígenas e migrantes; 3. Matemática; 4. Ciências; 5. Geografia; 6. História; 7. Língua Estrangeira; 8. Educação Artística; 9. Educação Física; e 10. Educação Religiosa, na forma do artigo 33 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Nesta perspectiva o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, constituído em 26 de setembro de 1995, em Florianópolis-SC, verificou que a escola como:

a) espaço pedagógico, centrado no atendimento ao direito do educando de ter garantia à educação de sua busca do Transcendente;

b) espaço aberto para refletir e propor encaminhamentos pertinentes ao Ensino Religioso, sem discriminação de qualquer natureza.

Neste sentido, mesmo sendo uma disciplina facultativa, faz-se necessário a formação de professores, uma tarefa da educação superior, que aqui no Paraná, infelizmente não é assumida por nenhuma de nossas instituições estaduais de educação superior.

A licenciatura em ensino religioso é, portanto, uma necessidade das escolas públicas e privadas que será atendida pela oferta deste curso em uma instituição pública do Paraná.

b) Bacharelado: a religião e o fenômeno religioso como objeto de estudos universitários

O fenômeno religioso - entendido como a relação do ser humano como o transcendente e sagrado - pode ser compreendido e professado em diversas maneiras, expressas em distintas situações sociais nas formas e usos das idéias, ritos, mitos, signos, instituições e tradições religiosas. Este processo ao mesmo tempo em que permite identificar tanto ecumenismos como sincretismos, também constitui o esteio de discriminações e opressões religiosas. Neste sentido, faz-se necessário, a constituição de equipes de Pesquisa/Extensão e Ensino/Aprendizagem para a produção de conhecimento nas áreas de Filosofia da religião, b) História das Instituições, tradições e idéias religiosas, c) a Sociologia, antropologia e psicologia das religiões; d) concepções e práticas da educação religiosa na educação básica.

Assim é fundamental a realização de pesquisas e atividades de extensão que se voltem para o exame do fenômeno religioso na sua mais ampla diversidade. Por isso, a oferta deste curso em instituições pública de educação superior poderá promover a formação de grupos e pesquisadores que atuam nesta área, produzindo conhecimento e interagindo com as necessidades da população.

c) Bacharelado: a formação de teólogos

Os teólogos são importantes nas diferentes denominações religiosas, seja pelo suporte teórico a fé e a tradição, seja como requisito para o exercício das funções de pastor e o magistério religioso de forma geral.

Assim, o curso responde a uma necessidade de formação destes sujeitos religiosos importantes, que quanto melhor qualificados, permitem uma interlocução mais adequada com a fé popular e com o fenômeno religioso.

PROJETO DE LEI Nº 397/2005

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam criados Cursos preparatórios aos Processos Seletivos para o ingresso nas Instituições de Educação Superior (vestibular) em Estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Educação deverá estruturar turmas de cursos Preparatórios aos Processos Seletivos (vestibular) de Instituição de Educação Superior, em Colégios Estaduais de Ensino Médio, de cidades-pólos, e em função da demanda.

Parágrafo Único. As turmas dos Cursos deverão estar aptas a receber matrículas a partir do próximo período letivo.

Art. 3º Poderão ser inscritos nestes cursos, os alunos que frequentaram no primeiro e segundo anos e estiverem matriculados no terceiro ano do Ensino Médio regularmente em escola pública.

Art. 4º A SEED-PR deverá qualificar os docentes que atuarão nos cursos preparatórios.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a criar dotação própria para o custeio de instalações e funcionamento dos Cursos.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI

ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A Educação Superior ampliou a oferta de vagas em grandes proporções nos últimos anos, diversificando e interiorizando as distribuições das instituições. A escola pública do Paraná, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, tem conseguido aprovar muito de seus educandos e educandas nos processos seletivos para o ingresso nas Instituições de Educação Superior, o antigo Concurso Vestibular. Ainda assim os processos seletivos são importantes, pois definem (ou não) o acesso a cursos ou instituições desejadas.

No entanto, os processos seletivos, em sua maioria, adotam posturas conservadoras, baseadas em questões de pura memorização e de saberes abstratos, desvinculados dos campos de interesse ou necessidades dos educandos e educandas.

Estas proposições são muito distintas das propostas pedagógicas da rede pública, o que requer dos educandos e educandas a frequência em cursos preparatórios para que possam obter as colocações necessárias com vistas a obter ingresso nos cursos ou instituições desejadas.

Entendemos que os cursos preparatórios são necessários para consolidar os avanços pedagógicos da rede pública, evitando que lhes sejam impostos retrocessos, que para garantir a aprovação dos alunos em exames vestibulares, acabam rebaixando os conteúdos curriculares e revisando as ações pedagógicas.

Por outro, lado é importante garantir nos processos de disputa por vagas nas Instituições de Educação Superior melhor condição aos educandos e educandas da Escola Pública, uma vez que boa parte não tem acesso aos bens culturais que os colegas e as colegas da rede privada dispõem. Trata-se, portanto, de reduzir uma distorção social presente em nossa sociedade.

Neste sentido, Sr. Deputados, solicitando o apoio ao nosso projeto de lei, que sabemos comprometido com a justiça social e com a educação pública.

PROJETO DE LEI Nº 398/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Quem adquirir, transportar, estocar, distribuir ou revender produto combustível em desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente ficará sujeito às seguintes sanções administrativas:

- I - multa;
- II - apreensão do produto;
- III - perdimento do produto;
- IV - interdição parcial ou total do estabelecimento.

§ 1º A desconformidade referida no *caput* deste artigo será comprovada por laudo elaborado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP ou por entidades ou órgãos por ela credenciados ou com ela conveniados.

§ 2º Caberá à Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON aplicar as sanções administrativas, respeitado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

§ 3º As sanções administrativas previstas nesta lei poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§ 4º A pena de multa será aplicada nos termos previstos na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).

§ 5º Aplicada a pena de perdimento, o produto apreendido será incorporado ao patrimônio do Estado.

§ 6º A interdição poderá ser temporária ou definitiva na forma estabelecida por esta lei.

§ 7º O interessado poderá interpor recursos para o Secretário de Estado da Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da ciência da decisão que aplicar a sanção administrativa.

Art. 2º Sempre que testes preliminares realizados imediatamente após a coleta de amostras do combustível revelarem indícios ou evidências de desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente serão de pronto adotadas as seguintes providências, pelo agente fiscal, mediante termo próprio:

- I - apreensão do combustível;
- II - lacração e interdição do respectivo tanque ou bomba.

§ 1º A lacração e a interdição de tanque ou bomba de combustível não poderão exceder o período de 30 (trinta) dias, sem prejuízo do disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 4º.

§ 2º Na hipótese de resistência do proprietário ou de empregados do estabelecimento, será requisitado o auxílio de força policial.

Art. 3º Serão coletadas 3 (três) amostras de cada compartimento do tanque que contenha o combustível a ser analisado, classificadas como:

I - Amostra nº 1, denominada, “prova”, para ser encaminhada à Agência Nacional de Petróleo - ANP ou a entidade por ela credenciada ou com ela conveniada para realização de ensaios relativos à qualidade do combustível conforme as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente;

II - Amostra nº 2, denominada “testemunha”, para ser entregue ao estabelecimento ou ao detentor do combustível;

III - Amostra nº 3, denominada “contraprova”, para ser conservada na Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON.

Art. 4º Comprovada a desconformidade do produto, na forma estabelecida no parágrafo 1º do artigo 1º, o interessado será notificado, por via postal, para apresentar defesa administrativa à Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 1º Se, ao teor da defesa prévia for requerida nova análise do combustível, a ser precedida na Amostra nº 2 (“testemunha”), a lacração e interdição de tanque ou bomba serão mantidas pelo tempo necessário para a realização do ensaio.

§ 2º Fica facultada a transferência do combustível para depósito de terceiro, a requerimento do interessado, local onde permanecerá até o desfecho da discussão administrativa.

§ 3º A nova análise do combustível será efetuada pela Agência Nacional de Petróleo-ANP ou por entidades por ela credenciada ou com ela conveniada, e ocorrerá às expensas do interessado.

§ 4º Na hipótese de resultado divergente na Amostra nº 2 (“testemunha”), que ateste a conformidade do combustível com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente, a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON encaminhará a Amostra nº 3 (“contraprova”) à Agência Nacional do Petróleo - ANP ou a outra entidade por ela credenciada ou com ela conveniada, para realização de novo ensaio.

§ 5º Se a defesa for acolhida haverá a imediata restituição do produto.

Art. 5º Não apresentando a defesa ou corroborada, na conclusão do processo administrativo, a desconformidade do combustível com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente, será imposta a pena de perdimento.

§ 1º Se não houver condições técnicas para o reprocessamento, o produto será retirado de circulação e inutilizado.

§ 2º O Poder Executivo adotará as providências necessárias à remoção, transporte e reprocessamento do produto, podendo para tanto firmar acordos ou promover contratações com órgãos públicos e empresas.

Art. 6º Será decretada a interdição do estabelecimento na ocorrência isolada ou cumulativa das seguintes hipóteses:

I - reincidência na prática da infração descrita no artigo 1º desta lei;

II - rompimento do lacre assegurador da inviolabilidade de bomba ou tanque colocado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM/PR ou por órgãos conveniados;

III - cassação da eficácia da inscrição do estabelecimento no Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

§ 1º A reincidência referida no inciso I deste artigo pressupõe a prolação de prévia decisão administrativa definitiva, confirmatória da infração em causa.

§ 2º O rompimento do lacre a que se refere o inciso II deste artigo será documentado por termo circunstanciado.

§ 3º Cassada a eficácia da inscrição do estabelecimento, a Secretaria da Fazenda comunicará o fato, no prazo de 5 (cinco) dias, à Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, para a decretação da interdição a que se refere o inciso IV do artigo 1º desta lei.

Art. 7º Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica da sociedade quando societário do estabelecimento for integrado por pessoas interpostas.

Parágrafo Único. Na hipótese do *caput* deste artigo, serão notificadas e responsabilizadas as pessoas que, individualmente ou conluídas em sociedade de fato, tiverem dado causa à infração descrita no artigo 1º ou contribuído para a prática de ato infracional.

Art. 8º Presume-se ocorrido dano ou prejuízo ao consumidor que comprovar haver adquirido, do estabelecimento varejista, combustível em desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente.

Art. 9º Sempre no interesse de incrementar a eficiência e a amplitude de sua ação em defesa dos consumidores de combustíveis do Estado do Paraná, poderá a Secretaria da Justiça e da Cidadania, mediante convênio com a Secretaria da Fazenda, delegar à administração tributária as incumbências de apuração da infração referida no artigo 1º e de imposição das penalidades previstas nesta lei, sem prejuízo do desempenho das atribuições que lhe são próprias.

Parágrafo Único. Na hipótese do *caput* deste artigo, correrão no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça os procedimentos administrativos instaurados em consequência das sanções aplicadas pelos agentes da fiscalização tributária.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A matéria proposta prevê a aplicação de sanções administrativas, pelo PROCON, a quem, no território estadual, adquirir, estocar, distribuir ou revender produto combustível impróprio para o consumo em razão de sua desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente (que é, atualmente, a Agência Nacional do Petróleo).

Esta matéria parte da premissa que a adulteração de combustível tende a aumentar a emissão de poluentes, é fonte provável de prejuízo à saúde e, além de induzir o consumidor a erro, pode causar danos ao motor e a outros componentes do veículo, gerando perda de potência e aumento do consumo.

O projeto de lei considera a competência concorrente do Estado para legislar sobre produção, consumo e responsabilidade por dano ao meio ambiente e ao consumidor (Constituição Federal, artigo 24, incisos V e VIII), bem como sobre proteção e defesa da saúde (Constituição Federal artigo 24, inciso XII).

As sanções nele previstas são multa, apreensão e perdimento do produto, além de interdição parcial ou total do estabelecimento. Contempla, além disso, a lacração e interdição do tanque ou bomba sempre que testes preliminarmente realizados imediatamente após a coleta de amostras do combustível revelarem indícios ou evidências de desconformidade com as especificações fixadas pela Agência Nacional do Petróleo.

PROJETO DE LEI Nº 399/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jefferson Nogaroli.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Jefferson Nogaroli é jovem empresário com consciência da importância do trabalho social.

Nasceu em 22 de junho de 1964, no Município de Astorga.

Foi um dos idealizadores do CODEM - Conselho de Desenvolvimento de Maringá, do qual foi Vice-Presidente nas Gestões de 1998, 1999 e 2000.

É Diretor-Presidente do Grupo São Francisco, que tem lojas em Maringá, Paranavaí, Jandaia do Sul e Dourados, no Mato Grosso do Sul.

Foi Vice-Presidente da FACIAP - Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas do Paraná e Presidente na gestão 2002/2004.

Foi Presidente do Conselho Superior da Associação Comercial e Industrial de Maringá - ACIM, na gestão 2002/2004. Nessa entidade realizou e apoiou eventos como o Moda Paraná, Feira Ponta de Estoque, Expocasa, Prêmio Empresário do Ano, Concurso de Decoração Natalina, Curso de Pós-Graduação em Gestão Empresarial, em parceria com a Trecsson e Fundação Getúlio Vargas, palestras nos mais variados setores. Em Maringá lutou pela criação do CODEM - Conselho de Desenvolvimento de Maringá, pela construção de novo aeroporto, pela criação de cursos na UEM, pelo entendimento entre UEM e Governo durante greve de 2001.

Sempre colaborou nos esforços para atrair novas empresas para Maringá, assim como para o fortalecimento das já existentes. Criou o FUNDA-CIM, em Maringá, responsável pelo trabalho social da Associação Comercial de Maringá, entidade da qual foi Presidente de 1998 a 2001, por duas gestões.

Chefiou várias missões empresariais: setembro/98 - comitiva de 35 empresários a Portugal e Espanha, viabilizando oportunidades de emprego em Maringá; novembro/98 - comitiva de empresários a Buenos Aires, na Argentina; julho/99 - comitiva de empresários para a Exporueda, em Assunção - Paraguai; maio/2000 - comitiva de empresários para Orlando, participação na Internacional Franchise Expo. Recebeu o prêmio "Comerciante do Ano de 1993", oferecido pelo Sindicato do Comércio Varejista de Maringá. Foi Presidente do Sindicato de 2001 a 2003. Do 4º Batalhão da Polícia Militar, em agosto de 1999, recebeu a Medalha Coronel Sarmiento, em razão dos serviços prestados à comunidade maringaense.

A vida de Jefferson Nogaroli é voltada para o trabalho, sem esquecer a relevância da sua responsabilidade social.

Grande Expediente:

Homenagem aos 20 anos de fundação da CASLA

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Atendendo requerimento da Exma. Sra. Deputada Luciana Rafagnin, o Grande Expediente será antecipado para homenagear os vinte anos de fundação da Casa Latino-Americana - CASLA.

Solicito a leitura da Ata da Sessão anterior, pelo nobre Deputado Padre Paulo.

Em discussão a Ata da Sessão anterior.

Aprovada.

Poponente

Tenho a honra de conceder a palavra à Deputada Luciana Rafagnin para homenagear a Casa Latino-Americana, em nome do Poder Legislativo.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros, companheiras aqui presentes, e de uma maneira especial quero saudar a companheira Gladis, Presidente da CASLA, e a todos os companheiros que compõem a Diretoria, os amigos.

É uma grande alegria e quero, inicialmente, agradecer a compreensão e o apoio de todos os Deputados na aprovação deste requerimento e este espaço fosse destinado a uma homenagem aos vinte anos da CASLA - da Casa Latino Americana. Vinte anos que a CASLA vai completar agora no próximo dia 23 de junho.

Rapidamente quero tecer a nossa homenagem e dizer um pouco desse trabalho, dessa história construída nesses vinte anos, uma história que vem gerando bons frutos. (**Lê**):

"Frutos de solidariedade, de apoio à população migrante no Paraná, de luta pela redemocratização dos países da América-Latina e pela integração regional; de defesa apaixonada da nossa identidade cultural latino-americana.

O mais interessante é que em todas essas áreas de atuação, a CASLA focaliza a educação e utiliza essa ferramenta como ponto de partida para se alcançar todos os objetivos da integração. Ela abraça com o mesmo fervor toda e qualquer forma de conscientização: pode ser a partir dos seminários e congressos participativos que realiza na Capital e nas cidades do interior do Estado, pode ser em uma apresentação em escola de ensino fundamental, uma conversa na associação de moradores de um bairro ou mesmo nas entrevistas à imprensa.

Este ano, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a CASLA marca seus vinte anos de fundação com a abertura de um curso de pós-graduação em Relações Internacionais, de caráter multidisciplinar.

A CASLA cultiva a integração latino-americana em todos os momentos e semeia a identidade, o respeito aos povos, a diversidade cultural e a valorização da informação como consciência transformadora.

Por todo esse trabalho que a CASLA vem fazendo nesses vinte anos de implantação, queremos, e acho mais do que justo que esta Casa de Leis venha homenagear todo esse trabalho prestado à nossa sociedade.

Parabéns Gladys, parabéns a toda a diretoria, parabéns a todos que ajudam, levam e desenvolvem esse trabalho importante para a nossa sociedade e para o nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado a todos.

Realização da Homenagem:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi, que proceda à leitura dos termos da placa em homenagem aos vinte anos da Fundação da Casa Latino-Americana.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Alexandre Curi**)

(Lê):

“Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Casa Latino-Americana - CASLA

Na passagem dos seus vinte anos, a homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pelo trabalho perseverante para a construção da integração latino-americana.

Curitiba, 20 de junho de 2005.

Deputado Hermas Brandão - Presidente

Deputada Luciana Rafagnin - proponente.”

Sra. Gladys Renée de Souza Sanches (Presidente da CASLA)

A SRA. GLADYS RENÉE DE SOUZA SANCHES

Exmo. Deputado Hermas Brandão, Presidente desta Casa Parlamentar; Exmos. Deputados; Exma. Sra. Deputada Luciana Rafagnin, que com dignidade presta homenagem aos vinte anos de atividades da Casa Latino-Americana, entidade paranaense que com determinação cumpre desde 1985 seu estatuto em defesa dos direitos humanos, a democracia na América Latina e sua luta pela integração, não a unificação dos países ou das pessoas, mas a integração das diferenças culturais à procura da paz social de todos os povos.

Queremos saudar neste dia todos aqueles que nessa caminhada nos acompanham em busca de uma sociedade mais justa onde o possa realizar-se plenamente.

Saudamos os companheiros e as companheiras da Casa Latino-Americana, aqui presentes, Dr. Dimas Floriani que com rigor científico encarou firmemente a tarefa de formação política e cidadã para a integração latino-americana. Ao Walter de Souza que nos permitiu sonhar com a participação popular na tomada de decisões para as políticas governamentais.

Saudamos aos nossos jovens advogados e advogadas da Assessoria Jurídica Internacional da CASLA, aqui representados pelos digníssimos advogados Cláudia Sarturi, Sílvia Mongelos e Henrique Mercer, assessoria esta que presta diariamente apoio jurídico e humano aos migrantes latino-americanos.

Saudamos os companheiros de luta aqui presentes, alguns fundadores como os companheiros do grupo D'América; o nosso amigo boliviano Geraldo, o nosso amigo peruano Freddy, ao Viento Sur, Luís, com todo

orgulho nomeamos ao Dr. Rodolfo Mongelos, que apesar das feridas que nele deixaram as ditaduras de Brasil e Paraguai continua com toda sua firmeza política, mas sem perder a ternura jamais. Saudamos as autoridades do CEPRI, aqui representado pelo amigo Rafael de Lala; saudamos a jornalista Thea e ao nosso companheiro Marcos Cordioli; aos representantes do Fórum Popular de Cultura, Rogério e Luiz Belmiro; ao professor José Renato da Silva, da Coordenação Acadêmica da CASLA; a Simone, nossa secretária; ao Franklin, Coordenador do Centro de Línguas da nossa instituição; e em especial aos representantes das diversas comunidades latino-americanas, Lina Werle B. Gomide, e aos migrantes, no seu dia, assim como a Pastoral do Migrante, com seu excelente trabalho, a Ivone, ao companheiro Paulo Drabik, Diretor do Parque de Vila Velha, que veio amavelmente a prestigiarmos. Enfim, a todos e todas que nos honram com suas presenças.

Senhoras e senhores, a história da CASLA se desenvolve em diferentes cenários, países e continentes, preservando a união de espíritos superiores capazes de alcançar a utopia da liberdade.

Já em 1984, antes mesmo de sua inauguração oficial, a CASLA recebia desta digníssima Assembléia uma acolhida digna dos tempos de abertura democrática no país, para receber representantes de todos os partidos políticos uruguaios, no evento de apoio à redemocratização do sistema político daquele país.

Naquele momento, o 1º Secretário deste Parlamento era o Sr. Gernote Kirinus, ex-Deputado estadual do Paraná.

Muitos foram e são os políticos que nos acompanham durante esses vinte anos. Impossível nomeá-los. Alguns já falecidos, como Oto Bracarense, Maurício Fruet e José Richa, que nos deixaram muitas saudades.

Para nossa alegria, ainda continuam colaborando muitos fundadores da CASLA, dentre os quais destacamos o Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião.

Srs. Deputados, desde 1985, a história tem sido pródiga com nossos povos. Como as ondas do mar, todo o dia, nossa América Latina se transforma, renova-se, adquire forças iluminada pelo sonho, pela utopia da liberdade. Nossos povos, cansados de sofrer nas mãos de malditos tiranos que até hoje arrastam-se como cadáveres, frente a júris populares, mantêm-se em vigília, atentos aos sinais de nossos antepassados que nos alertam sobre possíveis perigos que nos ameaçam, evitando que a matéria devore o nosso espírito, no dizer de Pedro Henrique Ureña, escritor dominicano.

Voltar a brotar a semente que matará a fome, que acabará com a ignorância e a escravidão na nossa América Latina. Assim, no México, os descendentes dos astecas, na Bolívia e no Peru dos quechuas, aimaras e incas, no Chile dos mapuches, na Guatemala os maias, no Brasil das diversas nações indígenas, mostram sua dignidade de povos autóctones.

Muitos foram os políticos que desde aquela época, após um solitário exame de consciência, souberam crescer em benefício de todos. Lamentavelmente, nem todos. São alguns ainda que se servem do povo e do poder em causa própria e de poucos privilegiados. Mas, enquanto exista um só ser humano de bem, não se pode perder a fé.

Hoje, novas são as gerações que nos substituirão. Também, são novas as atuais gerações de representantes Parlamentares a quem temos o dever de transmitir como se pode escrever a presente e a futura histórias de utopias, criar um porvir, colocando a riqueza da terra em benefício de todos. Uma história, onde a filosofia e as ciências sociais sejam currículo obrigatório em todas as escolas; onde o respeito aos direitos humanos sejam a expressão verdadeira dessa nova história.

Dessa forma, nossa luta continuará sendo para acabar as diversas fronteiras que separam os povos, não apenas as fronteiras geopolíticas, mas aquelas que ainda calam profundamente sobre a intolerância, a arrogância e a ignorância humanas.

Nosso agradecimento, Deputada Luciana, pela importância que nos atribui, inspirando-nos moral e politicamente para prosseguirmos nessa caminhada.

Muitas foram as instituições e pessoas alcançadas por nosso trabalho. Ele foi fecundo na sua simplicidade. Fomos capazes de mostrar que todo trabalho, mesmo sendo voluntário, como sempre foi o nosso, quando se faz imbuído de uma autêntica vocação, só pode render frutos.

Senhoras e Senhores, vive a América Latina momentos notáveis de reconstrução de suas democracias, muitas das quais ainda frágeis, e que para torná-las sólidas muito há que se conquistar ainda, tanto do ponto de vista da organização política, como do combate às profundas desigualdades sociais existentes.

Notamos infelizmente, ainda, na classe política latino-americana, além do espírito corporativo fortemente arraigado, a falta de união entre os diversos partidos em torno de um projeto nacional e latino-americano. Aqueles países e regiões que conseguiram se unir em torno de objetivos claros e definidos conseguiram firmar-se como nações e democracias estáveis.

Uma governabilidade autenticamente democrática passa pela permanente consulta das aspirações populares, mesmo e principalmente aquelas que pressionam por profundas mudanças estruturais, como as de uma maior distribuição de renda, maior elevação da escolaridade média, condições de saúde e qualidade de vida decentes.

Não esqueçam jamais Srs. Deputados, de trabalhar de forma integrada em benefício do povo que os elegeu e lembre sempre, aqueles que trabalham com o MERCOSUL e América Latina, que nossa instituição tem hoje, vinte anos de experiência neste tema e sempre disposta a um trabalho conjunto em favor da integração dos povos. Não se acanhem, nosso trabalho o fazemos com todo prazer. O CASLA tem brilhantes assessores nas diferentes

áreas do conhecimento político, social, cultural e jurídico da América Latina.

Senhoras e senhores, muito obrigado pela homenagem e não esqueçam de que América Latina não é apenas uma idéia fugaz, mas é a tentativa permanente de sermos nós mesmos.”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passamos a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Nós estivemos, na sexta-feira em São Paulo, quando foi realizado o ato não em defesa, mas o ato feito pelo Partido dos Trabalhadores para que seja dada uma resposta a tudo o que vem acontecendo a nível nacional. E obviamente é preciso que tenhamos neste momento, bastante atenção com a situação do país, com a situação específica do PT e seus aliados e venho aqui para reiterar aquilo que o Presidente Lula disse há uma semana atrás. A CPI dos Correios agora instalada que deverá ter o início dos seus trabalhos nesta próxima semana, nós esperamos que os realize de forma absolutamente imparcial, mas com a profundidade que essa CPI precisa. Porque, conforme o próprio Presidente da República já se manifestou, não queremos que fique absolutamente nada sem ser esclarecido. Neste sentido também o ato feito na sexta-feira é muito mais para que nós reiteremos a necessidade, primeiro de não fazermos uma antecipação do calendário eleitoral, porque entendemos que ele tem um calendário próprio e deverá ser respeitado. Segundo, para que nós não entremos num debate sem que tenhamos antecipadamente as provas, levamos a todos e a tudo num patamar de desconfiança que poderá trazer, a seu tempo uma situação, absolutamente ninguém estará livre de ser apontado dessa ou daquela forma.

Parece-me que esse é o primeiro de muitos dos atos que serão refeitos no Brasil inteiro, não para defesa desta ou daquela pessoa, muito menos para desagravo. Lembro que foi dito na noite de sexta-feira quando a imprensa perguntou a um dos dirigentes do Partido, se aquele ato era em desagravo ao ex-Ministro José Dirceu e a resposta foi que absolutamente nós não devemos, eu entendo assim também, fazer atos em desagravo às pessoas, porque as pessoas todas, Deputado Rossoni, são factíveis. O que nós temos que fazer são atos em defesa de Partidos e atos em defesa das instituições. E foi exatamente esse o objetivo do ato realizado em São Paulo com cerca de duas mil pessoas na noite de sexta-feira, um ato para que nós possamos dizer, em alto e bom som, que o Partido dos Trabalhadores deve apurar todas as denúncias que chegarem, sem ter absolutamente nenhum tipo de procedimento que possa vir a trazer para este partido qualquer sombra de suspeição ou qualquer sombra de

estar protegendo este ou aquele dirigente, este ou aquele momento.

Então, parece-me que este é o caminho correto, quero reiterar que este é o caminho que nós aqui do Paraná também queremos traçar. E foi neste sentido inclusive, Srs. Deputados, que nós discutimos no sábado, na parte da manhã, aqui no Colégio São José, o lançamento da minha candidatura a Presidente do Partido dos Trabalhadores de nível estadual; e acredito que junto com os demais companheiros que também estão disputando a Presidência do Partido, nós iremos percorrer o Estado fazendo um debate franco, aberto, leal, mas sobretudo sincero sobre o momento que vive o nosso Partido, sobre o momento que vive a sociedade brasileira. E acho que mais do que isso este é o momento de nós pensarmos todas as nossas instituições, momentos de pensarmos inclusive se nós devemos ou não fazermos uma reforma política, e se for para fazer, que tipo...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. usará o horário de Liderança do seu Partido?

Eu peço para concluir.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Eu encerro.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor Presidente, nobres companheiros e companheiras. Eu faço uso da palavra neste momento com o sentimento de que acho que é o sentimento da Nação brasileira. Eu ando muito triste porque ainda não consegui, não me atingiu o sentimento de decepção porque ainda tenho capacidade de me indignar contra todas essas coisas que estão acontecendo no nosso País. Então, eu me sinto envergonhada, como todos nós, busco forças no sonho que mantenho vivo de que o bem haverá de vencer o mal.

Isso é que, Deputado Dobrandino, tem nos mantido inteiro, nos mantido na esperança de que a gente tem que continuar lutando porque esse mundo ainda pode ser melhor, será melhor; e apesar da vergonha que todos passamos, é um momento muito especial da vida nacional, porque emerge, eu diria, de tambores infectos e imundos toda uma montanha de lema de corrupção que nos envergonha a todos, e que acho que vai pôr o Brasil, a Nação, a pensar, a pensar quem queremos que dirija o nosso País, o nosso Estado, os nossos Municípios. Nós temos que dividir, Greca, querido companheiro, essa responsabilidade com toda a sociedade brasileira. A gente tem que prestar atenção em quem votamos, e cobrar, acompanhar, vigiar; porque daí a gente vai separando o joio do trigo, e

o exercício do bem vai se fortalecendo e haverá de vencer.

Posto isto, eu queria colocar rapidamente, hoje de manhã fizemos parte de uma cerimônia, uma solenidade muito comovente na presença do Governador Roberto Requião, vários Deputados que estiveram presentes, Secretários, e da família também do nosso querido Major Pedro Plochaski que foi brutalmente assassinado.

Foi formada uma Força-Tarefa, formada entre a Secretaria da Segurança Pública e a Polícia Federal que desmantelou.

Operação Tentáculos

- A Força-Tarefa formada entre a Secretaria da Segurança Pública e a Polícia Federal desmantelou, na última quinta, na região de Curitiba, uma das maiores quadrilhas de extermínio do país, formada por policiais militares, advogados e assaltantes.

- A quadrilha é apontada como responsável pela execução do major Pedro Plochaski, subcomandante do 13º Batalhão da PM, na Capital, e ainda por pelo menos 30 assassinatos só no ano passado.

- A quadrilha também é ligada ao tráfico internacional de drogas e armas, roubo a estabelecimentos comerciais e transporte de valores, roubo e receptação de veículos e organização de milícias armadas contra sem-terra.

- A operação teve início às 6h da quinta-feira para cumprir 27 mandatos de prisão preventiva e outros 85 de busca e apreensão.

- Seis PMs, dois ex-policiais militares e três advogados foram presos. Dois escritórios de advocacia, 25 residências de policiais, salas do 13º Batalhão em Curitiba e celas da Colônia Penal Agrícola e da Casa de Custódia de Piraquara foram vasculhadas pelos policiais da força-tarefa.

- Mais de 400 policiais militares, civis e federais, com 90 viaturas, cumpriram os mais de 100 mandatos de prisão e de busca e apreensão simultaneamente em Curitiba e região.

Execução

O major Plochaski foi morto no dia 28 de janeiro deste ano, por volta das 19h, logo depois de deixar o quartel rumo a sua casa. Foi abordado por integrantes da quadrilha, quando estava em seu carro, e levou tiros de escopeta e de uma metralhadora, foi literalmente fuzilado. Este manifesto fere a todos nós, e toda a corporação como disse hoje nosso Governador em sua fala.

Homenagem

O major foi homenageado com a inauguração de um busto de bronze, para mostrar a determinação do policial nas investigações de irregularidades que ocorriam no 13º Batalhão da PM, no Bairro Portão.

O major foi promovido, postumamente, a tenente-coronel, nome que será dado ao 13º Batalhão da PM, em sua homenagem.

Esta é uma atitude do Governador Roberto Requião mostrando que é assim que se governa o Estado,

com rigor, com ética, mas também prestando homenagens àqueles trabalhadores públicos de nosso país que têm feito seu trabalho com dignidade, como era o caso do nosso Major Pedro Plochaski, que justa homenagem recebeu hoje do Governo do Estado. E a homenagem, eu diria, a todos nós que estamos lutando muito para separar o joio do trigo.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Neivo Beraldin usará o Horário da Liderança do seu Partido, o PDT.

Quinze minutos para o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na semana que passou votamos aqui um projeto de lei que autoriza o Governo do Estado a contrair um empréstimo de até cem milhões de dólares - chamado PRODETUR. Idealizado pelo então Ministro Rafael Greca de Macedo, que hoje nos dá a alegria de ser nosso colega nesta Casa.

Apresentei algumas emendas a esse projeto e hoje, na CCJ, as emendas foram rejeitadas. Pedi um voto em separado, mas também foi rejeitado. Argumentava o relator, Deputado Elton Carlos Welter, que esse empréstimo deveria ser especificamente para Foz do Iguaçu e para os municípios lindeiros do Oeste do Paraná.

Foz do Iguaçu merece a nossa homenagem e os municípios lindeiros, mas ainda porque tem falta de recursos e tem uma grande importância para o turismo do Paraná. Mas, também tem suas vantagens, porque se nós colocarmos os royalties em Itaipu no bolo dos municípios do Paraná, certamente todos os municípios passariam a receber os royalties e não só Foz do Iguaçu.

Agora, o que me chama a atenção é que a Associação Comercial do Paraná, a Prefeitura de Curitiba, todas as entidades voltadas em torno de Curitiba, estão me telefonando dizendo o seguinte: “mas, Curitiba fazia parte. A Região Metropolitana de Curitiba fazia parte dessa receita ou parte desse empréstimo como investimento”.

Então, Sr. Presidente, encaminhei à Casa agora, apresentei à Mesa, para que o Governo do Paraná antes que a Assembléia dê a autorização, era que nos mande o plano de aplicação desse dinheiro e os referidos projetos. Porque não é possível liberar apenas para uma região e esquecer que temos aqui uma capital que atrai um número de turistas bastante expressivo. Não podemos esquecer que nesse corredor, o turismo começa aqui por Campina Grande do Sul, passa por Irati e vai embora, Cascavel, faz todo um contexto do turismo do Paraná; não podemos esquecer que temos o litoral do Paraná que precisa muito da mão amiga para atrair o turismo melhorando a qualidade de vida; não podemos esquecer a

beleza de Prudentópolis com as suas cachoeiras; não podemos esquecer de contemplar os nossos Campos Gerais que é também uma região que atrai um número expressivo de turistas, sobretudo no turismo rural; não podemos esquecer a região Sul aqui, Malet, Rio Azul, Rebouças. Não podemos deixar de discutir o Paraná como um todo quando se trata de turismo.

Deputado Dobrandino, nada contra Foz do Iguaçu e sua região. Mas, o mínimo que poderia pedir ao Executivo Estadual, que nos encaminhasse o plano de aplicação desse dinheiro e os projetos porque se não tivermos o plano e não tivermos os projetos, como é que vamos discutir e aprovar esse empréstimo exclusivamente para uma região.

Passa a usar o Horário da Liderança do PDT

V. Exa. tem o aparte, Deputado Dobrandino. Deputado Scarpellini, desculpe-me, porque certamente sei que V. Exa. irá pedir um aparte também, como o nosso Ministro Rafael Greca também, hoje Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Só um aparte também, Deputado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Está inscrito.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Deputado Neivo Beraldin, as posições do Governo são realmente posições que nos deixam uma dúvida com relação à aplicação desse numerário. Vejamos o seguinte: temos o litoral paranaense; temos o grande Cânion do Guartelá que atinge os Campos Gerais de Castro, Ponta Grossa, Tibagi, Telêmaco Borba, que é uma região que precisa de aporte financeiro público para poder realmente dotar aquela grande região de boas pousadas, hotéis, enfim, dinamizar aquela situação. Ao redor dos lagos e das represas que cercam o Paraná. Não pode ser só uma região contemplada com a liberação desses recursos.

Então, V. Exa. está sendo muito feliz. Parabéns.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

E o que é mais grave, que foi colocado que o Banco Internacional, o Interamericano condiciona. Ora, brasileiros, quando um Banco Internacional empresta dinheiro ao Brasil, cobra juro. O grande mal deste país é pagar o juro sobre juro. Por isso que este país não cresce e ainda vem com balela dizer que o Banco exige, que tem que ser essa ou aquela região. Eu não aceito.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao nosso Deputado ilustre do Governo, Dobrandino da Silva.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Nobre Deputado Neivo Beraldin, agradeço o aparte.

V. Exa., grande Deputado que é, sabemos das suas ações aqui na Assembléia, faz jus a sua preocupação, mas não é isso que V. Exa. está falando. O projeto não contempla só Foz do Iguaçu. Em uma primeira etapa é Foz do Iguaçu. Mas mais da metade desses recursos é para outras cidades do Paraná. No dia 14 de junho publicou quais os municípios que serão contemplados.

Querendo tranquilizar V. Exa. na sua preocupação, o Banco Mundial aprovou os projetos que são de Foz do Iguaçu. Eles querem que se aplique nas cidades que têm força turística, como é o caso de Foz do Iguaçu. 33% milhões serão aplicados em Foz do Iguaçu e sua região. Como são cem milhões o total desse projeto, sessenta milhões do Banco Mundial, quarenta milhões do Governo do Estado e do Governo Federal e os outros 63 milhões são dos diversos municípios do Paraná e que o Governo do Estado indicará, quero tranquilizar V. Exa. que não é totalmente para Foz do Iguaçu. É claro que Foz do Iguaçu tem o seu potencial turístico e pela grandeza que tem no contexto nacional e internacional faz jus. Mas, outros municípios, vários deles serão contemplados também.

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Deputado Dobrandino, V. Exa. mudou o tom da conversa. V. Exa. está repondo aquilo que nós esperávamos que o relator que colocou na CCJ fizesse. Porque nunca fez referência a outros municípios a não ser Foz do Iguaçu e região Oeste do Paraná.

Por isso que pedi para que essa Casa vote, para que o governo nos mande o plano e os projetos e quais os municípios que serão beneficiados.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Essa é a primeira etapa, nobre Deputado Neivo Beraldin, que vai ser investido em Foz do Iguaçu e região.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Curitiba, por exemplo, quando será contemplada?

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Curitiba e litoral serão contemplados. São várias cidades do Paraná que serão contempladas dentro desse projeto. Na proporção, Foz do Iguaçu e região serão os principais contemplados.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Concedo um aparte ao Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Gostaria de discordar de V. Exa., quando fala que o relatório do Deputado Elton Welter não contempla. Contempla, sim.

Como disse o Deputado Dobrandino, tem que haver um começo. E o começo desse programa de desenvolvimento, do turismo sustentável no Sul do país, começa no Estado do Paraná pela região Oeste: Foz do Iguaçu e demais cidades da Costa Oeste. As demais cidades estão contempladas e estão no relatório.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

V. Exa. acha demais pedirmos os projetos e o plano de aplicação do dinheiro? Não. É o papel do senhor. Como é o papel do senhor fazer a indicação para que na segunda fase sejam contemplados os municípios que V. Exa. representa.

Não haverá segunda fase se não houver a primeira. A primeira fase foi muito bem exemplificada e dita na mensagem do Governo, quais os municípios da região Oeste que seriam contemplados. Na própria mensagem diz que podem ser remanejados recursos para outras cidades.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Por que as emendas que apresentamos para contemplar Irati e Campina Grande do Sul receberam voto contrário de V. Exa.?

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Porque se as emendas fossem acolhidas, primeiro, porque elas não tinham nexos como projeto. E um projeto do Governo que visa suprir a necessidade constitucional da autorização para concluirmos e não se referia no plano de aplicação.

Segundo, que o senhor e os demais Parlamentares que apresentaram emenda modificando o plano, o Governador teria que vetar, não há tempo hábil para o projeto voltar a esta Casa e a primeira fase do cronograma de investimento, que é o primeiro semestre de 2005, estaria comprometido - não haveria a primeira fase, estaríamos fazendo uma política autofágica, e não haveria segunda fase e comprometeríamos o turismo no Estado do Paraná.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Desculpo V. Exa.!

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Não há motivo para desculpar.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Mas, vou lhe dizer uma coisa. Se não tivéssemos o poder para aprovar o empréstimo, não teríamos também o poder de mudar o projeto.

Desculpe-me V. Exa., mas se tem tanta pressa assim, como é que chegou aqui rapidamente e quer votar agora rapidamente?

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Por que o senhor não pergunta para o Governo?

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Estou perguntando, dentro do que manda o nosso Regimento Interno. Estou aqui representando o povo e não estou aqui para dizer amém. Fui eleito com o voto do povo e não do Governador!

Concedo um aparte ao Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Neivo, quero dizer a V. Exa. que tem toda razão quando diz da urgência, quando vem um empréstimo desse valor e dessa importância que tem para o turismo de nosso Estado. E é importante quando V. Exa. fala de alguns municípios que não estão sendo atendidos por esse projeto e fala-se em segunda etapa. O que me parece é que algumas regiões do Estado sempre estão na segunda etapa. É o que me parece! Porque se você olhar todas as áreas, esses municípios que V. Exa. citou estão no programa do Governo sempre em segundo lugar.

Mas, eu não particularizei em minha emenda. Eu disse na minha emenda que todos os municípios certificados como turísticos terão que ser contemplados por esse empréstimo. Por esta razão, acredito que minha emenda, por não ser particular - ela é generalizada - ela também atende a Foz do Iguaçu, atende a Curitiba, mas também àqueles municípios que têm condições turísticas, porque se não tivessem essas condições, não estariam com o certificado do Ministério do Turismo.

Por esta razão, temos todo o direito de emendar, de corrigir, porque nós sabemos muito mais do que os técnicos, do que o Paraná precisa. Agradeço pelo aparte que V. Exa. me concede!

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Agradeço, Deputado Rossoni!

Acho que temos que nos reunir, temos que discutir esse assunto democraticamente. Gostaria de conceder a palavra ao ilustre Deputado Rafael Greca, afinal ele era o Ministro que elaborou esse projeto.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Deputado Neivo Berardin, é muito rápido o que tenho a dizer.

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentado, que se chama PDITS, foi publicado no Diário da Assembléia no dia 14 de junho e mostra que a área de Foz do Iguaçu e dos municípios em volta do Lago de Itaipu até Guaíra foi considerada área prioritária. Isso significa que trinta e três milhões de dólares já têm destinação nessa área de Foz do Iguaçu, porque o Governo se preocupa, porque o fluxo turístico da região de Foz do Iguaçu, visto de 98 para 2002, tem caído - embora tenha aumentado o número de visitantes estrangeiros no Brasil, tem caído o fluxo de turismo em Foz do Iguaçu.

Então, o Governo considera prioritário desenvolver o turismo em Foz do Iguaçu e solidificar aquele destino. Mas, se são cem milhões de dólares e se vão colocar só trinta e três na região de Foz do Iguaçu, vão sobrar outros

sessenta e sete milhões de dólares, que estão a pedir novos planos de Desenvolvimento Integrado de Turismo, novos PDITS. No bojo do PRODETUR tem que ser feito um PDITS para o Litoral, um PDITS para a Região Metropolitana de Curitiba e um PDITS para a região dos Campos Gerais e das Cataratas...

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Permite-me uma pequena interrupção, Deputado?

O Secretário de Turismo de Curitiba acaba de me ligar que eles estavam incluídos, tinham feito os projetos e foram cortados.

Então, esta é a minha preocupação...

O Sr. Rafael Greca

A área prioritária, o projeto prioritário não menciona Curitiba, mas no desdobramento do PRODETUR vai entrar a parte alusiva a Curitiba.

Agora, acho que é bom perguntar isto, a Assembléia tem o poder de perguntar isto ao Secretário do Turismo...

(Vozes paralelas)

... porque eu falo muito da forma como eu idealizei. Agora, eu não sei o que definir...

(Vozes paralelas)

... para encerrar, vou dizer o seguinte - nós precisamos nos reunir, os 54 Deputados, antes de votarmos esta matéria, solicitamos o plano, os projetos, aonde será aplicado, quanto no litoral, quanto nos Campos Gerais, quanto em Curitiba, quanto em cada região do Estado para que a gente possa votar dentro de uma lógica para atender o turismo no Paraná que é a grande indústria que nós precisamos muito de fomentar o turismo para a geração de emprego e renda para nossa população.

Não posso mais conceder apartes pois o meu tempo está esgotado.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria apenas de anunciar a presença do Vereador Cidão, de Irati, que está aqui naturalmente reivindicando também os recursos do PRODETUR para aqueles municípios, uma vez que é município que integra a rota de Foz do Iguaçu, e também do Vereador Guilherme, do PMDB, de Pato Branco, que se encontra aqui presente conosco.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa registra e dá as boas vindas.

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini, o próximo orador inscrito.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vejamos o seguinte: o Deputado Neivo Berardin posici-

ona-se numa situação que entendo muito inteligente com relação ao turismo pela distribuição de verbas em nível de Estado.

Fala-se que Foz e a região tem direito a 30%. Não queremos discutir isto. Mas queremos dizer o seguinte: Foz do Iguaçu tem uma grande rede hoteleira já capaz de atender aos reclamos do turismo internacional. Tem as Cataratas do Iguaçu que dividimos com a Argentina que é uma das coisas mais bonitas do mundo, além do que temos o grande Lago de Itaipu.

O que falta realmente em Foz do Iguaçu é um pouco mais de tranquilidade para o turista, é um pouco mais de segurança que até hoje o Governo do Estado não deu, porque Foz do Iguaçu, realmente, está dividindo com a Baixada Fluminense do Rio de Janeiro os maiores índices de criminalidade do Brasil. Juntamente com a Baixada, com Londrina e a periferia da região metropolitana de Curitiba.

Portanto, o que nos parece não é falta de estrutura em Foz do Iguaçu para o turismo - é a falta de segurança para o turista.

Mas, vamos lá, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos há pouco uma Deputada falando sobre o momento negro que o Brasil está vivendo e nós queremos, nesta hora, deixar aqui registrado o nosso pensamento sobre um dos grandes homens que viveu neste país e que está nos deixando e que certamente nos deixa para entrar na história do Brasil - seu nome - Miguel Arraes - governador três vezes do Estado de Pernambuco, cearense, imigrou como migram a maioria dos brasileiros no Nordeste, Presidente hoje do PSB, quinze anos no exílio, vivendo na Argélia, passou, como preso político, pela Ilha de Fernando de Noronha, foi um dos homens ameaçados de ser doado aos tubarões que rodeiam a ilha, Deputado Federal e Presidente da minha sigla, o PSB.

Miguel Arraes, assim como Leonel de Moura Brizola, Dr. Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Telas, deixam esta vida e passam para a História.

Tales Ramalho que foi Secretário Geral do PMDB sempre dizia: "Apesar de discordar ideologicamente de Miguel Arraes vejo nele um dos mais sérios e ilustres homens da política brasileira."

Sr. Presidente e Srs. Deputados, estivemos esta semana, representando a Assembleia Legislativa do Paraná em Brasília, fomos à Ministra Marina Silva e entregamos a ela o problema dos ilhéus do Parque Nacional de Ilha Grande, onde as pessoas foram desapropriadas, desalojadas e jogadas a morar embaixo de lona em Guaíra e no entorno do Lago de Itaipu. A Ministra, surpresa disse-nos que não tinha idéia que o sofrimento daquela gente estava a esta razão. Assim sendo, em nome da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, do Deputado Duílio Genari, Ademir Bier e Elton Welter, pedimos o agendamento de uma audiência onde ela vai nos receber a todos para podermos evitar que a invasão do Parque se faça, para evitar que os desapropriados

retornem ao Parque a para evitar o bloqueio à Ponte de Guaíra.

Quero também, nesta oportunidade, Sr. Presidente, dizer que estivemos na Comissão de Defesa do Consumidor entregando o nosso relatório sobre a manipulação de remédio feita pelas farmácias de manipulação que estão sendo marginalizadas pela consulta nº 31, da ANVISA. Queremos também uma providência para esta situação que fere frontalmente os interesses dos farmacêuticos, dos manipuladores do Paraná e o interesse popular porque o remédio além de ser melhor é bem mais barato.

Portanto, Sr. Presidente Srs. Deputados, deixamos aqui a nossa palavra para esta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Natálio Stica.

Deputado Natálio Stica (PT)

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na sexta-feira última o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se dirigia à cidade de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul com pouso programado para a cidade de Chapecó, Santa Catarina e o mau tempo reinante naquela região obrigou a que o Presidente retornasse e fizesse um pouso técnico na cidade de Curitiba, ou melhor em São José dos Pinhais, no nosso aeroporto internacional. O Palácio do Planalto pediu que alguns Deputados que estavam aqui em Curitiba fossem até o aeroporto para recepcionar o Presidente.

Lá estando, pude conversar, alguns minutos, com o Presidente Lula, a ida do Presidente a Santa Catarina e conseqüentemente ao Rio Grande do Sul exatamente para fazer o lançamento, Pedro Ivo, Deputado que preside esta Sessão, para lançar o PRONAF. Nove bilhões do Governo Federal para o programa de agricultura familiar e desses nove bilhões vem para o Estado do Paraná. Portanto um bilhão de reais será destinado ao PRONAF no Estado do Paraná.

Pediu o Presidente Lula, já acertado com o Walter Bianchini que hoje, pelo Paraná está no Ministério de Desenvolvimento Agrário, estamos protocolando, junto à Mesa, um pedido para que a segunda-feira, dia 28, um espaço na Sessão dos nossos trabalhos para que o Walter Bianchini possa vir aqui e fazer o lançamento da verba de um bilhão de reais para o PRONAF no Estado do Paraná.

Portanto, mais um agenda positiva do Presidente Lula no momento em que as turbulências estão em todos os cantos, o Presidente está fazendo o que prometeu em campanha. E em especial, V. Exa., Deputado Pedro Ivo, que tem trabalhos nessa área com agricultura e em particular a agricultura familiar.

Portanto, venho para anunciar que na segunda-feira, dia 28, estaremos com o Walter Bianchini fazendo aqui desta tribuna o lançamento do Programa Nacional

da Agricultura Familiar. E a verba que o Presidente manda ao Estado do Paraná para que possamos, Deputada Luciana Rafagnin, a senhora que é oriunda da agricultura, representante digna dos pequenos agricultores do Estado do Paraná nesta Casa. E, aqui, portanto teremos na segunda-feira uma grande festa com este lançamento. Conversei cerca de cinquenta minutos com o Presidente e ele como sempre muito tranqüilo, falando das ações do seu mandato, das ações do Presidente em relação ao investimento no nosso país. E esta é portanto uma notícia que tenho certeza agrada a todos os Deputados, porque o Paraná mais uma vez recebe e de uma maneira responsável do Governo Federal uma verba, que com certeza vai ajudar o trabalho que o Governador Roberto Requião já está fazendo para a agricultura familiar do nosso Estado.

Tenho certeza, a agricultura familiar dará um salto de qualidade com mais este investimento somados àqueles que o Governador do Estado tem feito.

Era esta a informação que queria trazer aos Srs. Deputados.

Muito obrigado, Srs. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário da Liderança do PFL, concedo a palavra ao Sr. Deputado Elio Rusch.

Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvia atentamente o pronunciamento do Deputado Neivo Beraldin, quando falava desta tribuna, do projeto do PRODETUR. O PRODETUR, na verdade já falamos sobre ele na semana passada, é um projeto iniciado pelo Fernando Henrique Cardoso e pelo ex-Governador Jaime Lerner.

Disse, naquela oportunidade, o Ministro de Estado e hoje Deputado Estadual Rafael Greca e Secretário de Estado Eduardo Sciarra, hoje Deputado Federal, são cem milhões de dólares que serão aplicados no Estado do Paraná. Total do projeto: 350 milhões de dólares. O Governo do Estado envia para a Assembléia Legislativa uma mensagem governamental pedindo autorização para contrair esse empréstimo. Esse projeto passou pelas comissões permanentes da Assembléia, estava na Ordem do Dia, recebeu as emendas, foi discutido hoje na CCJ, rejeitaram as emendas e com toda a certeza o projeto voltará no dia de amanhã na Ordem do Dia para ser discutido o mérito.

Deputado Valdir Rossoni, o que vimos no projeto é uma especificação da destinação desses recursos de noventa milhões de reais numa primeira fase. Ora, se o projeto são cem milhões de dólares, pegando o câmbio hoje a 2,40, é algo em torno de 250 milhões de reais o

total do projeto, seja os recursos do Governo do Estado via empréstimo BIRD ou a contra partida do Governo do Estado e também do Governo Federal, nós ainda teríamos uma sobra de 150 milhões de reais que seriam aplicados para os demais municípios do nosso Estado. Eu solicitei ao Deputado Eduardo Sciarra que, quando ele era Secretário do Governo Jaime Lerner, que enviasse ao nosso gabinete, Deputado Rafael Greca, uma planilha de onde seriam investidos esses recursos. E, se não me falha a memória, já estava especificado no projeto original, quando se encaminhou via Governo do Estado do Paraná para o Governo Federal, na época, Fernando Henrique Cardoso e, diga-se de passagem, à época Jaime Lerner, especificando o valor de onde seria destinado tantos por cento para o Oeste do Paraná, tantos por cento para a Capital, tantos para o litoral, tantos para os Campos Gerais. Já estava especificado.

No projeto que estamos apreciando hoje, e devo dar razão para os Deputados Valdir Rossoni, Neivo Beraldin, Plauto Miró, Reni Pereira, que, pelo entender dos Deputados, que 100% dos recursos seriam aplicados lá em Foz do Iguaçu e na região ao lado de Itaipu e na verdade, não é isso o que o projeto quer.

Acho que o atual Governo do Estado se omitiu em dizer aonde serão aplicados os demais recursos. O que veio para a Assembléia Legislativa, salvo se eu estou enganado, Deputado Rafael Greca, é apenas a primeira fase! São os noventa milhões de reais. Onde são aplicados os outros 150 milhões de reais? Por que é que o atual Governador não enviou junto, na Mensagem? Olhem, os demais recursos serão aplicados, contemplados: Região Metropolitana de Curitiba, o litoral Leste do Paraná, a região Sul do nosso Estado, a região Centro, a região Norte do nosso Estado. Se tivesse mandado essa Mensagem junto, com toda certeza, não teríamos essa polêmica hoje que é a questão do PRODETUR.

Aliás, até alguém já me falou nesta semana, que não é nem PRODETUR, é PRODEFOZ, porque quase todos os recursos estão indo para Foz do Iguaçu, Deputados Reni Pereira e Dobrandino. São pouquíssimos os recursos que vão para Guaíra, para Marechal Cândido Rondon, que vão para Santa Helena, para São Miguel do Iguaçu, para Missal, que vão para Mercedes, Entre Rios, Pato Bragado, São José, Diamante do Oeste, que vão para Medianeira, para Santa Terezinha de Itaipu. São todos municípios que fazem parte da região costa Oeste do Estado do Paraná, compreendido entre os municípios como são chamados "lindeiros" ao Lago de Itaipu. Não me canso de dizer, Srs. Deputados: se tem um município que foi penalizado, que perdeu a sua receita, que perdeu o seu poderio econômico com a formação do Lago de Itaipu, é Guaíra! Guaíra perdeu as belezas, perdeu as Sete Quedas, perdeu a sua receita, perdeu o turismo. Não existe mais nada. Nem os royalties - e eu devo contestar quem disse que existe a compensação dos royalties. Alguém disse, um Deputado falou que os royalties são uma compensação financeira para os municípios e para o

Estado pela área alagada. Pela produção, que não se tem mais nesses municípios...

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Permita-me um aparte.

Só para dizer que Guaíra tem nove milhões previstos de investimento.

Se V. Exa. verificar na tabela, página 36, há nove milhões de reais previstos para Guaíra.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Pois é, mas se você somar, Deputado Rafael Greca, nove milhões para Guaíra, não sei quanto, eu não sei os números...

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Sessenta e sete milhões para Foz do Iguaçu. É um total de noventa milhões de reais no começo. São 33 milhões de dólares. Outros 67 milhões de dólares, o Banco pede primeiro que se faça um projeto prioritário, um projeto-piloto. Depois, a Secretaria do Turismo, a tempo e à hora, fará um novo projeto, um outro expediente para o litoral, um outro para a região dos Campos Gerais, um outro para a Região Metropolitana de Curitiba. Isso é sistemática do Banco, Deputado Elio, não é determinação do Governador Requião.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Mas viu, Deputado Rafael Greca, V. Exa. que pertence ao mesmo Partido do Governador e o senhor como ex-Ministro que participou exatamente na elaboração desse projeto, peça para o Governador para o dia de amanhã, se o projeto veio para a Assembléia Legislativa: diga onde é que vai aplicar mais os recursos?

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Não existe a definição ainda, porque o Banco vai desenvolver a definição, na proporção do êxito do projeto em Foz do Iguaçu.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Mas, Deputado Rafael Greca, existem os recursos que estamos autorizando o Governador e ele na verdade não pode pegar esse cheque em branco também. Ele podia dizer: olha, nessa primeira fase os noventa milhões são aplicados na costa Oeste. Os outros 150 milhões serão aplicados na região Sul, serão aplicados no litoral da região metropolitana, serão aplicados no litoral do Paraná, serão aplicados na região dos Campos Gerais, não custa nada.

Não tem nada de mais, Deputado Rafael Greca, eu defendo esse projeto. Sempre digo que se tem uma coisa que alavanca a economia de um Estado, de um município é a industrialização. O turismo é uma indústria, só que é uma indústria diferente, é uma indústria sem chaminés, é uma indústria que não polui. E temos que buscar esses recursos. Mas, vamos jogar aberto, vamos jogar às claras.

Por que não dizer ao Paraná onde é que vão os cem milhões de dólares.

Nessa primeira fase 33 milhões de dólares serão aplicados no Oeste. Agora, é importante que se diga que desses noventa milhões de reais, quase setenta milhões de reais serão aplicados só em Foz do Iguaçu. Por que não nos outros municípios mais? Por que não no Município de Marechal Cândido Rondon? Está aqui o Prefeito Edson, com toda a sua equipe.

Não me lembro qual são os recursos. Acho que Marechal Cândido Rondon deve mais de um milhão e pouco.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Um milhão de reais.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Um milhão de reais de noventa milhões. É justo isso? Não, não é correto, não é justo.

Então, solicito, Sr. Presidente, que o Deputado Greca pudesse entrar em contato com o Governo do Estado. O senhor como ex-Ministro, e nos diga amanhã: onde serão aplicados os demais recursos? Até para esclarecer o Deputado Scarpellini, o Deputado Neivo Beraldin, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Só para dizer que apresentei à Mesa, solicitação para que esse projeto não venha na pauta até que não venham as informações: onde serão aplicados os recursos? Respalados com os planos e os projetos. Conversa franca faz bons amigos.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, temos aqui também a presença da Liderança dos Vereadores de Boa Vista da Aparecida e todos os municípios que foram atendidos pela construção do lago de Salto Caxias e todos esses municípios estão se desenvolvendo através do turismo.

Então, é justo que eles também sejam beneficiados.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PT.

(Declina)

PSDB, Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Na verdade, queria me dirigir ao Deputado Marcos Isfer, sobre a questão da LDO. Gostaria de fazer um pedido, até mesmo antes de entrarmos em processo de votação, porque achei muito genérico o parecer da Comissão. Estou tendo grandes dificuldades de compreender e entender, porque algumas emendas foram acata-

das, outras não foram. Depois serão objeto de discussões e de debates nossos. Só estou antecipando porque V. Exa. é profundo conhecedor dessa questão.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Perfeitamente, Deputado Rossoni, temos o relatório detalhado, só não o passei a todos os Deputados, imaginei que teríamos toda a oportunidade de debater.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, na verdade está difícil engolir esse prato pronto da PRODETUR.

Extremamente delicado, porque se fala da primeira etapa, segunda etapa, terceira etapa e na verdade o que estamos vendo - e quero parabenizar o Deputado Dobrandino, por ter levado todo o bolo para casa - na verdade Foz do Iguaçu novamente leva o bolo para casa e nós ficamos com o papel, o prato e algumas faquinhas de plástico sujas.

Mas, quero voltar aqui ao Brasil. Até parece que nós brasileiros, nos Parlamentares não estamos vivendo uma profunda crise moral neste país. Deputada Elza, já tenho 52 anos de idade. Lembro-me da revolução quando tocava aquela musiquinha, se assumia o Jango ou não, eu era uma criança. Lembro daquilo. Depois, ao longo do tempo, vimos acontecer muito neste país. Inclusive o impeachment do Presidente Collor, mas nunca vimos na história do Brasil um Partido político se enlamear da forma que se enlameou o PT.

Para quem ouvia há dois anos atrás o pronunciamento moralista do PT, hoje vê o Diretório Nacional profundamente envolvido nessas questões que assustam a todos os brasileiros. Quando você vê que o Genoíno, Presidente do PT, com uma mala leva o dinheiro ao Roberto Jefferson, como se o dinheiro fosse banana que você pega no mercado, leva para casa e não tem que prestar contas a ninguém. Quando vemos o Delúbio, tem até um ditado já na praça que diz o seguinte: “o PC faria e o Delúbio faz”. Há diferença entre os dois. Quando você vê o Delúbio, o Silvinho, todos eles envolvidos. E todo o dia não dá mais para você abrir um jornal e parece que é monopólio da corrupção e do Partido que era o moralista da história política do Paraná.

Vejo na sexta-feira, Denise Frossard àquela juíza que foi quem colocou os bicheiros tradicionais do Rio de Janeiro na cadeia, dizendo o seguinte: existe uma conta em Miami do PT. Ora! Aí, hoje abro a Folha de São Paulo que diz o seguinte: que foi recebido dinheiro de Taiwan para a campanha do Lula. Aí tem a questão do mensalão. Temos aí o Supremo votando a implantação da CPI do Valdomiro. Vinte milhões para o PTB, foram pagos quatro. O restante não sei onde ficou.

A grande verdade é que a quadrilha que hoje está sendo denunciada, não podemos ser ingênuos a ponto de achar que todo esse volume de dinheiro caiu do céu ou caiu de contribuintes, pessoas que querem contribuir para

um Partido, quatro milhões, dez, vinte milhões, fala-se em milhões como se falasse em brincadeira.

O que eu quero pedir e fazer uma pergunta ao cidadão paranaense, há um episódio na renúncia do Presidente Nixon de que chegou uma noite, Deputado Reni, chegou uma noite que Nixon, já abandonado pelos companheiros porque estava envolvido nesse lamaçal de corrupção. Nixon antes de tomar a decisão da renúncia fez uma pergunta a ele mesmo: Espera aí, se tudo isso que estava acontecendo no meu Governo eu não estou sabendo é porque eu sou um incompetente. Eu tenho que renunciar.” Esta é a primeira pergunta que Nixon fez para ele mesmo. “Se tudo isso que está acontecendo e eu não sei”, está acontecendo dentro do Palácio do Planalto como é o nosso caso, “e eu sei, é porque eu sou um inoperante, um incompetente”. A segunda pergunta que Nixon fez para renunciar: “E isso está acontecendo e eu estou sabendo o que é que eu estou sabendo o que é que eu estou fazendo aqui?” Ora, meus amigos, vamos voltar dois anos atrás, vamos voltar, Deputado Bradock, dois anos atrás, alguém de nós tem dúvida de que as ações do Genuíno, quem tinha conhecimento das ações do Genuíno, do Delúbio, do Silvinho, do Zé Dirceu? Ora, o Zé Dirceu e o Valdomiro moravam no mesmo andar do Presidente da República, um andar acima, um andar abaixo.

Nós temos que fazer cobrança porque não pode passar imune toda essa situação, porque há dois anos atrás quando nós fazíamos campanha política parecia que nós éramos os demônios e eles eram o ser supremo da política brasileira. E agora nós vemos o Zé Dirceu pedir demissão, pedir demissão não, foi demitido, o Lula disse: “Sai porque senão você me enlameia”. Aí o Zé Dirceu veio e disse o seguinte: “Que os golpistas”. Ora, que golpistas, foram os Partidos de Oposição que mandaram o Zé Dirceu se envolver no que ele se envolveu? Fomos nós? Nós não mandamos ele pegar dinheiro de uma agência de propaganda e distribuir o mensalão. Agora ninguém sabe, o Presidente da República não sabe disso.

A grande verdade é o seguinte: eu, a gente não sente pena de político, eu conheço as figuras do PT do Paraná que são pessoas que merecem todo o nosso respeito, mas eu sinto que o Governo Lula está entrando num beco sem saída. Não há como a população não perceber que tudo o que está acontecendo na República é de conhecimento do Governo. Esta é a questão que tem que ser deixada clara para a população. Gostaríamos que os amigos do PT do Paraná não entendessem como uma crítica direta a V. Exas. mas nunca um Partido político se envolveu num lamaçal de tamanha grandeza.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PMDB.

Deputado Antonio Anibelli, com a palavra.

Liderança do PMDB: Deputado Antonio Anibelli

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvimos essas acusações em nível nacional e ficamos a pensar o que ouvimos hoje pela manhã no quartel da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Hoje a Corporação se reuniu em companhia de alguns Deputados desta Casa, com a tropa da Polícia Militar e a família do falecido Major Pedro Plochaski.

Lá se prestou uma homenagem a um cidadão, major da Polícia Militar que foi abatido a tiros no dia 28 de janeiro por quadrilhas de extermínio ligadas ao narcotráfico. Com elementos infiltrados dentro da própria Polícia Militar matou um comandante do 13º Batalhão da Capital.

Lá, nós, enfim a maioria da cúpula do Governo do Estado foi prestar uma homenagem pós-morte ao Major Pedro Plochaski com a inauguração de seu quadro. E o Governador determinou que fosse feito um busto de bronze para que ele ficasse como um símbolo de cidadão sério, honrado, que foi abatido por bandidos cumprindo o seu dever.

O Governador fez um discurso emocionado, como seria de qualquer cidadão, qualquer pai, vendo um funcionário do Governo ser morto por quadrilheiros.

Quero repetir aqui o pronunciamento do Sr. Governador.

(Lê):

“O assassinato do Major Pedro Plochaski, subcomandante do 13º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, no dia 28 de janeiro de 2005, em Curitiba, foi uma das mais violentas agressões sofrida pela corporação ao longo de seus 150 anos de vida.

São inúmeros os casos de soldados e oficiais que morreram em ação, cumprindo bravamente o dever. No entanto, o assassinato do Major Plochaski feriu e ofendeu duramente a Polícia Militar e os paranaenses.

Como se sabe agora, a conspiração para matá-lo e a execução da terrível trama teve participação de elementos da própria corporação. E isso dói, sangra mais ainda.

O Major Plochaski morreu porque foi corajoso e determinado nas investigações de irregularidades dentro do Batalhão em que servia. O Major Plochaski estava trazendo à superfície fatos terríveis, eventos tenebrosos que aconteciam no quartel e na área de atuação do 13º. Suas investigações haviam avançado. Ele descobrira as conexões e o envolvimento de comandados seu com o crime organizado. A quadrilha e os quadrilheiros estavam às vésperas de serem revelados e desmascarados.

A execução do Major Plochaski, em plena via pública, ainda à luz do dia, demonstrou a ousadia dos bandidos, a arrogância, a prepotência, a quase certeza da impunidade. Com aquele ato brutal, com a violência da ação empreendida, com o massacre impiedoso, eles não apenas queriam demonstrar força, poderio. Eles queriam

ainda mandar um aviso, intimidar, calar e ameaçar qualquer um que ousasse interpor-se no caminho da quadrilha.

E aquela farda transpassada por tantos tiros não era apenas a farda do Major Plochaski. Era a farda de toda a Polícia Militar do Paraná que recebia as balas assassinas. O sangue que manchou aquela farda era o sangue sacrificial da nossa Polícia Militar, imolada no cumprimento do seu dever. Éramos todos nós que recebíamos o impacto daquele atentado. Porque a nossa decisão de formar e consolidar uma polícia íntegra, dedicada e a serviço do nosso povo, estava sendo desafiada à bala.

Dona Rita, esposa, Carolina Priscila, Graceliz Maria e Lucas, filhos do Major Pedro Plochaski, sabermos, todos aqui saberão honrar a memória dele. E é com orgulho, diante das senhoras e da tropa formada, que o promovo a Coronel, o Coronel Pedro Plochaski.

Sra. Plochaski, meninas e menino Plochaski, eu sei quanto terrível é a dor de vocês. Eu sei quanto a violência do assassinato do Major abateu sobre as suas vidas. E mais uma vez manifesto aqui a minha solidariedade pessoal, a solidariedade do Governo do Paraná, dos paranaenses e de toda a Polícia Militar. Se nada repõe, se nada substitui a ausência do esposo e do pai, tenham a certeza do quanto nos honra homenageá-lo, lembrá-lo.

Para perenizar essa homenagem, para que nunca os paranaenses e a Polícia Militar esqueçam quem foi o Coronel Plochaski, para que seu exemplo inspire os soldados e oficiais de hoje e de amanhã, vamos perpetuar a sua lembrança com um busto, em bronze, que será instalado aqui no Quartel General.

Afinal, é preciso que a firmeza e a determinação do Coronel Plochaski perpetuem-se como símbolos para a conduta de todos os policiais militares do Paraná.

Se tudo isso nos entristece e comove, se essa ofensa tão grave à Polícia Militar revolta a todos, consola-nos a certeza de que temos uma das melhores corporações militares do país, e que os poucos que a desonram não vão conseguir afastá-la do caminho da correção, da dedicação, da boa conduta, da coragem.

A banda podre, a minoria bandida, assim como os tíbios e os coniventes não impedirão jamais, a nossa decisão de fazer com que as nossas polícias cumpram o dever de garantir segurança, paz e tranquilidade aos paranaenses. Dona Rita, Carolina Priscila, Graceliz Maria e Lucas, em nome dos paranaenses, em nome de minha família, em nome da Polícia Militar, em nome da Secretaria da Segurança, obrigado.

Vocês, com sacrifício extremo, com uma dor que ninguém nunca saberá medir e avaliar, vocês deram ao Paraná um homem bom e honrado. Ele permanecerá sempre em nossas memórias.”

E quero dizer que esse discurso, tenho a absoluta certeza será endossado por todos os 54 Deputados, Sr. Presidente.

É assim que se homenageia um herói porque enfrentar quadrilhas e aí esteve a ação da Polícia Federal

na semana passada, na quinta-feira, quando mais de oitenta homens da Polícia Militar, mais de oitenta homens da Polícia Federal, aliada à nossa Polícia Civil, a Polícia Militar vieram com busca e apreensão dos quadrilheiros e fizeram grande número de prisões. Para que seja conhecido em nível de Brasil, não só de Paraná, como essas quadrilhas se infiltraram e aqui apagaram a voz e a bravura de um militar que serve de exemplo. O crime tem que ser elucidado. O Governo Federal pôs a Polícia Federal à disposição a pedido do Governo Requião e aliado às nossas polícias, estão desvendando este quase mistério.

Quero dizer também que D. Rita, esposa do falecido, fez um pronunciamento de improviso, com lágrimas nos olhos, ao lado dos seus filhos, dizendo da coragem da família. Um homem, um lutador, um bravo major que deu a sua vida e deu o seu exemplo à sua família e à Polícia Militar.

Das palavras daquela senhora, D. Rita, esposa do falecido, a bravura da mulher paranaense e quero homenagear com essas minhas palavras a bravura e a figura de D. Rita, viúva, que dizia com lágrimas e com a sua voz embargada, o que a mulher, a companheira acompanhou aquele cidadão na sua luta, morrendo pobre, cumprindo o seu dever. Ela, com o seu espírito cristão, dizia que continuaria a rezar, para que todos fossem presos e punidos, para que o exemplo da dignidade do seu marido, ligado a seus filhos e à sua família, fosse com a prisão dos bandidos honrada. No seu espírito cristão ela perdoava, mas queria que com as prisões e a apresentação dos responsáveis desses marginais ficasse um exemplo de bravura da família Plochaski. Esta bravura da esposa, que com a voz embargada fez um discurso de improviso, emocionante, que fez escorrer lágrimas em toda a corporação da Polícia Militar. Eu vi a Deputada Elza, que fez uso do Pequeno Expediente relatando esses fatos. A Deputada Elza chorando, os nossos companheiros Deputados. Enfim, quem tem mulher, família, filho, quem é honesto e trabalha vendo aquela manifestação, ninguém poderia deixar de derramar as nossas lágrimas pela verdade e pela família.

Aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica o relato das palavras do discurso do Governador e da emoção que sentimos pela Polícia Militar e pelo Major Pedro Plochaski, falecido e homenageado nesse dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança da Oposição.

Liderança do Governo.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao Deputado Rafael Greca.

Liderança do PMDB: Deputado Rafael Greca

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas Elza Correia e Arlete Caramês, a operação do nosso sis-

tema elétrico do Paraná está para ser transferida para Florianópolis, em Santa Catarina.

Preocupo-me com a transferência das responsabilidades de uma área de excelência internacionalmente reconhecida, orgulho da nossa terra e da nossa gente, desde a COPEL para um operador nacional do sistema, uma operação longínqua, fora do nosso território e do nosso controle. O Sistema Paranaense de Eletricidade, como Foz do Areia, Segredo, Salto Caxias, Salto Santiago e Salto Osório, no Rio Iguaçu e mais outras usinas, como Santa Clara e Fundão, no Rio Jordão, hoje é operado pela COPEL.

O Paraná, enquanto Estado da Federação Brasileira, dispondo de uma empresa estatal de energia - mantida não sem luta popular, no movimento "A COPEL é nossa", que teve a liderança do então Senador Requião -, pode e deve permanecer controlado a sua operação elétrica. Afinal, se "A COPEL é nossa", não tem sentido transferir o controle da operação elétrica para Santa Catarina. Pois no caso do Paraná e do Rio Iguaçu a COPEL tem competência superior a qualquer ente, como esse Organizador Nacional do Sistema para operar o sistema elétrico.

Estou fazendo um pedido de informações à COPEL para alertar ao Sr. Governador e aos paranaenses sobre essa perda de poder, que se desenha para o mês de janeiro de 2006, com a transferência da operação do sistema elétrico da COPEL para um ente privado.

Eu queria falar sobre PCHs.

(Lê):

"O Brasil e o Paraná precisam despertar, de uma vez por todas, para que os benefícios econômicos, sociais e ambientais, das chamadas fontes de alternativas, limpas, e renováveis, de energia elétrica. Enquanto uma grande usina hidrelétrica convencional, tipo Itaipu ou Salto Caxias, força o êxodo de milhares de famílias humildes, arrendando-as das áreas a serem inundadas, e emite gases de efeito estufa, resultantes da decomposição das florestas submersas, uma PCH, ou pequenos reservatórios, gerando de 1 a 30 megawatts. Isto dispensa lagos gigantescos, e deslocamento compulsório das populações ribeirinhas.

A construção de uma única Pequena Central Elétrica, movimentaria cerca de quarenta milhões de reais, e cria até seiscentos empregos para trabalhadores locais, sem atrair um exército de mão-de-obra migrante, que terminando as obras permanece na região, desempregada, desajustada e sem perspectiva de futuro.

As PCHs recolhem impostos e taxas para o município que a sedia, contribuindo para o desenvolvimento de uma mentalidade ambiental sustentável, pois são obrigadas por lei a manterem programas educacionais, culturais e de divulgação.

Em várias partes do nosso país, aí, infelizmente, incluído o nosso Paraná, as pequenas centrais hidrelétricas encontram dificuldades para obter os licenciamentos ambientais necessários para as obras. O projeto em aná-

lise, aqui no Paraná, travados no IAP, poderiam gerar um bilhão de reais e seis mil empregos.

Por isso, da tribuna da Assembléia Legislativa, estou lançando ao Governador Requião um apelo para remover os obstáculos, que prejudicam os municípios do interior paranaense e tornam cada vez mais precário o compromisso assumido pelo Brasil, na conferência de Johannesburgo, - Rio + 10 anos -, que é de preencher, até 2012, 10% da matriz energética nacional com fontes alternativas.

Em dois anos podem ser construídas no Paraná umas 25 PCHs, desde que o IAP permita. Entre elas: Foz do Rio Estrela, junto ao Rio Irati, em Domingos Soares. São Jerônimo, em Guarapuava. Cinco usinas do Rio Chopim, a saber: Alto Chopim, Rancho Grande, São Luís, Foz do Corucaca, e Salto Alemã, Em Prudentópolis, está planejada Salto São João. E em General Carneiro, a usina de Catanduvás.

A severidade do IAP em segurar as licenças ambientais não se justifica, porque cada uma dessas pequenas centrais hidrelétricas tem seu programa ambiental próprio. Acionistas de empresas construtoras, como a canadense Brascan, seguem as 28 exigências de desenvolvimento sustentável da Bolsa Dow Jones, de Nova Iorque. O código chama-se "Sustainable Index".

Na Pequena Central Hidrelétrica do Rio Pedrinho, feita em Boaventura de São Roque, há toda uma crônica de exitoso projeto de avanço social. Fizeram ali educação ambiental, auxiliaram a APAE, aos hansenianos da região, e geraram recursos para a reforma de todas as escolas municipais."

É uma loucura que o IAP trave o desenvolvimento do Estado, impedindo as pequenas centrais hidroelétricas. Apelo ao Governador Requião para que associe ao seu magnífico programa de Governo e de desenho do futuro do Paraná, que inclui o PRODETUR, também as PCHs, as pequenas centrais hidrelétricas!

Concedo um aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Deputado Rafael Greca, fico feliz em ouvir o pronunciamento de V. Exa. com relação à questão das pequenas centrais hidrelétricas. Muitas delas foram, inclusive, projetadas, programadas e apenas e tão somente não receberam o licenciamento ambiental para que pudessem iniciar a sua construção.

Como falou V. Exa, é uma questão de futuro. Nós temos a condição de, com as pequenas centrais hidrelétricas, além de fazer a geração de energia suficiente que temos por demanda e que ainda o potencial hidrelétrico nos permite, nós temos a condição de fazer as pequenas centrais hidrelétricas ecologicamente e ambientalmente corretas.

Ocorre que o Governador Requião, - e eu conversei com ele numa oportunidade, - ele é contra a COPEL comprar a energia das pequenas centrais hidrelétricas, o

que, claro é uma opção que a COPEL tem, mas nem por isso, na minha opinião, poderia deixar de ser dada autorização para que nós tivéssemos a possibilidade de concretizar as pequenas centrais hidrelétricas.

Na nossa região, no Sudoeste do Paraná, que V. Exa. conhece, Deputado Rafael Greca, o Rio Chopim está projetado, se não me falha a memória...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Cinco, cinco usinas...

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Parece-me que há um estudo para doze já, um estudo para doze, mas cinco me parece com a possibilidade de iniciar imediatamente.

Então, embora o Deputado Rossoni me peça para...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Alto Chopim, Rancho Grande, São Luís, Foz do Curucaca e Salto da Alemã, são as que estão previstas no Rio Chopim.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

É que eu gostaria apenas de somar-me ao pronunciamento de V. Exa, porque acho que se nós tivéssemos autorização para execução e concretização das pequenas centrais elétricas quem ganharia, na minha opinião, era o povo do Paraná. Agora claro, nós deveremos sempre cuidar, obviamente, para que sejam respeitados os princípios ambientais.

Muito obrigado, era esta a contribuição para o pronunciamento de V. Exa.

O Sr. Vadir Rossoni (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Greca, eu apenas quero me manifestar e me somando ao seu pronunciamento. Este seu pronunciamento já foi feito nesta Casa há aproximadamente cinco, seus meses atrás por este Parlamentar.

Tenho certeza absoluta que a sua voz é mais bem-vinda dentro do Palácio Iguazu. E o entrave das PCHs está com o Governador Requião. Se o Governador tomar uma medida nós teremos esses investimentos sempre respeitando os princípios ambientais que devem ser respeitados. Somo-me a V. Exa. e espero que sua voz seja ouvida pelo Exmo. Sr. Governador.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nós estamos auditando a questão da COPEL - parece-me que o Estado está comprando energia da CIEN. Se o Estado está comprando energia da CIEN, já comprou em torno de um bilhão de reais neste Governo, por que não incentivarmos a construção dessas pequenas usinas como essa de Honório Serpa, por exemplo, que é

uma pequena usina, que tem um pequeno impacto ambiental e que é um dinheiro que o BNDES está emprestando e que a COPEL pode por lei, está assim decidido, ser majoritária em todas elas?

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Cada pequena central hidrelétrica significa em torno de quarenta milhões de investimentos e seiscentos novos empregos no interior.

Agora, eu renovo o apelo para que nos respondam desde a COPEL, por que transferir a operação elétrica do Paraná para Florianópolis, em Santa Catarina?

Obrigado, Sr. Presidente.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 030/2005, de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente, sugerindo a criação do Vale-lazer, no âmbito do Estado do Paraná e dá outras disposições. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Augustinho Zucchi e Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão (Votação Em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/2005, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros, que dispõe sobre aprovação prévia, pelo Poder Legislativo, da escolha do titular da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1894, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões.

Em discussão e votação o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, nós conversamos com o Líder do Governo e achamos que, não para este Governo mas para o próximo, é um projeto importantíssimo. Eu já tinha entrado com este projeto antes do término da CPI de Paranaguá e há um acordo dos membros da CPI, através do Deputado Alexandre Curi, que representava o Governo naquele acordo de a CPI apoiar o projeto.

Então, estamos retirando-o para fazer a co-autoria de todos os membros da CPI do Porto de Paranaguá para depois ele voltar em pauta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 125/2005).

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 009/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que cria a função de Ouvidor-Corregedor nas universidades e faculdades estaduais do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 009/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada a Ouvidoria nas Universidades e Faculdades Estaduais como um órgão de assessoramento administrativo no que concerne à comunicação com a comunidade, visando o aperfeiçoamento das ações institucionais.

Art. 2º A Ouvidoria será coordenada por um(a) Ouvidor(a) escolhido(a) através de lista tríplice pela

comunidade, em voto secreto organizado pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para um mandato de 2 (dois) anos, em data não coincidente com a eleição para Reitor, sendo permitida uma única recondução para mandato consecutivo, e desempenhará a função em caráter de dedicação exclusiva, ressalvadas as atividades docentes.

Art. 3º Compete à Ouvidoria:

I - receber e dar o devido encaminhamento, quando devidamente apresentadas as reclamações, denúncias, sugestões ou demais contribuições que lhe forem dirigidas por membro da comunidade universitária ou da comunidade em geral;

II - acompanhar as providências adotadas pelos setores competentes, garantindo o direito de resolutividade e mantendo o requerente informado do processo;

III - propor ao Reitor a implementação de medidas administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente;

IV - propor aos órgãos da administração a edição, alteração e revogação de atos normativos, com vistas ao aperfeiçoamento acadêmico ou administrativo da Instituição;

V - sugerir aos órgãos da administração medidas de aperfeiçoamento da organização e do funcionamento da Instituição;

VI - atuar, como mediador em conflitos de interesse e divergências internas, atendidas as normas internas e a legislação vigente;

VII - promover a divulgação de suas ações, visando à melhor consecução de seus objetivos;

VIII - encaminhar relatório semestral de suas atividades ao Conselho Universitário e SETI;

IX - prestar informações e esclarecimentos ao Conselho Universitário e a SETI, quando convocado para tal fim;

X - promover pesquisa de opinião junto a segmento(s) da comunidade universitária, com o fim precípuo de subsidiar as ações referidas nos itens IV e V deste artigo, excetuando-se as sondagens que envolvam explicitamente o nome de qualquer membro da comunidade, bem como aquelas concernentes à matéria sobre a qual já tenha ocorrido deliberação dos órgãos colegiados superiores.

Art. 4º No exercício das atribuições previstas no artigo anterior, a Ouvidoria deverá:

I - receber as contribuições encaminhadas pela comunidade, dando-lhes o devido encaminhamento, mesmo àquelas sem identificação, neste caso se justificáveis as razões do anonimato;

II - recusar como objeto de apreciação as questões pendentes de decisão judicial;

III - rejeitar e determinar o arquivamento de manifestações improcedentes, mediante despacho fundamentado;

IV - promover as necessárias diligências visando ao esclarecimento da questão em análise, sendo no entanto, expressamente vedada a participação de algum de seus membros como defensor dativo em processo administrativo;

V - atender sempre o manifestante com cortesia e respeito, sem discriminação ou pré-julgamento, dando-lhe uma resposta à questão apresentada, no menor prazo possível e com objetividade;

VI - agir com integridade, transparência, imparcialidade e justiça;

VII - zelar pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência pública;

VIII - resguardar o sigilo das informações.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.06.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

1ª Discussão

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2006. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CO. (Publ. no DA nº 028/2005, de 18.04.2005, em Mensagens).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 189/2005

P A R E C E R :

Trata-se do Projeto de Lei nº 189/2005, oriundo da Mensagem Governamental nº 12/2005, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2006.

À Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2006, forma apresentadas um total de 43 (quarenta e três) emendas, das quais foram acolhidas 33 (trinta e três) e não acatadas 10 (dez) emendas.

As emendas acatadas, o foram face à sua absoluta compatibilidade com as disposições constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, além de reforçarem as prerrogativas do Poder Legislativo quanto à fiscalização orçamentária.

Procurou-se incorporar ao texto todas aquelas emendas que total ou parcialmente retratavam com fidelidade e valorizavam a função fiscalizadora desta Casa de Leis.

Quanto às emendas que não foram acatadas, a rejeição deu-se em face de motivos como: a incompa-

tibilidade com a estrutura da norma à Lei Plurianual - PPA, inoportunidade da proposta - já que em muitos dos casos o momento tecnicamente adequado para proceder às alterações nelas indicados será quando da apreciação, por este Poder, da Lei Orçamentária e PPA - ou ainda por infringirem dispositivos da Constituição Estadual. Portaria Interministerial nº 163/2001 bem como a Lei nº 4320/86, que versa sobre matéria orçamentária.

Desta maneira, o Substitutivo apresentado vem em consonância com as Constituições Federal e Estadual e já adaptada à “Lei de Responsabilidade Fiscal”, dando continuidade ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, e seqüência à política das contas públicas no Paraná.

Observadas tais premissas e diante da observância, pela LDO, das disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária, somos de parecer favorável à sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 14.06.2005.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 189/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná e em conformidade com o requerido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2006, compreendendo:

- I - as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV - a estrutura e organização dos orçamentos;
- V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;
- VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- X - disposições transitórias;
- XI - demais disposições.

Capítulo I

Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º As ações prioritárias da Administração Pública Estadual para o exercício de 2006 estão vinculadas às linhas de ação a seguir discriminadas:

- 1. Educação, Inovação e Cultura;
- 2. Infra-Estrutura e Meio Ambiente;
- 3. Expansão Produtiva;
- 4. Emprego, Cidadania e Solidariedade;
- 5. Gestão do Estado.

Art. 3º No Projeto de Lei Orçamentária, a destinação dos recursos relativos aos programas sociais conferirá prioridades às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Parágrafo Único. O Poder Executivo discriminará as áreas a que se refere o *caput* deste artigo com seus respectivos montantes, bem como o detalhamento das ações, através de relatório que deverá acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2006.

Art. 4º As ações relacionadas às cinco linhas de ação serão detalhadas no Projeto de Lei Orçamentária, seguindo as principais diretrizes:

- I - garantir o acesso à educação básica pública e gratuita de qualidade para todos e assegurar a oferta educacional para os segmentos sociais menos favorecidos;
- II - aumentar a geração de emprego e renda;
- III - aumentar a eficiência, a qualidade e a cobertura da oferta de serviços públicos de saúde;
- IV - desonerar micro e pequenas empresas de modo a facilitar a acumulação de capital e a criação de empregos no setor formal da economia;
- V - implementar estratégias integradas para o desenvolvimento da infra-estrutura de transporte multimodal do Estado, criando condições para o bom andamento das atividades produtivas e para a inclusão de áreas de baixo desenvolvimento humano na malha de produção do Estado;
- VI - aperfeiçoar a eficiência alocativa dos gastos públicos mediante melhor planejamento das políticas públicas;
- VII - criar mecanismos que induzam a distribuição de renda e a mudança social;
- VIII - combater o crime e a violência com a adoção de programas de prevenção;
- IX - melhorar a qualidade da prestação de serviços aos cidadãos, implementar e difundir modelos empreendedores de gestão pública e investir na capacitação profissional dos servidores públicos estaduais;
- X - proporcionar meios de incentivo à produção e difusão cultural do Estado;
- XI - fomentar a agricultura familiar dando ênfase à produção agroecológica;
- XII - criar, manter e aprimorar programas e mecanismos de atendimento ao portador de deficiência e ao

idoso, proporcionando o desenvolvimento pessoal e familiar, bem como, a inclusão social;

XIII - manter e ampliar o atendimento de adolescentes em conflito com a lei;

XIV - direcionar as políticas públicas no sentido de aprofundar e qualificar a universalização do atendimento às demandas sociais da população, buscando facilitar condições de emprego e renda, assim como o acesso aos direitos sociais;

XV - articular programas que assegurem o desenvolvimento científico e tecnológico no Estado;

XVI - estimular a ampliação da base produtiva via crescimento dos investimentos e aumento da produtividade;

XVII - ampliar a oferta de vagas no sistema penitenciário, reduzindo o número de presos provisórios e condenados em cadeias públicas e delegacias;

XVIII - reduzir as deficiências nutricionais, desencadeando ações para a redução dos índices de morbidade, mortalidade e desnutrição infantil;

XIX - implementar e apoiar os Municípios com forte atração turística;

XX - aperfeiçoamento do ensino superior nas Universidades Públicas do Estado do Paraná, ampliando os investimentos e garantindo a melhoria da qualidade de ensino;

XXI - criar e manter programas de atendimento às mulheres, respeitando o recorte da raça e etnia, proporcionando à inclusão social;

XXII - proporcionar meios de incentivo para a produção industrial do Estado.

Capítulo II

Da Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício

Art. 5º A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 328, de 27/08/2001 da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Art. 6º As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2006, estão estimadas no valor aproximado de R\$15.730.523.000,00 (quinze bilhões, setecentos e trinta

milhões, quinhentos e vinte e três mil reais) a preços de 30 de junho de 2005.

Art. 7º As receitas previstas no artigo anterior e consequentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, poderão ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de um índice de atualização a ser determinado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que melhor reflita os preços da economia paranaense, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2005, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei Orçamentária.

Capítulo III

Dos Critérios para a Distribuição dos Recursos Orçamentários

Art. 8º A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferência constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

- Poder Legislativo até	5,0%
- Poder Judiciário até	8,5%
- Ministério Público até	3,7%

Art. 9º O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2006 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 8º desta lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual, da Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná e do Decreto Estadual nº 1952, de 24 de outubro de 2003;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento), da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, correspondendo para 2006 a 13% das receitas especificadas;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;

X - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

XI - ao pagamento de sentenças judiciais;

XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 35 desta lei.

XIII - ao Fundo Estadual de Cultura - FEC, previstos no artigo 2º da Lei nº 13165/2001, para atendimento à pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio cultural paranaense.

Art. 10. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de modificação na estrutura administrativa do Poder Executivo.

Parágrafo único. Na elaboração do orçamento deverão ser previstos recursos necessários para as implantações e implementações das Regiões Metropolitanas de Londrina e Maringá.

Capítulo IV

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 11. Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

a) Função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

b) Subfunção: nível de agregação de um subconjunto de ações do Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

c) Programa: instrumento de organização da ação governamental, pelo qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais financeiros a ele alocados e com custo global determinado (Nível Estadual da Funcional Programática);

d) Programas de Governo: são idéias e propostas mencionadas no Plano de Governo;

e) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo;

f) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo;

g) Operação Especial: conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de Governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

h) Modalidade de Aplicação: especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários;

i) Órgão Orçamentário: constitui o primeiro nível de desdobramento da programação orçamentária de cada um dos Poderes do Estado;

j) Unidade Orçamentária: agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que são consignadas dotações próprias. Podemos caracterizar como Agência Executiva em cujo nome a lei orçamentária anual consigna expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho. As Unidades Orçamentárias constituem desdobramentos de órgãos orçamentários.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 3º Cada projeto, atividade ou operação especial estará vinculado a uma função e a uma subfunção.

Art. 12. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por Unidade Orçamentária, especificando os grupos de natureza de despesas de cada categoria econômica, a modalidade de aplicação, e o grupo de fonte de recursos.

§ 1º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o *caput* deste artigo constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida

Outras Despesas Correntes

DESPESA DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida

§ 2º A Modalidade de Aplicação a que se refere o *caput* deste artigo observará, o seguinte detalhamento:

I - 20 - Transferências da União;

II - 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal;

III - 40 - Transferências a Municípios;

IV - 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;

V - 60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;

VI - 70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais;

VII - 80 - Transferências ao Exterior;

VIII - 90 - Aplicações Diretas;

IX - 99 - A ser Definida.

§ 3º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o *caput* deste artigo constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;

Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;

Fonte 103 - Receita Condicionada da LC nº 87/96;

Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE;

Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e outros;

Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;

Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis;

Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;

Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM/PEDU/ PARANASAN;

Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;

Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública - FUNSAUDE;

Fonte 125 - Vendas de Ações e/ou Devolução de Capital Subscrito;

Fonte 126 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;

Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária - FEAP;

Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO;

Fonte 129 - Taxas de Polícia - FUNRESPOL;

Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091/95;

Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;

Fonte 138 - Taxa Ambiental;

Fonte 139 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;

Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais - FDU;

Fonte 146 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCMB.

GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;

Fonte 148 - Outros Convênios.

GRUPO 15 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;

Fonte 130 - Operação de Crédito Externa - Paraná 12 Meses / BIRD;

Fonte 136 - Operação de Crédito Externa - PROEM/BID;

Fonte 137 - Operação de Crédito Externa - Paraná Urbano II / BIB;

Fonte 140 - Operação de Crédito Externa - Saneamento Ambiental - PARANASAN/JBIC;

Fonte 142 - Outras Operações de Crédito Externas.

GRUPO 16 - SALÁRIO EDUCAÇÃO - compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE.

GRUPO 45 - FUNDEF - compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

GRUPO 95 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;

Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;

Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;

Fonte 253 - Cota-Parte das Rendas das Loterias Estaduais;

Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro - FUNRESTRAN;

Fonte 255 - Transferências da União - SUS;

Fonte 256 - Reposição Florestal - SERFLOR;

Fonte 260 - Multas Ambientais - FEMA (Fundo Estadual de Meio Ambiente);

Fonte 270 - Aumento de Capital Social;

Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;

Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

Art. 13. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesas destacados por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2006 à Assembléia Legislativa.

Art. 15. O Programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará à Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, juntamente com o projeto de lei orçamentária, demonstrativo nos termos e forma a que se refere o *caput* com indicação das respectivas fontes.

Art. 16. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da lei;

III - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná;

VIII - anexo VI contendo as Vinculações Legais a que se refere o artigo 57 desta lei.

Capítulo V

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 17. A elaboração do Projeto de Lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2006 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeiro, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º O Poder Executivo visando a realização da audiência pública, prevista no artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, encaminhará à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes da audiência: relatórios de avaliação do cumprimento das metas fiscais - Anexo I desta lei, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas, da Dívida Pública atualizada; dos limites constitucionais relativos a Gastos com Saúde e Educação comparando-se previsão e execução; dos limites de Pessoal e endividamento; das ações previstas nos artigos 42, 43 e 44 desta lei, entre outros.

§ 3º O Poder Executivo divulgará na internet, ao menos:

I - as estimativas das receitas de que trata o artigo 12, parágrafo 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II - a lei orçamentária e seus anexos;

III - a execução orçamentária com o detalhamento das ações, por Órgão e Unidade, por função, subfunção e programa, mensalmente e de forma acumulada;

IV - relatório contendo dados gerenciais referentes à execução do Plano Plurianual;

V - até o vigésimo dia de cada mês, relatório comparando a arrecadação mensal realizada até o mês anterior das receitas do orçamento fiscal e próprio da Administração Indireta às do Sistema Previdenciário do Estado, com as respectivas estimativas mensais constantes dos demonstrativos encaminhados juntamente com a proposta de lei orçamentária, bem como de eventuais reestimativas;

VI - até o vigésimo quinto dia de cada mês, relatório comparando a receita realizada com a prevista na lei orçamentária e no cronograma de arrecadação, mês a mês e acumulada.

Art. 18. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público, promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a

serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 19. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 20 de setembro de 2005, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 20. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 21. As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30 de junho de 2005.

Art. 22. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programa na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Art. 23. Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, parágrafo 3º da Constituição Federal e do artigo 135, parágrafo 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;

VI - fixadas despesas com valores simbólicos.

Art. 24. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Findos e

Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 25. Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades, para evitar duplicidade, apenas serão demonstrados na sua totalidade, como repasse de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 26. O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado e apresentarão apenas o seu Orçamento de Investimento.

Art. 27. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes compreenderá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 28. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007.

Art. 29. A lei orçamentária de 2006, incluirá verba necessária ao pagamento de débitos da Fazenda Pública Estadual, oriundo de setenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal.

§ 1º As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 2º Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até 20 de julho de 2005, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2005, a serem incluídos no orçamento de 2006, especificando:

I - número da ação originária;

II - número do precatório;

III - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);

IV - enquadramento (alimentar ou não alimentar);

V - data da inscrição do precatório no órgão/unidade;

VI - nome do beneficiário e o número de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) ou

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

VII - valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2005, conforme artigo 98, parágrafo 3º da Constituição do Estado do Paraná);

VIII - cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento quando se tratar de ação civil.

§ 3º A Fazenda Pública Estadual, encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado e ao Tribunal de Contas, trimestralmente, até 15 (quinze) dias após, relatórios de pagamentos de precatórios realizados, elaborados na forma dos incisos I a VIII do parágrafo 2º, destacando-se os valores originais, da correção monetária e o montante pago no trimestre e acumulado.

Art. 30. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receitas orçamentárias e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

§ 1º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferência intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordo, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 328 STN, de 27 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5.265, de 25 de janeiro de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

§ 3º Para dar cumprimento ao disposto no *caput* deste artigo e as disposições do artigo 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Poder Executivo encaminhará, mensalmente, até 10 (dez) dias úteis, à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado demonstrativo da aplicação dos recursos referentes a projetos, ações, bens e/ou serviços discriminando as classificações funcionais e por programas, a unidade orçamentária, a contratada ou conveniente, o objeto e os prazos de execução, os valores e as datas das liberações e as fontes de recursos.

Art. 31. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgãos, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 32. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o

comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 33. O saldo financeiro verificado em 31.12.2005, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada, no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31.01.2006.

Art. 34. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo para atender programas prioritários de Governo.

Art. 35. A Lei Orçamentária Anual de 2006 conterá reserva de contingência constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, a no mínimo 1% (um por cento) da receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 36. A Lei Orçamentária para o exercício de 2006, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais até o limite máximo de 10% do valor da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, excetuando-se as dotações vinculadas suportadas por recursos provenientes de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

Parágrafo único. É vedada a concessão de abertura de crédito ilimitados, nos termos do inciso VII do artigo 167 e do artigo 135 das Constituições Federal e Estadual, respectivamente.

Capítulo VI

Dos Ajustamentos do Plano Plurianual

Art. 37. Os ajustes nas ações dos Programas do Plano Plurianual, bem como, as alterações em suas metas fiscais e financeiras e nas suas regionalizações serão incluídos na Proposta Orçamentária de 2006.

Capítulo VII

Das Disposições sobre as alterações na Legislação Tributária

Art. 38. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado se atendidas as exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2005, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquota dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 3º Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 4º São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para os fins do *caput* desta lei, os gastos governamentais indiretos decorrentes do sistema tributário vigente que visam atender objetivos econômicos e sociais, explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção ao sistema tributário de referência e que alcance, exclusivamente determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

Art. 39. Para fins de apuração do cálculo dos percentuais máximos destinados aos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público, dispostos no artigo 8º desta lei deverão ser computadas, na respectiva base ou montante relativo às Transferências Financeiras da Lei Complementar nº 87/96, tendo em vista sua natureza.

Capítulo VIII

Das disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida

Art. 40. No exercício financeiro de 2006 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativos, Judiciário e Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101,

de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º O Estado poderá conceder reposição e alteração salarial desde que respeitados os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas previstas no artigo 22, parágrafo único, item I da referida lei.

§ 4º O Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e Previdência, desenvolverá programas de prevenção às doenças relacionadas ao trabalho.

Art. 41. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerados necessários para manter o ajuste fiscal do Estado.

Capítulo IX

Das disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito

Art. 42. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 43. As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimos pretendidos para o exercício de 2006, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Art. 44. A Agência de Fomento do Paraná S/A, que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, assim como os entes de desenvolvimento Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDA, Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU e o Fundo de Aval respeitadas as suas especificidades observarão as seguintes prioridades:

I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;

II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso às formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;

III - fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;

IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, rural, regional e municipal;

V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;

VI - fomento à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, à estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e à geração de empregos.

§ 1º O Poder Executivo deverá enviar à Assembleia Legislativa, em até 15 (quinze) dias após o encaminhamento da proposta de lei orçamentária, plano de aplicação dos recursos dos entes de fomento referidos no *caput*, contendo o executado nos dois últimos exercícios, o previsto para 2005 e o estimado para 2006, detalhado na forma do parágrafo 4º.

§ 2º Integrarão o relatório de que trata o artigo 165, parágrafo 3º da Constituição Federal demonstrativos consolidados, por agência e/ou ente de fomento, relativos a empréstimos e financiamentos, dos quais constarão as aplicações no período, inclusive a fundo perdido, os recebimentos no período e os saldos atuais, discriminando-se o total, setor de atividade, origem dos recursos aplicados e porte do tomados.

§ 3º É vedada a concessão ou renovação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pelos referidos entes financeiros oficiais de fomento a:

a) empresas e entidades do setor privado ou público, inclusive aos municípios, bem como às suas entidades da administração indireta, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista e demais empresas em que o município direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, que estejam inadimplentes com o Estado e a União, seus órgãos e entidades das administrações direta e indireta;

b) empresas para importação de produtos ou serviços com similar nacional detentor de qualidade e preço equivalentes, exceto se demonstrada, manifestamente, a impossibilidade do fornecimento do produto ou prestação do serviço por empresa com sede no País.

§ 4º A elaboração dos demonstrativos a que se refere o parágrafo 2º e o plano de aplicação de que trata o parágrafo 1º, deverão observar os seguintes critérios:

a) a definição do porte do tomador levará em conta a classificação adotada pelo Agente Financiador;

b) os empréstimos e financiamentos deverão ser apresentados evidenciando, separadamente, o fluxo das aplicações (empréstimos e financiamentos concedidos, menos amortizações) e os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos; e

c) a metodologia deve explicitar tanto para o fluxo das aplicações quanto para os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos, a composição de

- Recursos Próprios;
- Recursos do Tesouro; e
- Recursos de Outras Fontes.

§ 5º Os entes de fomento e desenvolvimento referidos neste artigo deverão manter atualizados na internet relatórios de suas operações de crédito consoantes à determinações constantes do parágrafo 2º.

Capítulo X

Disposições Transitórias

Art. 45. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2006, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Capítulo XI

Demais disposições

Art. 46. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único. O Poder Executivo encaminhará bimestralmente até 30 (trinta) dias após, à Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa do Paraná, relatório de execução das emendas de que trata o *caput* deste artigo, na forma e teor dispostos nos respectivos anexos, destacando o período de sua realização e a posição acumulada.

Art. 47. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 7º desta lei.

Art. 48. Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 49. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 50. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e

controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 51. Fica autorizada a alocação de recursos para expansão do Ensino Superior na Universidade do Norte Pioneiro.

Art. 52. O Tribunal de Contas do Estado encaminhará à Assembléia Legislativa do Paraná, informações e cópias dos respectivos processos de atos ou fatos impugnados no âmbito da Administração Pública Estadual, até 30 (trinta) dias após apreciação plenária da matéria, independentemente, da deliberação exarada.

Art. 53. O Poder Executivo deverá elaborar, ao final do exercício, um relatório contendo os estornos de empenhos realizados no período discriminando: data do estorno; número do empenho, número da liquidação; valor estornado; nome do credor; histórico do empenho e as justificativas/motivo do estorno.

Parágrafo único. O demonstrativo de que trata o *caput* deste artigo acompanhará a prestação de contas anual do Governo do Estado, e deverá ser encaminhado à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas até 15 de abril do exercício subsequente ao período a que se referem os empenhos estornados.

Art. 54. O Poder Executivo, por intermédio do seu órgão central do Sistema de Planejamento, deverá atender, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento, às solicitações encaminhadas pelo Presidente da Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa, quanto as informações pertinentes aos Planos e Orçamentos Públicos relativas a aspectos quantitativos e qualitativos de qualquer categoria de programação ou item de receita, incluindo eventuais desvios em relação aos valores da proposta que venham a ser identificadas posteriormente ao encaminhamento do projeto de lei orçamentária.

Art. 55. Em cumprimento ao disposto no artigo 5º, inciso I da Lei nº 10028, de 19 de outubro de 2000, os titulares do Poderes e órgãos referidos no artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000, encaminharão ao Tribunal de Contas os respectivos Relatórios de Gestão Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias após o final do quadrimestre.

Art. 56. Na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, bem como na Execução Orçamentária, deverá ser evidenciada a despesa com cargos em comissão em subelemento específico.

Art. 57. Integrará a Lei Orçamentária Anual, para efeito de normatização, fixação e aferição de resultados,

o Anexo de Vinculações relativo aos limites determinados por lei específica e por esta lei.

Art. 58. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.2005.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Neivo Beraldin e 1 ilegível.

ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

A execução orçamentária e financeira de 2004 foi marcada pela continuidade do processo de equilíbrio das contas públicas estaduais.

Para a execução orçamentária do exercício, o Poder Executivo, por meio de Decreto nº 2.518, de 22 de janeiro de 2004, estabeleceu os critérios para a liberação trimestral dos recursos orçamentários, observando as estimativas de ingresso de receita.

No exercício de 2004 as despesas não financeiras, ou seja, as despesas totais deduzidas as referentes a juros e amortizações da dívida, tiveram um acréscimo de 8,94% com relação aos valores previstos na LDO.

No que se refere às receitas não financeiras, houve um acréscimo de 7,82% com relação aos valores previstos na LDO. Isso ocorreu basicamente devido a excesso de arrecadação nas receitas tributárias, nas receitas de transferência, nas receitas patrimoniais, bem como nas demais receitas correntes. Por sua vez, as receitas de contribuições sofreram uma redução de 8,06%, com relação aos valores previstos na LDO, tendo em vista o não recolhimento da contribuição do servidor inativo, que estava na estimativa da LDO.

Por conta dos impactos apresentados, a meta do resultado primário realizado no exercício, ficou semelhante ao resultado primário previsto na LDO 2004, ou seja, com uma redução de 4,45% (ver Tabela I).

Tabela I - Metas Fiscais Relativas a 2004

Discriminação	Previsto (em R\$ mil)	Realizado (em R\$ mil)
Receita Não Financeira	10.726.153	11.565.301
Despesa Não Financeira	9.834.636	10.713.424
Resultado Primário	891.517	851.877

Apesar do bom desempenho das contas públicas estaduais, o perfil do endividamento público do Estado, indica um grande comprometimento do orçamento estadual para o pagamento do serviço da dívida.

As Tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2003 e 2004 e reprogrameadas para 2005.

Tabela 2 - Metas Fiscais 2003/2005 - Preços Correntes - em R\$ 1000

Discriminação	2003	2004	2005 Reprogra- mado
I. Resultado Primário Indicado na LDO	223.325	891.517	897.003
II. Resultado Primário Obtido	733.618	851.877	323.420
III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	510.293	-39.640	-573.583
IV. Resultado Nominal Obtido	-211.806	610.158	-820
Fonte: SEFA/SEPL			

Tabela 3 - Metas Fiscais 2003/2005 - Preços Correntes de 2005 - em R\$ 1000

Discriminação	2003	2004	2005 Reprogra- mado
I. Resultado Primário Indicado na LDO	346.154	1.129.258	897.003
II. Resultado Primário Obtido	1.137.108	1.079.047	323.420
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	790.954	-50.211	-573.583
IV. Resultado Nominal Obtido	-328.299	772.868	-820
Fonte: SEFA/SEPL			

Como desdobramento do Contrato de Refinanciamento de Dívida nº 11/98 - STN/COAFI/MF firmado com a União em 31 de março de 1998, o Estado aderiu ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal em outubro do referido ano.

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal compõe-se de seis principais metas fiscais que se referem tanto ao desempenho das contas públicas, quanto a aspectos de

modernização administrativa e reforma do Estado. No período de 1998 a 2004, o Estado passou a acumular superávit primários com vistas à sustentação do pagamento dos encargos decorrentes do Contrato de Refinanciamento, considerando-se a execução do Tesouro Estadual na metodologia e sistemática específicas do Programa.

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A continuidade da política fiscal para os próximos anos tem por objetivo o resgate da capacidade de investimento do Estado para apoiar a estratégia de desenvolvimento delineada no Plano de Governo e no Plano Plurianual.

A garantia de investimentos só será possível com a manutenção de superávits primários.

Tabela 4 - Indicadores econômicos para o período 2004-08

Indicador	2004	2005	2006	2007	2008
PIB do Brasil (variação %)	5,20	3,70	3,80	3,70	3,60
PIB do Paraná (variação %)	2,40	3,00	4,30	4,20	4,10
Inflação, IPCA (variação %)	7,60	6,00	5,00	4,50	4,50
Taxa de Câmbio, final do ano (R\$/US\$)	2,65	2,80	2,95	3,11	3,20
Fonte: IPARDES/SEPL					

A existência de superávit primário no período de 2006 a 2008, na média de 0,6% do PIB do Paraná, supõe:

1. a retomada do crescimento sustentável da economia paranaense;
2. o incremento das receitas não financeiras;
3. a continuidade do controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual;
4. o cumprimento do programa de ajuste fiscal firmado com o Governo Federal.

A continuidade dessas condições permitirão um gradual incremento dos recursos disponíveis para a realização do investimentos e para a execução de programas finalísticos.

As Tabelas 5 e 6, apresentadas a seguir resumem as metas fiscais para o período de 2006 a 2008, a preços correntes e constantes de 2005, de acordo com as ações mencionadas anteriormente.

Tabela 5 - Metas Fiscais para o período 2006-08, Preços Correntes

Discriminação	2006		2007		2008	
	R\$ 1.000%	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. Receita Não Financeira	14.382.650	13,57	15.440.431	13,98	16.614.300	14,45
II. Despesas Não Financeiras	13.795.269	13,01	14.754.579	13,35	15.911.273	13,83
III. Resultado Primário	587.381	0,55	685.852	0,62	703.027	0,61
IV. Saldo Devedor da Dívida	12.768.243	12,04	12.873.317	11,65	12.935.232	11,25
V. Resultado Nominal	362.388	0,34	105.074	0,10	61.915	0,05

Fonte: SEPL/SEFA

Nota: O Resultado Nominal correspondente à variação no estoque da dívida. Se o sinal é positivo (+) indica redução no estoque da dívida, se for negativo (-) indica aumento no estoque da dívida.

Tabela 6 - Metas Fiscais para o período 2006-08, Preços Constantes de 2005

Discriminação	2006		2007		2008	
	R\$ 1.000%	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. Receita Não Financeira	11.985.494	13,57	11.580.323	13,98	12.460.725	14,45
II. Despesas Não Financeiras	11.496.012	13,01	11.065.934	13,35	11.933.455	13,83
III. Resultado Primário	489.482	0,55	514.389	0,62	527.270	0,61
IV. Saldo Devedor da Dívida	10.640.160	12,04	9.654.988	11,65	9.701.424	11,25
V. Resultado Nominal	301.989	0,34	78.806	0,10	46.436	0,05

Fonte: SEPL/SEFA

Nota: O Resultado Nominal corresponde à variação no estoque da dívida. Se o sinal é positivo (+) indica redução no estoque da dívida, se for negativo (-) indica aumento no estoque da dívida.

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2002 a 2004.

O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Tabela 7 - Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios

Patrimônio Líquido	2004 (R\$ 1.000)	2003 (R\$ 1.000)	2002 (R\$ 1.000)
Ativo Financeiro	1.594.429	1.261.043	756.611
Ativo Permanente	18.721.198	15.831.900	13.038.006
Soma do Ativo Real	20.315.627	17.092.943	13.794.617
Passivo Financeiro	4.087.386	4.248.363	3.771.588
Passivo Permanente	14.073.289	12.484.539	12.415.759
Soma do Passivo Real	18.160.675	16.732.902	16.187.347
SALDO PATRIMONIAL	2.154.952	360.041	-2.392.730

O Balanço Patrimonial do exercício de 2002 apresentou um Déficit Patrimonial no valor de R\$ 2.392,7

milhões, resultante da diferença entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Esse Déficit representou um acréscimo de 881,8 milhões sobre o Déficit Patrimonial de 2001.

Para os exercícios de 2003 e 2004 o Balanço Patrimonial do Estado apresentou Superávit Patrimoniais nos valores de R\$ 360,0 milhões e R\$ 2.154,0 milhões, respectivamente.

4. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial

O Ativo Total da PARANAPREVIDÊNCIA em dezembro de 2003, atingiu o montante de R\$ 3,383 bilhões, e em dezembro de 2004, registrou o valor de R\$ 3.693 bilhões. O Programa de Investimentos do Fundo Previdenciário que correspondia a R\$ 2.818 bilhões em dezembro de 2003 registrou o valor de R\$ 3,024 bilhões em dezembro de 2004.

O ano de 2004 foi marcado pela valorização cambial de 8,13% do real em relação ao dólar, com reflexo negativo direto na rentabilidade dos investimentos, os quais têm 60% da carteira representados por títulos inegociáveis, indexados à variação do dólar.

Desta forma, no ano, rentabilidade da Carteira Total de Títulos do Programa de Previdência, foi de 6,13%, equivalente a 37,9% do CDI e correspondendo ao IGP-M menos 5,48% ao ano.

Considerando-se somente a Carteira de Mercado (excluídos os Certificados Financeiros do Tesouro), a

rentabilidade no ano foi de 17,48%, equivalente a 108,1% do CPI, o que corresponde ao IGP-M mais 4,63% ao ano. Portanto, acima dos juros de mercado.

Além dos recursos investidos em mercado financeiro, o Fundo de Previdência possui uma Carteira Imobiliária, oriunda do antigo Instituto de Previdência do Estado, que corresponde a R\$ 25,3 milhões, com base nos valores de dezembro de 2004, composta por vários imóveis, sendo prédios, casas, áreas, terrenos, etc. alguns com contrato de locação vigentes e outros com providências tomadas, visando a sua locação para tornar rentável o Fundo de Previdência.

Nas demonstrações contábeis da PARANAPREVIDÊNCIA relativas ao exercício de 2004 consta o Parecer Atuarial onde se verifica no Laudo Atuarial que a situação Fundo de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA em 31.12.2004 apresentou-se equilibrada, com a existência de um superávit técnico de R\$ 65.016.427,60, observadas as colocações técnicas contidas na presente avaliação atuarial.

Esse superávit foi apurado, tendo em vista que o valor do ativo líquido do Fundo de Previdência, que nos foi informado pela PARANAPREVIDÊNCIA, apresentou o valor de R\$ 2.340.802.542,60.

O quadro a seguir demonstra os números apresentados no parágrafo anterior.

Reservas Matemáticas	Avaliação Atuarial	
	AT-49	GAM-83
(1) Benefícios Concedidos	1.031.845.697,00	1.059.047.778,00
(2) Benefícios a Conceder	2.799.803.105,00	3.001.032.985,00
(3)=(1)+(2) Benefícios Concedidos e a Conceder	3.831.648.802,00	4.060.080.763,00
(4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados	(1.784.294.648,00)	(1.784.294.648,00)
(5)=(3)+(4) Reservas Matemáticas	2.047.354.154,00	2.275.786.115,00
(6)=(7)-(5) Resultado Técnico	293.448.388,60	65.016.427,60
(7) Ativo Líquido do Fundo de Previdência	2.340.802.542,60	2.340.802.542,60

Considerando a necessidade de se ajustar, de forma oportuna, as hipóteses atuariais às expectativas crescentes de sobrevida futura da população de segurados da PARANAPREVIDÊNCIA, foi recomendada a adoção da Tábua Geral de Mortalidade em substituição à AT-49 para projetar a mortalidade dos segurados não inválidos.

A adoção da Tábua de Mortalidade Geral GAM-83 representa um acréscimo de R\$ 228.431.961,00 nas reservas matemáticas, o que ocasionou uma redução no superávit técnico de 31.12.2004, de igual valor, uma vez que não houve aumento das contribuições estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

São consideradas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente público a obrigação legal de sua execução por um período superior a dos exercícios (artigo 17 da LC 101/2000).

Essas despesas por apresentarem caráter de acréscimo permanente podem ser financiadas por acréscimos permanentes nas arrecadações. Considera-se aumento permanente de receita o proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuições.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2006.

Tabela 8 - Saldo da Margem de Expansão em 2006
Em R\$ 1000

Discriminação	2006
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições	981.047
2. Transferência Constitucionais e Legais	245.059
3. Saldo (1-2)	735.988
4. Saldo já utilizado	671.574
Pessoal (Concursos, Reestruturação, Promoções, Passivos e etc.)	587.983
Manutenção de Novas Penitenciárias e Educandários em Implantação	54.000
Precatórios	6.180
PASEP	23.411
5. Margem de Expansão	64.414

ANEXO II

Riscos Fiscais

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2006 conta com riscos fiscais decorrentes da não definição da Reforma Tributária.

Todo valor referente à Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir também se enquadra na situação de risco fiscal tendo em vista a não regulamentação até o momento do artigo 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42 de 19.12.2003). Os temas expostos nos parágrafos não foram regulamentados até a data do encaminhamento deste projeto de lei.

O ICMS é um tributo de competência estadual, que possui legislação própria em cada Estado da Federação. Apesar dos avanços, muitas questões são objeto de discussão, especialmente aquela que diz respeito sobre a cobrança do tributo na origem ou no destino da mercadoria, o que pode causar impacto financeiro para os Estados, com redução ou crescimento na sua arrecadação, em decorrência das alternativas possíveis em sua aplicação.

Há que se ressaltar como ponto a ser avaliado a possível necessidade de redefinição dos critérios originalmente estabelecidos para o financiamento do Fundo de Previdência em face da não realização das contribuições dos inativos e pensionistas previstas no Plano de Custeio original da PARANAPREVIDÊNCIA.

EMENDA ADITIVA Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 189/2005

Fica acrescido ao inciso XIX do artigo 4º, ao Projeto de Lei nº 189/2005, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º...

XIX - Implementar e apoiar os Municípios com forte atração turística.”

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

A emenda aditiva incluindo o inciso XIX no artigo 4º do Projeto de Lei 189/2005 faz menção ao turismo. Temos grandes atrativos para o desenvolvimento do turismo no nosso Estado. O que precisamos é investir em planejamento, organização e avaliação das atividades e Municípios com potencial. O incentivo às aplicação de investimentos públicos para o desenvolvimento de atividades turísticas, é dever do Estado, em conformidade com o crescimento dos Municípios e suas áreas de influências.

Com isso, fortaleceremos as pequenas empresas e os microempresários com o aumento da renda oriundo da criação de novos empregos.

EMENDA ADITIVA Nº 02

Fica alterado ao inciso VII do artigo 9º, ao Projeto de Lei nº 189/2005, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º...

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, correspondendo para 2006, a 13% (treze por cento) das receitas especificadas;”

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

Em síntese, a alteração ao artigo 9º, VII, passando de 12% para 13% em ações e serviços públicos de saúde é de vital importância para amenizar os problemas ocasionados pela falta de recursos, principalmente nos hospitais públicos, seja os de responsabilidade do Governo Federal, como o do Governo Estado.

Em Paranaguá, hoje estamos com o Hospital Regional (antiga Santa Casa de Misericórdia) que atende uma população de quase trezentos mil habitantes de todo o litoral, e o acréscimo do percentual será para distribuir em equipamentos e medicamentos para a manutenção do referido hospital, também.

EMENDA ADITIVA Nº 03

Fica alterado o parágrafo 3º do artigo 38, ao Projeto de Lei nº 189/2005, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38....

§ 3º O Estado concederá reposição e alteração salarial desde que respeitados os limites estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas

previstas no artigo 22, parágrafo único, item I, da referida lei.”

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

O funcionalismo da máquina administrativa do Estado é toda ela de responsabilidade dos servidores públicos estaduais e é nessa hora, que nós, homens públicos, temos que ter a obrigação e o reconhecimento por tão valorosa classe, esquecida algumas vezes.

Por isso, propomos a mudança da redação do artigo 38, dando a condição que o Governo do Estado possa efetivamente conceder reajuste reposição salarial, mas respeitando sempre os limites orçamentários e financeiros.

EMENDA ADITIVA Nº 04

Fica acrescido ao inciso 1 do artigo 2º, ao Projeto de Lei nº 189/2005, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º...

1 - Educação, Inovação, Cultura e Turismo.”

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

A emenda aditiva no item 1 (um) do artigo 2º do Projeto de Lei 189/2005 faz menção ao turismo. Temos grandes atrativos para o desenvolvimento do turismo no nosso Estado. O que precisamos é investir em planejamento, organização e avaliação das atividades e Municípios com potencial. O incentivo à aplicação de investimentos públicos para o desenvolvimento de atividades turísticas, é dever do Estado, em conformidade com o crescimento dos Municípios e suas áreas de influências.

Com isso, fortaleceremos as pequenas empresas e os microempresários com o aumento da renda oriundo da criação de novos empregos.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 05

Modifique-se no artigo 4º, diretriz com o seguinte teor:

“Art. 4º...

II - Aumentar a geração de emprego e renda, desenvolvendo atividades ocupacionais em diversos setores.”

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) RENI PEREIRA

EMENDA MODIFICATIVA Nº 06

Fica modificado o parágrafo 3º do artigo 38 do PL 189/2005, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 38....

§ 3º O Estado poderá realizar reposição e alteração salarial desde que respeitado os limites estabeleci-

dos na Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas previstas no artigo 22, parágrafo único, Item I da referida lei.”

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda encontra amparo na Constituição Federal, artigo 169, inciso I, especialmente no inciso II.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 07

Fica Alterado o artigo 45 do Projeto de Lei nº 189/2005, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, ao Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no artigo 7º desta lei.

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

EMENDA MODIFICATIVA Nº 08

Fica Alterado o artigo 7º do Projeto de Lei nº 189/2005, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o respectivo valor serão atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de um índice de atualização a ser determinado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que melhor reflita os preços da economia paranaense, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2005, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de lei orçamentária.

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

EMENDA MODIFICATIVA Nº 09

Fica Alterado o artigo 8º do Projeto de Lei nº 189/2005, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2005, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º...

Poder Legislativo.....5%

Poder Judiciário.....8,5%

Ministério Público....3,7%

Parágrafo Único. Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,90%.”

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

EMENDA MODIFICATIVA Nº 10

Altera redação do inciso XII do artigo 4º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º...

XII - criar, manter e aprimorar programas e mecanismos de atendimento a pessoas com necessidades especiais e aos idosos, facilitando-lhes os acessos à educação, trabalho, moradia e saúde proporcionando o desenvolvimento pessoal e familiar, bem como a inclusão social.”

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) JOCELITO CANTO

EMENDA ADITIVA Nº 11

Acrescenta o inciso XIX ao artigo 4º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º...

XIX - aperfeiçoamento do ensino superior nas Universidades Públicas do Estado do Paraná, ampliando os investimentos e garantindo a melhoria da qualidade de ensino.”

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) JOCELITO CANTO

EMENDA ADITIVA Nº 12

Inclua-se no artigo no Capítulo XI, do Projeto de Lei nº 189/2005, com a seguinte redação:

“Art....Fica autorizada a alocação de recursos para expansão do Ensino Superior na Universidade do Norte Pioneiro”.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

EMENDA ADITIVA Nº 13

Acrescenta o inciso XIX, ao artigo 4º do referido do projeto de lei, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º....

XIX - Criar e manter programas de atendimento às mulheres, respeitando o recorde da raça e etnia, proporcionando a inclusão social.”

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) ELZA CORREIA

EMENDA ADITIVA Nº 14

Acresça-se ao artigo 4º do Projeto de Lei nº 189/2005, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentária

para o exercício de 2005 o seguinte inciso, que passará a integrar o rol de principais diretrizes ali previstas:

“XIX - Proporcionar meios de incentivo para a produção industrial do Estado”.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) ELIO RUSCH

EMENDA MODIFICATIVA Nº 15

Objetiva a presente Emenda Modificativa dar nova redação ao inciso IV, do artigo 42 do Projeto de Lei nº 189/2005, acrescentando a expressão “rural”.

“Art. 42....

IV - Prestar a assistência financeira aos planos e ações de promoção desenvolvimento urbano, rural, regional e municipal.”

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) ELIO RUSCH

EMENDA ADITIVA Nº 16

Adicione-se o parágrafo único ao artigo 10.

“Parágrafo Único. Na elaboração do orçamento, deverão ser previstos os recursos necessários para as implantações das Regiões Metropolitanas de Londrina, Maringá e de Curitiba.”

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

Apoiamento:

Tadeu Veneri, Padre Paulo Campos, Natálio Stica, Pedro Ivo Ilkiv, Ângelo Vanhoni, e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa dar cumprimento das Leis Complementares nº 81/89, 86/2000 e 91/2002 que institui a Região Metropolitana de Londrina e da Lei Complementar nº 83/98 que instituiu a Região Metropolitana de Maringá, assim como, são demonstrados, em orçamentos anteriores, as previsões de despesas da Região Metropolitana de Curitiba.

EMENDA ADITIVA Nº 17

Adicione-se o inciso XIII ao artigo 9º.

“XIII - os recursos do Fundo Estadual de Cultura FEC, previstos no Artigo 2º da Lei nº 13.165/2001, para atendimento à pesquisa, produção artístico - cultural e preservação do patrimônio cultural paranaense.”

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

Apoiamento:

Ângelo Vanhoni, Tadeu Veneri, Padre Paulo Campos, Natálio Stica e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa dar cumprimento à Lei nº 13165, de 05.06.2001, que instituiu o Fundo Estadual de Cultura - FEC, inclusive, em seu artigo 2º, em seus incisos, determina quais são as fontes de recursos

que deverão ser alocados ao mesmo, tais como: o arredondamento de centavos para unidade de real, nos talões das tarifas de energia elétrica e de água e esgotos: doações, auxílio, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados, rendas eventuais inclusive as resultantes de depósito e aplicações de capitais; outros recursos que forem destinados, se necessário de recursos próprios, conforme o previsto no parágrafo único do artigo 4º da citada lei.

EMENDA ADITIVA Nº 18

Adite-se ao artigo 38 parágrafo com o seguinte teor:.

“§ 5º O Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria da Administração de Previdência, desenvolverá programas de prevenção às doenças relacionadas ao trabalho.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(aa) PADRE PAULO CAMPOS, TADEU VENERI, ANDRÉ VARGAS, NATÁLIO STICA e ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A cada dia são mais freqüentes as moléstias relacionadas ao trabalho e é urgente que sejam adotadas medidas para combater as causas de tais doenças.

Somente com a adoção de eficientes medidas é que se poderá preservar a saúde dos trabalhadores e a eficiência do serviço público.

A realização de tais programas tem caráter preventivo evitando moléstias profissionais futuras e ainda maiores gastos públicos com cuidados posteriores.

EMENDA ADITIVA Nº 19

Adite-se ao artigo 38 parágrafo com o seguinte teor:.

“§ 5º O Estado do Paraná adotará medidas com a finalidade de combater a prática do assédio moral no âmbito da Administração Pública do Paraná.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(aa) PADRE PAULO CAMPOS, TADEU VENERI, PEDRO IVO ILKIV, ANDRÉ VARGAS, NATÁLIO STICA e ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Para fins do disposto nesta emenda considera-se assédio moral todo tipo de ação, gesto ou palavra que atinja, pela repetição, a auto-estima e a segurança de um indivíduo, fazendo-o duvidar de si e de sua competência, implicando em dano ao ambiente de trabalho, à evolução da carreira profissional ou à estabilidade do vínculo empregatício do funcionário, tais como: marcar tarefas com prazos impossíveis; passar alguém de

uma área de responsabilidade para funções triviais; tomar crédito de idéias de outros; ignorar ou excluir um funcionário, só se dirigindo a ele através de terceiros; sonegar informações de forma insistente; espalhar rumores maliciosos; criticar com persistência; subestimar esforços.

Sabe-se que o mundo do trabalho vem mudando constantemente nos últimos anos. Novas formas de administração, reengenharia, reorganização administrativa, entre outras, são palavras que aos poucos se tornaram freqüentes em nosso meio.

No entanto, pouco se fala sobre as formas de relação no trabalho.

O problema do “assédio moral” (ou tirania nas relações do trabalho, como é chamado nos Estados Unidos, atinge milhares de trabalhadores no mundo inteiro! Pesquisa pioneira da Organização Mundial do Trabalho, realizada em 1996, constatou que pelo menos doze milhões de europeus sofrem desse drama. Problema quase clandestino e de difícil diagnóstico, é bem verdade, mas ainda assim, se não enfrentado pode levar a debilidade da saúde de milhares de trabalhadores, prejudicando o rendimento da administração pública.

A psicóloga francesa Marie-France Hirigon, autora de estudo sobre o assunto, acredita que a punição ao assédio moral ajudaria combater o problema, pois “importa um limite ao indivíduo perverso”.

Em nossa cultura competitiva, onde todos procuram vencer a qualquer custo, urge adotarmos limites legais que preservem a integridade física e mental dos indivíduos, sob pena de perpetuarmos essa “guerra invisível” nas relações de trabalho. E para combatermos de frente o problema do “assédio moral” nas relações de trabalho, faz-se necessário tirarmos essa discussão dos consultórios de psicólogos e tratá-lo no universo do trabalho.

Para que a relação de trabalho nos cargos e equipamentos do Estado do Paraná seja melhorada é que propusemos projeto de lei criando sanções administrativas para aqueles servidores públicos que assediam moralmente, em especial seus subordinados.

O princípio constitucional da eficiência (CF artigo 37) ficará assegurado na medida em que o servidor for respeitado e tiver suas iniciativas valorizadas.

Com o objetivo de dar maior visibilidade à tese de que existe o assédio moral no serviço público reproduzimos aqui uma tabela que explicita a forma como homens e mulheres respondem à provocação de seus chefes, provocações essas denominadas de assédio moral.

A tabulação a seguir apresentada é resultado de pesquisa realizada pela Dra. Margarida Barreto, médica

do trabalho e pesquisadora da Universidade Católica de São Paulo.

Sintomas	Mulheres	Homens
Crises de choro	100	-
Dores generalizadas	80	80
Palpitações, tremores	80	40
Sentimento de inutilidade	72	40
Insônia ou sonolência excessiva	69.6	63.6
Depressão	60	70
Diminuição da libido	60	15
Sede de vingança	50	100
Aumento da pressão arterial	40	51.6
Dor de cabeça	40	33.2
Distúrbios digestivos	40	15
Tonturas	22.3	3.2
Idéia de suicídio	16.2	100
Falta de apetite	13.6	2.1
Falta de ar	10	30
Passa a beber	5	63
Tentativa de suicídio	-	18.3

O problema do assédio moral atinge milhares de trabalhadores no mundo inteiro. Pesquisa pioneira da Organização Mundial do Trabalho, realizada em 1996, constatou que pelo menos 12 milhões de europeus sofrem desse drama. Problema quase clandestino e de difícil diagnóstico, é bem verdade, mas ainda assim senão enfrentado pode levar a debilidade da saúde de milhares de trabalhadores, prejudicando o rendimento na administração pública.

Quando o Governador vetou o projeto que foi aprovado neste Legislativo informou que poderia enviar projeto sanando o suposto vício de iniciativa.

EMENDA ADITIVA Nº 20

Adite-se ao artigo 4º inciso com o seguinte teor:

XVIII - elaborar e implementar Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os servidores públicos estaduais do Paraná.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) PADRE PAULO CAMPOS, TADEU VENERI, PEDRO IVO ILKIV, ANDRÉ VARGAS, NATÁLIO STICA e ÂNGELO VANHONI.

JUSTIFICATIVA:

O cumprimento do princípio constitucional da eficiência, aplicável à Administração Pública, requer servidores preparados e motivados. O brutal processo de terceirização e desmonte do serviço público resultou em profunda desvalorização dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Os trabalhadores do serviço público paranaense não se encontram organizados em carreiras e sem perspectivas de avanço profissional. Essa situação tem levado inúmeros servidores a deixar o serviço público e passarem a atuar na iniciativa privada. Os servidores públicos precisam ser valorizados e terem sua dignidade resgatada.

É nesse sentido que entendemos ser fundamental a elaboração e implantação de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Resgatada a dignidade do servidor público resgatar-se-á também a qualidade dos serviços prestados à população.

Os trabalhadores do serviço público estadual ao terem perspectivas de avanço funcional sentir-se-ão motivados e com maior empenho se capacitarão profissionalmente. A valorização do serviço público estadual passa pela valorização de seus trabalhadores.

EMENDA ADITIVA Nº 21

Adite-se ao artigo 45 parágrafo com o seguinte teor:

Parágrafo Único. À Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná caberá reproduzir o QDD e entregá-lo a todos os Deputados Estaduais.

Sala das Comissões, em 30.05.2005.

(aa) PADRE PAULO CAMPOS, TADEU VENERI, PEDRO IVO ILKIV, ANDRÉ VARGAS, NATÁLIO STICA e ÂNGELO VANHONI.

JUSTIFICATIVA:

O QDD é importante instrumento para análise da proposta orçamentária e sua execução.

É importante que todos os Deputados tenham acesso ao mencionado documento.

A Assembléia cumprirá importante papel na publicação dos dados orçamentárias.

EMENDA ADITIVA Nº 22

Adite-se ao artigo 36 parágrafo com o seguinte teor:

§ 4º O Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no artigo 37, X, da Constituição Federal por ocasião da data-base estabelecida pelas Leis nº 13.666/2002 e 9547/1991, reajustará os vencimentos, proventos, pensões e demais vantagens dos servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas, no mínimo, em percentuais equivalente ao INPC/IBGE acumulado nos últimos 12

meses que antecedem à data-base dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 30.05.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS, PEDRO IVO ILKIV, TADEU VENERI, PADRE PAULO CAMPOS, ÂNGELO VANHONI e NATÁLIO STICA.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 37, inciso X da Constituição Federal estabelece que anualmente haverá revisão geral da remuneração dos servidores públicos.

Art. 37.

X. a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices” (grifou-se)”.
O Supremo Tribunal Federal, com voto condutor do Ministro Ilmar Galvão, tem-se pronunciado em todas as ADIN’s do gênero pelo provimento parcial, no sentido de declarar inconstitucional a omissão em não cumprir a determinação expressa na Carta Magna (artigo 37, X).

Tome-se como parâmetro a decisão com relação ao Estado do Paraná onde a omissão do Chefe do Poder Executivo foi declarada inconstitucional pelo Colendo STF. Para maior clareza, transcreve-se o voto proferido na ADIn nº 2493-1 - Paraná:

“O Sr. Ministro Ilmar Galvão - (Relator): Registre-se, inicialmente, que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica em considerar as normas básicas de processo legislativo constante da Constituição Federal como de observância compulsória pelos Estados, estando aí incluídas as regras relativas à iniciativa reservada prevista no parágrafo 1º do artigo 61 do texto constitucional”.

Nesse sentido, entre outros precedentes, a ADIN 766, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; e ADIN 2.115, Rel. Min. Ilmar Galvão.

Por outro lado, o artigo 37 da Carta da República, em seu *caput*, ressalta expressamente que as normas nele contidas se aplicam à “administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Evidente, desse modo, que a regra do inciso X do artigo 37 da Constituição é dirigida, entre outros, aos Governadores de Estado, que devem observá-la na forma da iniciativa privativa prevista no mencionado artigo 61, parágrafo 1º, II, a, do texto constitucional.

No julgamento de caso análogo ao dos autos - ADIn 2.061, relativa ao Presidente da República -, o Supremo Tribunal Federal entendeu que o artigo 37, X, da Constituição Federal estabelece a obrigatoriedade de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, providência que implica a educação de lei específica, de iniciativa do Chefe do Executivo.

Tornou-se extrema de dúvida, portanto, incumbir ao Presidente, ao Governador ou ao Prefeito o cumprimento do imperativo constitucional, enviando, a cada

ano, ao Poder Legislativo, projeto de lei que disponha sobre a matéria.

Ocorre, entretanto, como destacado na inicial, que até o presente momento, embora mais de três anos tenham decorrido desde a edição da EC 19/98 e, conseqüentemente, da categórica norma do artigo 37, X - e não obstante o fenômeno da inflação se tenha feito sentir, ininterruptamente, durante todo o período -, não se registrou o necessário desfecho, de parte do Governo do Estado, de nenhum processo legislativo destinado a tornar efetiva a indispensável revisão geral dos vencimentos dos servidores estaduais.

Patente, assim, a alegada mora legislativa, de responsabilidade do Governador do Estado, que justificou o ajuizamento da presente ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

Por outro lado, não há falar, ao contrário do sustentado pelo requerido, em impossibilidade de aplicação do inciso X do artigo 37 da Carta da República por força da limitação de gastos com pessoal imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que a revisão geral anual de remuneração dos servidores decorre de imperativo constitucional, que não pode, por óbvio, ser contratado por lei complementar.

De acordo com o artigo 103, § 2º, da CF, “declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção de providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias”.

A fixação de prazo, como se vê, só tem cabimento em se cuidando de providência a cargo de órgão administrativo, o que não se verifica no presente caso, posto não se enquadrar nas atribuições administrativas do Chefe do Executivo iniciativa que, caracterizadora de ato de Poder, desencadeia processo legislativo (cf. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, “Do Processo Legislativo”, p. 202)”.

Meu voto, portanto, julga procedente, em parte, a presente ação, para o fim de tão-somente, declarando-o em mora no cumprimento do disposto no artigo 37, X, da Constituição Federal, determinar que ao Governador do Estado do Paraná seja dado ciência desta decisão.

Neste sentido também decidiu o Segundo Tribunal Regional Federal de Porto Alegre.

Administrativo e constitucional. Sindicato. Substituição Processual. Legitimidade passiva da União. Ausência de revisão geral anual de remuneração. Servidores Públicos Cíveis. Indenização. Juros de Mora. Correção Monetária. Compensação. Sucumbência.

1. A teor do artigo 8º, III da Constituição Federal, pode o sindicato pleitear em nome próprio, direitos individuais ou coletivos da categoria, não se tratando, no caso de representação processual e sim de substituição processual.

2. A União é parte legítima para figurar no pólo passivo na presente demanda.

3. Trata-se de ação de cobrança, pleiteando indenização por danos causados por omissão do Presidente da República em conceder a (ilegível) anual de remuneração prevista no artigo 37, X, da Constituição Federal, após redação dada pela EC nº 19/98.

4. A partir da Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.1998, conclui-se que o Chefe do Poder Executivo deixou de implementar a garantia constitucional da (ilegível) e anual dos salários dos servidores públicos federais, sendo indenizáveis os danos que a partir de junho de 1999 obteve-se o primeiro período anual de mora do Chefe do Poder Executivo.

5. Os valores devidos incidem em junho de 1999 (um ano após a EC nº 19/98), janeiro de 2000, janeiro de 2001 e janeiro de 2002, estas últimas em janeiro por ser essa a data-base dos servidores públicos (Leis nºs 7706/88, 7.97489 e 10.331/2001), definidas por índices inflacionários (INPC/IBGE).

6. Não demonstrado o dano moral.

7. Os juros moratórios, de 1% ao mês, devem fluir a partir da citação válida para a ação.

EMENDA ADITIVA Nº 23

Adite-se ao inciso VI do artigo 9º, após a expressão “a manutenção e desenvolvimento do ensino público” o termo com o seguinte teor:

“VII -...”básico”...

Sala das Comissões, em 30.05.2005.

(aa) PADRE PAULO CAMPOS, TADEU VENERI, PEDRO IVO ILKIV, ANDRÉ VARGAS, ÂNGELO VANHONI e NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com esta emenda que os 25% previstos no artigo 212 da Constituição Federal sejam destinados exclusivamente para manutenção e desenvolvimento do ensino público básico.

Defendemos a dotação de recursos ainda maiores para o ensino superior, mas eles não devem ser contabilizados como gastos a serem custeados com recursos previstos no mencionado dispositivo constitucional e Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

EMENDA ADITIVA Nº 24

Acrescente-se ao artigo 2º, do Projeto de Lei nº 189/2005 novo inciso, com a seguinte redação:

“Art. 2º As ações prioritárias da Administração Pública Estadual para o exercício de 2006 estão vinculadas às linhas de atuação a seguir discriminadas:

1. ...
2. ...
3. ...
4. ...

5. ...

6. Saúde Pública.”

Sala das Comissões, em 16.05.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS, PEDRO IVO ILKIV, TADEU VENERI, PADRE PAULO CAMPOS, ÂNGELO VANHONI e NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa inserir a Saúde entre as linhas de atuação prioritárias da administração pública estadual, e por tratar-se de um direito fundamental do ser humano.

Desde a aprovação da Emenda Constitucional 29, no ano de 1999, o volume de recursos destinados ao setor de saúde tem permanecido abaixo do percentual mínimo determinado pela Emenda Constitucional causando um sofrimento ainda maior principalmente às famílias de baixa renda, que tem no sistema público o único meio de tratamento e prevenção.

EMENDA ADITIVA Nº 25

Acrescente-se ao artigo 23º, do Projeto de Lei nº 189/2005 novo inciso, com a seguinte redação:

“Art. 23º Na programação da despesa poderão ser:

I - ...

II - ...

III - ...

IV - ...

V - ...

VI - ...

VII - consideradas despesas de ações e serviços de saúde os seguintes gastos:

a) assistência à saúde de clientelas fechadas;

b) merenda escolar;

c) saneamento básico realizado por órgãos da administração direta e indireta com recursos provenientes de taxas e tarifas;

d) limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos (lixo);

e) preservação e correção do meio-ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente do Estado ou por entidades não governamentais;

f) ações de assistência social não vinculadas diretamente à execução das ações e serviços dos órgãos de saúde do Sistema Único de Saúde.”

Sala das Comissões, em 18.05.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS, PEDRO IVO ILKIV, TADEU VENERI, PADRE PAULO CAMPOS, ÂNGELO VANHONI e NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Desde a vigência de Emenda Constitucional 29, o volume de recursos aplicados pelo Estado tem permanecido abaixo do percentual mínimo, que era de 10% em 2003, mas o Governo aplicou apenas 6,54%. No ano passado, 2004, o percentual mínimo passou para 12%, porém o Governo aplicou 9,41%, conforme Demonstrativo da Secretaria da Fazenda.

Além de destinar valores inferiores ao mínimo legal, o Governo tem por praxe incluir despesas como Saúde dos Servidores, Saneamento, Alimentação etc.

EMENDA ADITIVA Nº 26

Adite-se ao inciso VII do artigo 9º, in fine, texto com o seguinte teor:

“VII -...devendo todos esses e demais recursos do SUS serem alocados no Fundo Estadual de Saúde, criado pela Lei Estadual 10.703 de 10 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto Estadual 4.029 de 19 de setembro de 1994.”

Sala das Comissões, em 30.05.2005.

(aa) PEDRO IVO ILKIV, ANDRÉ VARGAS, TADEU VENERI, PADRE PAULO CAMPOS, NATÁLIO STICA e ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Os recursos do SUS não têm sido alocados integralmente no Fundo Estadual de Saúde, dificultando o controle social realizado pelo Conselho Estadual de Saúde.

Se destinados todos os recursos do SUS ao Fundo Estadual de Saúde estar-se-á assegurando o cumprimento da Emenda Constitucional 29 e da Lei Orgânica do SUS.

O controle social sobre os gastos públicos é um dos pilares do estado democrático e de direito.

A adoção dessa metodologia de dotação dos recursos assegurará também o cumprimento do princípio constitucional da publicidade aplicável à Administração Pública.

A destinação de todos os recursos do SUS para o Fundo Estadual de Saúde, além de cumprir a legislação, é uma reivindicação de todos os envolvidos com as questões do SUS.

EMENDA ADITIVA Nº 27

Acrescente-se ao artigo 3º, deste Projeto de Lei:

“Parágrafo Único. O Poder Executivo discriminará as áreas a que se refere o *caput* deste artigo com seus respectivos montantes, bem como o detalhamento das ações, através de relatório que deverá acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2006.

Sala das Comissões, em 31.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

EMENDA ADITIVA Nº 28

Acrescente-se ao artigo 17, deste Projeto de Lei:

“§ 2º O Poder Executivo visando a realização da audiência pública, prevista no artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, encaminhará à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes da audiência, relatórios de avaliação do cumprimento das metas fiscais - Anexo I, desta lei, com as justificativas de eventuais desvios e indi-

cação das medidas corretivas adotadas, da Dívida Pública atualizada, dos limites constitucionais relativos a Gastos com Saúde e Educação comparando-se previsão e execução: dos limites de Pessoal e endividamento: das ações previstas nos artigos 42 e 43 desta lei, entre outros.”

Sala das Comissões, em 31.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

EMENDA ADITIVA Nº 29

Acresça-se ao artigo 17, deste Projeto de Lei:

“§ 3º O Poder Executivo divulgará na internet, ao menos:

I - as estimativas das receitas de que trata o artigo 12, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II - a lei orçamentária anual e seus anexos;

III - A execução orçamentária com o detalhamento das ações, por Órgão e Unidade, por função, subfunção e programa, mensalmente e de forma acumulada;

IV - relatório contendo dados gerenciais referentes à execução do Plano Plurianual;

V - até o vigésimo dia de cada mês, relatório comparando a arrecadação mensal realizada até o mês anterior das receitas do orçamento fiscal e próprio da Administração Indireta as do Sistema Previdenciário do Estado, com as respectivas estimativas mensais constantes dos demonstrativos encaminhados juntamente com a proposta de lei orçamentária, bem como de eventuais reestimativas;

VI - até o vigésimo quinto dia de cada mês, relatório comparando a receita realizada com a prevista na lei orçamentária e no cronograma de arrecadação, mês a mês e acumulada.”

Sala das Comissões, em 31.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

EMENDA ADITIVA Nº 30

Acresça-se ao artigo 30, deste Projeto de Lei:

“§ 3º Para dar cumprimento ao disposto no *caput* deste artigo e as disposições do artigo 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Poder Executivo encaminhará, mensalmente, à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado demonstrativo, da aplicação dos recursos referentes a projetos, ações, bem e/ou serviços discriminando as classificações funcionais e por programas, a unidade orçamentária, a contratada ou conveniente, o objeto e os prazos de execução, os valores e as datas das liberações e as fontes de recursos.”

Sala das Comissões, em 31.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

EMENDA ADITIVA Nº 31

Acresça-se ao artigo 44, deste Projeto de Lei:

“Parágrafo Único. O Poder Executivo encaminhará bimestralmente, à Comissão de Orçamento da Assem-

bléia Legislativa do Paraná, relatório de execução das emendas de que trata o *caput* deste artigo, na forma e teor dispostos nos respectivos anexos destacando o período de sua realização e a posição acumulada.”

Sala das Comissões, em 31.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

EMENDA ADITIVA Nº 32

Acresça-se ao artigo 35, deste Projeto de Lei:

“A reserva de contingência será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no projeto de lei orçamentária, a no mínimo 1% (um por cento) da receita corrente líquida, sendo, no projeto e na lei, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.”

Sala das Comissões, em 31.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

EMENDA ADITIVA Nº 33

Acresça-se ao artigo 15, deste Projeto de Lei:

“Parágrafo Único. O Poder Executivo encaminhará à Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa do Paraná, juntamente com o projeto de lei orçamentária, demonstrativo nos termos e forma a que se refere o *caput* com indicação das respectivas fontes.”

Sala das Comissões, em 31.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

EMENDA ADITIVA Nº 34

Acresça-se ao artigo 42 deste projeto de lei:

Art. 42. A Agência de Fomento do Estado do Paraná (...) desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, assim como os entes de desenvolvimento Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU e o Fundo de Aval, respeitadas suas especificidades, observarão as seguintes prioridades:

I - ...

II - ...

III - ...

IV - ...

V - ...

VI - fomento à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, à estruturação de unidades de sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e à geração de empregos; e

§ 1º O Poder Executivo deverá enviar à Assembléia Legislativa, em até 15 (quinze) dias após o encaminhamento da proposta de lei orçamentária, plano de aplicação dos recursos dos entes de fomento referidos no *caput*, contendo o executado nos dois últimos exercícios, o previsto para 2005 e o estimado para 2006, detalhado na forma do parágrafo 4º.

§ 2º Integrarão o relatório de que trata o artigo 165, parágrafo 3º da Constituição Federal, demonstrativos consolidados, por agência e/ou entes de fomento, relativos a empréstimos e financiamentos, dos quais constarão as aplicações no período, inclusive a fundo perdido, os recebimentos no período e os saldos atuais, discriminando-se o total, setor de atividade, origem dos recursos aplicados e porte do tomador.

§ 3º É vedada a concessão ou renovação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pelos referidos entes financeiros oficiais de fomento a:

I - empresas e entidades do setor privado ou público, inclusive aos Municípios, bem como às entidades da Administração indireta, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista e demais empresas em que o município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, que estejam inadimplentes com o Estado e a União, seus órgãos e entidades das Administrações direta e indireta;

II - a empresas para importação de produtos ou serviços com similar nacional detentor de qualidade e preços equivalentes, exceto se demonstrada, manifestamente, a impossibilidade do fornecimento do produto ou prestação do serviço por empresa com sede no País.

§ 4º A elaboração dos demonstrativos a que se refere o parágrafo 2º e o plano de aplicação de que trata o parágrafo 1º deverão observar os seguintes critérios:

I - a definição do porte do tomador levará em conta a classificação adotada pelo Agente Financiador;

II - os empréstimos e financiamentos deverão ser apresentados evidenciando, separadamente, o fluxo das aplicações (empréstimos e financiamentos concedidos, menos amortizações) e os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos; e

III - a metodologia deve explicitar, tanto para o fluxo das aplicações, quanto para os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos, a composição de:

a) Recursos Próprios;

b) Recursos do Tesouro;

c) Recursos de Outras Fontes.

§ 5º Os entes de fomento e desenvolvimento referidos neste artigo deverão manter atualizados na internet relatórios de suas operações de crédito consoante as determinações constantes do parágrafo 2º.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

EMENDA ADITIVA Nº 35

Acresça-se ao Capítulo V - Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado, deste projeto de lei:

Art. 29. A Lei Orçamentária de 2006, incluirá verba necessária ao pagamento de débitos da Fazenda Pública Estadual, oriundo de sentenças transitadas em

julgado, constantes de precatórios judiciais, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal.

§ 1º As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 2º Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até 20 de julho de 2005, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2005, a serem incluídos no orçamento de 2006, especificando:

- I - número da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo de causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV - enquadramento (alimentar e não alimentar);
- V - data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- VI - nome do beneficiário e o número de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

VII - valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2005, conforme artigo 98, parágrafo 3º da Constituição do Estado do Paraná);

VIII - cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento quando se tratar de ação civil.

§ 3º A Fazenda Pública Estadual, encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado e ao Tribunal de Contas, trimestralmente, até 15 (quinze) dias do encerramento deste, relatórios de pagamento de precatórios realizados, elaborados na forma dos incisos I a VIII do parágrafo 2º destacando-se os valores originais, da correção monetária e o montante pago no trimestre e acumulado.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

EMENDA ADITIVA Nº 36

Acresça-se ao Capítulo VII - Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária, deste projeto de lei:

Art. 37. O projeto de lei conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado se atendidas as exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de

alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2005, em especial:

- I - as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 3º Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 4º O projeto de lei conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado se atendidas as exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 5º Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas nos parágrafos 1º e 2º, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

§ 6º São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para os fins do *caput* desta lei, os gastos governamentais indiretos decorrentes do sistema tributário vigente que visam atender objetivos econômicos e sociais, explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção ao sistema tributário de referência e que alcance, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

EMENDA ADITIVA Nº 37

Acresça-se ao Capítulo IX - Das Demais Disposições, deste projeto de lei:

Art. ...

O Tribunal de Contas do Estado encaminhará à Assembléia Legislativa do Paraná, informações e cópias dos respectivos processos e atos ou fatos impugnados no âmbito da Administração Pública Estadual, até 30 (trinta) dias após apreciação plenária da matéria, independentemente da deliberação exarada.

Art. ...

O Poder Executivo deverá elaborar, ao final de cada exercício, um relatório contendo os estornos de empenhos realizados no exercício discriminando: data do estorno; número do empenho; número da liquidação; valor estornado; nome do credor; histórico do empenho e as justificativas motivos do estorno.

Parágrafo Único. O demonstrativo que trata o *caput* deste artigo acompanhará a prestação de contas

anual do Governo do Estado, e deverá ser encaminhado à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas até 15 de abril do exercício subsequente ao período a que se referem os empenhos estornados.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

EMENDA ADITIVA Nº 38

Acresça-se ao Capítulo IX - Das Demais Disposições, deste projeto de lei:

Art. ...

O Poder Executivo, por intermédio do seu órgão central do Sistema de Planejamento, deverá atender, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de recebimento, às solicitações de informações encaminhadas pelo Presidente da Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa de Planos, Orçamentos Públicos relativas a aspectos quantitativos e qualitativos de qualquer categoria de programação ou item de receita, incluindo eventuais desvios em relação aos valores da proposta que venham a ser identificados posteriormente ao encaminhamento do projeto de lei orçamentária.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

EMENDA ADITIVA Nº 39

Acresça-se ao Capítulo IX - Das Demais Disposições, deste projeto de lei:

Art. ...

Em cumprimento ao disposto no artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, os titulares dos Poderes e órgãos referidos no artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000, encaminharão ao Tribunal de Contas os respectivos Relatórios de Gestão Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias após o final do quadrimestre.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

EMENDA ADITIVA Nº 40

Acresça-se ao Capítulo IX - Das Demais Disposições, deste projeto de lei:

Art. ...

Na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, bem como na Execução Orçamentária, deverá ser evidenciada a despesa com cargos em comissão em subelemento específico.

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

EMENDA ADITIVA Nº 41

Acresça-se ao capítulo IX - Das Demais Disposições, deste Projeto de Lei:

“Art....

A Lei Orçamentária para o exercício de 2006, conterá autorização para abertura de créditos adicionais até o limite de 10% do valor da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, excentuando-se, as dotações vinculadas suportadas por recursos provenientes de Convênios, Acordos Nacionais, e com Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

Parágrafo Único. É vedada a concessão de abertura de créditos ilimitados, nos termos do inciso VII do artigo 167 e 135 das Constituições Federal e Estadual, respectivamente.”

Sala das Comissões, em 31.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

EMENDA ADITIVA Nº 42

Acresça-se ao capítulo IX - Das Demais Disposições, deste Projeto de Lei:

“Art.... Para fins de apuração do cálculo dos percentuais máximos destinados aos Poderes do Estado e do Ministério Público, dispostos no artigo 8º deste projeto de lei deverão ser computadas, na respectiva base, o montante relativo às Transferências Financeiras da Lei Complementar nº 87/96, tendo em vista sua natureza.”

Sala das Comissões, em 31.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

EMENDA ADITIVA Nº 43

Acresça-se novo artigo ao Projeto de Lei 124/2004, com a seguinte redação:

“Art.... Integrará a Lei Orçamentária Anual, para efeito de normatização, fixação e aferição de resultados o Anexo de Vinculações relativos aos limites determinados pelas Constituições Federal e Estadual, bem como daqueles estabelecidos por lei específica.”

Sala das Comissões, em 31.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Sr. Presidente, para registrar a presença do Prefeito Joel, de Rio Bonito do Iguaçu que está aqui assistindo a esta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra e dá boas-vindas ao Prefeito.

Em votação o Projeto.

Para encaminhar, Deputado Marcos Valente Isfer.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Sr. Presidente, como relator da Comissão de Orçamento, presidida pelo Deputado Ademir Bier e da qual fazem parte os Deputados Traiano, Durval Amaral, André Vargas e Duílio Genari, nós tivemos oportunidade

de apresentar o relatório à Comissão e hoje de trazermos à votação.

Quando do recebimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias nós dizíamos que dentre todos os avanços que a lei continha, um, sem sombra de dúvida, prestigiava e engrandecia esta Assembléia, que era justamente quando dizia, no seu Artigo 3º que a prioridade dos investimentos seria para as áreas de menor índice de desenvolvimento humano, IDH. Isso era algo que a Assembléia já vinha, de há muito, pleiteando, já vinha, de há muito, desejando que ocorresse porque nós, em todos os momentos temos dito que efetivamente a prioridade social deve ser sobre este tipo de município.

A Comissão recebeu 43 Emendas, sendo aceitas 33 Emendas. A Emenda nº 1, Emenda Aditiva ao Artigo 4º, inciso 29, dizia a respeito de implementar e apoiar os Municípios com forte atração turística, de autoria do Deputado Waldir Leite e foi acolhida pela Comissão.

A Emenda nº 2, Modificativa, também de autoria do Deputado Waldir Leite, no Artigo 9º pedia que o pagamento de ações e serviços de Saúde, de acordo com a Emenda Constitucional 29/2000 correspondesse, para 2006, a 13% das receitas especificadas, também foi acolhida.

A Emenda nº 3, Modificativa, de autoria do Deputado Waldir Leite não foi acolhida, uma vez que havia emenda do Deputado Reni Pereira, que levou o número seis e que, como o texto era bastante similar, aproveitamos o texto do Deputado Reni Pereira e que diz o seguinte (Lê):

“EMENDA ADITIVA Nº 03

Fica alterado o parágrafo 3º do artigo 38, ao Projeto de Lei nº 189/2005, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38....

§ 3º O Estado concederá reposição e alteração salarial desde que respeitados os limites estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas previstas no artigo 22, parágrafo único, item I, da referida lei.”

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) WALDIR LEITE

COMENTÁRIO:

Emenda possível de ser acolhida, eu que pese a troca do termo “poderá conceder” para “concederá” tornar este dispositivo determinante, a parametrização do objeto pretendido se pauta nos limites definidos na LRF.

EMENDA ADITIVA Nº 04

Fica acrescido ao inciso 1 do artigo 2º, ao Projeto de Lei nº 189/2005, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º...

1 - Educação, Inovação, Cultura e Turismo.”

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) WALDIR LEITE

COMENTÁRIO:

Emenda possível de ser acolhida pois está suportada pelo Plano Plurianual. Trata-se de uma Proposição passível de Veto pois na proposta encaminhada não está elencada como Prioridade da Administração para o exercício de 2006, entretanto está tecnicamente correta a proposta.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 05

Modifique-se no artigo 4º, diretriz com o seguinte teor:

“Art. 4º...

II - Aumentar a geração de emprego e renda, desenvolvendo atividades ocupacionais em diversos setores.”

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) RENI PEREIRA

COMENTÁRIO:

Emenda possível de ser acolhida, pois tal emenda complementa a diretriz proposta pelo Executivo sem prejuízo ao Plano Plurianual que contempla ações congêneres, como abaixo demonstra-se:

2300 EDUCAÇÃO SOCIAL PROFISSIONAL DO TRABALHADOR R\$ 68.813.000,00

Qualificar trabalhadores: SPE - Sistema Público de Emprego, trabalhadores rurais, outras clientelas e Inclusão Social (trabalhador capacitado/número) RGP III - Londrina 58.620

Qualificar trabalhadores: SPE - Sistema Público de Emprego, trabalhadores rurais, outras clientelas e Inclusão Social (trabalhador capacitado/número) RGP I - Curitiba 207.240

Qualificar trabalhadores: SPE - Sistema Público de Emprego, trabalhadores rurais, outras clientelas e Inclusão Social (trabalhador capacitado/número) RGP IV - Guarapuava 43.260

Qualificar trabalhadores: SPE - Sistema Público de Emprego, trabalhadores rurais, outras clientelas e Inclusão Social (trabalhador capacitado/número) RGP V - Maringá 94.980

Qualificar trabalhadores: SPE - Sistema Público de Emprego, trabalhadores rurais, outras clientelas e Inclusão Social (trabalhador capacitado/número) RGP II - Ponta Grossa 58.620

Qualificar trabalhadores: SPE - Sistema Público de Emprego, trabalhadores rurais, outras clientelas e Inclusão Social (trabalhador capacitado/número) RGP VI - Guarapuava 64.032

EMENDA MODIFICATIVA Nº 06

Fica modificado o parágrafo 3º do artigo 38 do PL 189/2005, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 38....

§ 3º O Estado poderá realizar reposição e alteração salarial desde que respeitado os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas previstas no artigo 22, parágrafo único, Item I da referida lei.”

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) RENI PEREIRA

COMENTÁRIO:

Recomenda-se que esta Emenda seja acolhida - Esta emenda não altera o dispositivo já contemplado neste Projeto de Lei, e a troca do termo “poderá conceder” para “poderá realizar” não afetará que se almeja, e não é ponto determinante do caso em tela, uma vez que, a parametrização do objeto pretendido se pauta nos limites definidos na LRF.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 07

Fica Alterado o artigo 45 do Projeto de Lei nº 189/2005, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no artigo 7º desta lei.

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

COMENTÁRIO:

Emenda possível de ser acolhida, a proposição em nada prejudica o objeto do dispositivo, pois, se não houver correção, tal situação estará expressamente indicada na LOA, e desse modo torna-se desnecessário consignar tal condicionante.

A alteração no citado artigo foi a seguinte:

...dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no artigo 7º desta Lei.”

EMENDA MODIFICATIVA Nº 08

Fica Alterado o artigo 7º do Projeto de Lei nº 189/2005, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o respectivo valor serão atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de um índice de atualização a ser determinado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que melhor reflita os preços da economia paranaense, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respec-

tivo índice para dezembro de 2005, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de lei orçamentária.

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

COMENTÁRIO:

Emenda possível de ser acolhida. Os orçamentos aprovados normalmente são corrigidos, no início de cada exercício, pela taxa de inflação verificada no período mencionado no dispositivo para preservar o seu valor real, portanto, suprimir a expressão “poderão ser atualizadas” pela “serão atualizadas” não irá trazer nenhum prejuízo para a finalidade do citado artigo.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 09

Fica Alterado o artigo 8º do Projeto de Lei nº 189/2005, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2005, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º...

Poder Legislativo.....5%

Poder Judiciário.....8,5%

Ministério Público....3,7%

Parágrafo Único. Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,90%.”

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

COMENTÁRIO:

Pode ser acolhida - Os percentuais do Legislativo e Judiciário foram mantidos nos mesmos patamares dos exercício anteriores, somente o MP que foi majorado em 0,1%, entretanto não há neste incremento nenhuma afronta a dispositivos legais.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 10

Altera redação do inciso XII do artigo 4º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º...

XII - criar, manter e aprimorar programas e mecanismos de atendimento a pessoas com necessidades especiais e aos idosos, facilitando-lhes os acessos à educação, trabalho, moradia e saúde proporcionando o desenvolvimento pessoal e familiar, bem como a inclusão social.”

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) JOCELITO CANTO

COMENTÁRIO:

Emenda possível de ser acolhida, a modificação proposta na redação não altera o objetivo do dispositivo e as ações estão em consonância com o programa definido no PPA.

A alteração no citado artigo foi a seguinte:

XII - criar, manter e aprimorar programas e mecanismos de atendimento ao portador de deficiência e ao idoso facilitando-lhes os acessos à educação, trabalho,

moradia e saúde, proporcionando o desenvolvimento pessoal e familiar, bem como a inclusão social.

EMENDA ADITIVA Nº 11

Acrescenta o inciso XIX ao artigo 4º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º...

XIX - aperfeiçoamento do ensino superior nas Universidades Públicas do Estado do Paraná, ampliando os investimentos e garantindo a melhoria da qualidade de ensino.”

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) JOCELITO CANTO

COMENTÁRIO:

Emenda possível de ser acolhida pois tem amparo no PPA, conforme exemplifica-se abaixo:

Programa: Órgão Resp. 45 SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Objetivo: Estimular apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, segundo os dispositivos instituídos pela Lei 12.020 e promover o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão das IEES.

Público-alvo: Instituições de Ensino Superior; Instituições de Pesquisa; Centros de Tecnologia; Pólos, Redes e Parques Tecnológicos; Incubadoras Tecnológicas e pesquisadores

VALORES FINANCEIROS; Total

PRODUTO (TIPO PRODUTO/UNIDADE)

REGUIÃO METAS 2004-2007

Total: 2.496.342.920

EMENDA ADITIVA Nº 12

Inclua-se no artigo no Capítulo XI, do Projeto de Lei nº 189/2005, com a seguinte redação:

“Art. ... - Fica autorizada a alocação de recursos para expansão do Ensino Superior na Universidade do Norte Pioneiro”

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

COMENTÁRIO:

Emenda possível de ser acolhida, pois tem amparo no PPA, conforme exemplifica-se abaixo: Pelo que se percebe a proposição visa aumentar os recursos destinados à Instituição mencionada, entretanto, deve-se acompanhar esse incremento quando do encaminhamento da Proposição Orçamentária de 2006.

Programa: Órgão Resp. 45 SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Objetivo: Estimular e apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, segundo os dispositivos instituídos pela Lei 12.020 e promover o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão das IEES.

Público-Alvo: Instituições de Ensino Superior; Instituições de Pesquisa; Centro de Tecnologia; Pólos, Redes e Parques Tecnológicos; Incubadoras Tecnológicas e pesquisadoras

VALORES FINANCEIROS: Total

PRODUTO (TIPO PRODUTO/UNIDADE)

REGIÃO METAS 2004-2007

Total: 2.496.342.920

EMENDA ADITIVA Nº 13

Acrescenta o inciso XIX, ao artigo 4º do referido projeto de lei, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º....

XIX - Criar e manter programas de atendimento às mulheres, respeitando o recorde da raça e etnia, proporcionando a inclusão social.”

Sala das Sessões, em 31.05.2005.

(a) ELZA CORREIA

COMENTÁRIO:

Emenda possível de ser acolhida, pois tem amparo no PPA, conforme exemplifica-se abaixo: Pelo que se percebe a proposição visa estender programas sociais às mulheres em situação de risco e excluídas do meio social. Para tanto é necessário que o Governo Estadual desenvolva ações voltadas ao atendimento dessa proposta, as quais deverão, se aprovada nesta Lei, integrar o Projeto de Lei Orçamentária do exercício de 2006.

16 ASSISTÊNCIA SOCIAL Programa

Órgão Resp. 53 SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL

Objetivo: formular, coordenar, articular e garantir a implementação da Política Estadual de Assistência Social, em consonância com a legislação em vigor, promovendo ações de proteção, promoção e inclusão social da população destinatária da assistência social, visando garantia de direitos, o acesso à renda, bens e serviços e às políticas públicas.

Público-Alvo, Segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade e pobreza. Gestores, de serviços.

Valor consignado no PPA R\$ 437.556.170”

O SR. MARCOS ISFER

Emenda Aditiva nº 14, de autoria do Deputado Elio Rusch, também ao artigo 4º, mencionando “proporcionar meios de incentivo para produção industrial do Estado”. Da mesma forma, havia no PPA, Programa 11, Desenvolvimento da Produção, órgão responsável - Secretaria de Estado do Comércio e Assuntos do Mercosul. Podemos acolher Emenda do Deputado Elio Rusch.

Nº 15 - Emenda Modificativa aonde o Deputado autor, Elio Rusch pretendia acrescentar ao inciso IV o termo “rural” que ficaria com a seguinte redação: “Prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção, desenvolvimento urbano, rural, regional e municipal e que foi acolhido por esta Comissão”.

Emenda Aditiva de autoria do Deputado André Vargas, que adicionava ao parágrafo único, o Artigo 10. O parágrafo único ficaria acrescido do seguinte: “Na elaboração do Orçamento deverão ser previstos recursos necessários para as implantações e implementações das Regiões Metropolitanas de Londrina, Maringá...” o no texto, erroneamente, constava Curitiba. Nós tiramos o termo “Curitiba”, uma vez que a Região Metropolitana de Curitiba, já existe e já tinha previsão legal e acolhemos a sua Emenda Aditiva.

Acolhemos também a Emenda Aditiva nº 17, de autoria do Deputado André Vargas que adicionou ao inciso XIII, o artigo 9º.

Inciso VIII: “Os recursos ao Fundo Estadual de Cultura, previstos no Artigo 2º da Lei 13165 de 2001 para atendimento à pesquisa, produção artística e cultural e preservação do patrimônio cultural paranaense.

Como também no PPA já tínhamos a previsão do Fundo, nós pudemos acolher esta Emenda.

Emenda Aditiva: aditando ao Artigo 38, um parágrafo 4º com o termo “O Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração...”

(É retirado o som do microfone)

Sr. Presidente, eu pediria, com anuência do Plenário, naturalmente ouvido o Plenário, se V. Exa. pudesse me disponibilizar um pouco mais de tempo, uma vez que o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias é um pouquinho mais extenso. A menos que queiram que eu reduza e deixe por isso mesmo. Da minha parte, eu já encaminhei a todos os Deputados, cópia de toda as Emendas aceitas, acatadas.

Se alguém desejar uma discussão mais aprofundada, estou disposto para isso. Coloco-me à disposição se o Plenário entende que a discussão deva continuar ou se pode ser encerrada.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Presidente, o Deputado Marcos Isfer não está discutindo o assunto?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Discutindo.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Então, o prazo é superior! O prazo é de trinta minutos, para discussão!

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Desculpe. Eu entendi como “encaminhamento”.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Aliás, nós estávamos dando como encaminhamento.

V. Exa. tem o tempo, Deputado Marcos Isfer, para concluir.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Por isso me rendi aos dez minutos porque entendi que seria como “encaminhamento” e não como “discussão”.

Como “discussão” seria trinta minutos. Como “encaminhamento”, seriam dez minutos.

Mas rapidamente, discorrendo:

Não tivemos como aceitar a Emenda nº 19 com relação a desenvolver programas de prevenção às doenças relacionadas ao trabalho, uma vez que no PPA nós não temos nenhuma definição básica de como poderíamos incluí-los. Se alguém achar forma, não há por que não acolher. Apenas é uma questão constitucional de só podermos acolher Emendas que estejam previstas no PPA.

Da mesma forma, Emenda nº 19 que aditava ao artigo 38, um parágrafo que dizia que “O Estado do Paraná adotará medidas com a finalidade de combater a prática do assédio moral no âmbito da Administração Pública do Paraná”.

Embora ache louvável, não é matéria de Orçamento. Não havia como acolher a Emenda.

“EMENDA ADITIVA Nº 20

Adite-se ao artigo 4º inciso com o seguinte teor:

XVIII - elaborar e implementar Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os servidores públicos estaduais do Paraná.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) PADRE PAULO CAMPOS, TADEU VENERI, PEDRO IVO ILKIV, ANDRÉ VARGAS, NATÁLIO STICA e ÂNGELO VANHONI.

COMENTÁRIO:

Emenda deverá ser rejeitada pelos seguintes motivos: A proposição é genérica e o Estado já possui Planos de Cargos e Carreiras por Categoria, como: professores, policiais militares, agente fazendários e administrativos. O Estado poderá ter autorizado na LDO para implementar um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários, entretanto, cabe ao Poder Executivo enviar um projeto de Lei Específico, indicando o impacto relativo à LRF e que o mesmo possa ser melhor avaliado por este Poder Legislativo.

EMENDA ADITIVA Nº 21

Adite-se ao artigo 45 parágrafo com o seguinte teor:

Parágrafo Único. À Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná caberá reproduzir o QDD e entregá-lo a todos os Deputados estaduais.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) PADRE PAULO CAMPOS, TADEU VENERI, PEDRO IVO ILKIV, ANDRÉ VARGAS, NATÁLIO STICA e ÂNGELO VANHONI.

COMENTÁRIO:

Emenda deverá ser rejeitada por se tratar de objeto estranho à matéria orçamentária. Trata-se de ação admi-

nistrativa do Poder Legislativo devendo ser implementada com a adoção de medidas para atender ao pleito do Deputado.”

O SR. MARCOS ISFER

Sobre a Emenda nº 20, entendemos que o Governo vem sistematicamente mandando a esta Casa, Plano de Cargos, Carreiras e Salários de uma forma não igualitária de todas as classes, mas de qualquer forma tem, já encaminhado. Os professores, também haveria aqui, se deixássemos da forma como ficaria essa autorização, nós poderíamos ter um impacto relativo à Lei de Responsabilidade Fiscal. E entendemos que é uma prerrogativa do Governo, Deputado Veneri, que encaminhe para nós os Planos de Cargos, Carreiras e Salários.

Gostaríamos, sim, que viessem para todos os servidores, mas não podemos determinar qual a prioridade que o Governo deva ter e, nem de certa forma engessar.

Na emenda 21 - quero deixar claro, que numa emenda anterior já há obrigatoriedade do envio do QDD à Assembléia. A distribuição de todos os Deputados, normalmente não é feita porque seria mais de mil cópias por Deputado. Então, o que a Comissão de Orçamento em conversa já com a Mesa Executiva desta Casa se disponibiliza é a seguinte: todos os gabinetes que tiverem interesse de ter conhecimento do QDD será reproduzido. Muitas vezes reproduzir 1500, 2000 cópias sem que haja muitas vezes uma procura maior por esses dados, entendemos que não podemos forçar a Assembléia ter gastos que depois não seja naturalmente proveitosos à Casa.

Agora fica desde já o compromisso, tenho certeza em nome do Deputado Ademir Bier, Presidente da Comissão de Orçamento, em meu nome, que todos os gabinetes que desejarem o QDD, quando do envio do Orçamento estará à disposição. Basta requerer. Iremos colocar na internet, é uma previsão.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Quero sugerir que coloque on line, de maneira virtual no sistema de computação, daí não precisa imprimir, não precisa gastar dinheiro e ter acesso aos dados.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Deputado Rafael Greca, verá que mais na frente estamos pedindo que o Governo disponibilize na internet, o número mínimo de dados e, naturalmente que esse também poderá fazer parte. É que, Deputado, para que isso ocorra é bastante trabalhoso, são uma série de disquetes mas não há inconveniente, se for possível desde já fica a recomendação à Secretaria de Comissão de Orçamento para que assim proceda.

“EMENDA ADITIVA Nº 22

Autor: Bancada do Partido dos Trabalhadores

Adita-se ao artigo 38, parágrafo com o seguinte teor:

§ 4º O Estado do Paraná em cumprimento ao disposto no artigo 37, X, da Constituição Federal, por ocasião da data base estabelecida pelas Leis 13666/2002 e 9547/1991, reajustará os vencimentos dos servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas, no mínimo, em percentual equivalente ao INPC/IBGE acumulado nos últimos 12 meses que antecedem à data base dos servidores públicos do Estado do Paraná.

COMENTÁRIO: Emenda **rejeitada**, entretanto deve-se lembrar que o Poder Executivo tem vetado propostas desta natureza, alegando ser meta do Governo promover reajustes e reposições salariais, desde que sejam respeitados os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Saliente-se que o Poder Executivo, no exercício de 2004, foi alertado pelo Tribunal de Contas por ter extrapolado o limite prudencial, devendo reverter tal situação neste exercício de 2005.

Há dispositivo semelhante no artigo 40, parágrafo 3º. (Ver Emenda 03 - RJ e Emenda 06), além do que a forma de concessão é prerrogativa do Executivo e dependerá dos limites já mencionados acima.

EMENDA ADITIVA Nº 23

Autor: Bancada do Partido dos Trabalhadores

Adita-se ao inciso VI do artigo 9º, após a expressão “a manutenção e desenvolvimento do ensino público” o termo com o seguinte teor:

VII - ...“básico”...

COMENTÁRIO: Emenda deverá ser **Rejeitada** pois fere o contido no artigo 185 da Constituição do Estado que assim preceitua:

“O Estado e os Municípios aplicarão anualmente vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público”.

Para acolher tal dispositivo é necessário alterar o artigo 185 da Constituição Estadual que não prevê o financiamento tão-somente do “ensino básico”. Para tanto há que se elaborar uma Emenda Constitucional para que esta proposição tenha os efeitos desejados.”

A emenda nº 22. Nós gostaríamos e muito de acatar essa emenda. Acho que talvez fosse uma emenda que pudesse trazer a todos os servidores públicos alguma tranqüilidade. Agora, é impossível de acatá-la uma vez que neste ano em curso, o Poder Executivo já foi alertado por diversas vezes pelo Tribunal de Contas a respeito de ultrapassar o limite prudencial de gastos com o pessoal.

Então, se estabelecêssemos uma emenda que no mínimo teríamos que repor o INPC, estaríamos dizendo ao Governo do Estado, que ele mesmo que já esteja além dos gastos previstos com o pessoal teria que incorrer num erro, numa falta, uma legislação que me parece bastante importante para esta Casa, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, não há como podermos acatá-la, uma vez que nós estaríamos ferindo os preceitos legais e estaríamos dizendo para o Executivo para ter uma prática diferente daquela que nós esperamos ver cumprida.

A Emenda 23 também não podemos aceitar. Por quê? Porque esta expressão que consta na Constituição Estadual de 25% de gasto com ensino na nossa Constituição é muito clara no seu artigo 185, quando diz que os gastos devem ocorrer 25% no desenvolvimento do Ensino Público, em momento nenhum fala-se em Ensino Básico.

Então não há como contrariar a nossa Constituição, artigo nº 185.

A nº 24 era uma Emenda que pretendia acrescentar ao artigo 2º um inciso com a seguinte redação: “as ações prioritárias da Administração Pública Estadual para o exercício de 2006, estão vinculadas às linhas de atuação a seguir discriminadas”. Além das linhas já discriminadas incluía uma cesta específica de saúde pública.

Não aceitamos uma vez que entendemos que na linha de ação que fala em emprego, cidadania e solidariedade está incluída obrigatoriedade saúde pública. Se for de entendimento desta Casa que se inclua, em nada vai modificar. Agora, entendemos que estaremos sendo redundantes no texto legal e apenas falando que já consta, porque quando falamos em cidadania, solidariedade, enfim, nas principais ações e quando observamos mais a frente os anexos que traz a própria Lei Orçamentária nós vemos que isto já está contemplado.

A Emenda de nº 25 acrescentava o artigo 23 novo inciso com a seguinte redação: “Inciso VII - consideradas despesas de ações e serviços de saúde os seguintes gastos: Assistência a Saúde de clientela fechadas, merenda escolar, saneamento básico, limpeza urbana, remoção de resíduos sólidos, preservação e correção do meio ambiente, ações e assistência social não vinculadas diretamente a execução das ações e serviços de órgãos de saúde e Sistema Único de Saúde”.

Na verdade o que se pretende aqui reeditar de uma forma diferenciada é justamente a discussão que já travamos nesta Casa por três anos e que a cada ano novamente volta que é a Emenda Constitucional nº 29 que é a previsão do que são vetores de saúde. Já ficou bem claro a esta Casa que o Governo do Estado do Paraná adota como vetores de saúde ações de meio ambiente, ações de medicina fechada particularmente quando se refere ao SAS, ou seja, o atendimento aos funcionários públicos e, portanto, nós entendemos por não acolher e rejeitar esta Emenda, uma vez que nós estaríamos apenas retornando a uma discussão que já fizemos exaustivamente nesta Casa.

Acho e continuo dizendo que é muito importante que o Governo Federal defina de uma vez por todas quais são os preceitos, quais são os vetores dessa Emenda 29 para que essa discussão não continue se alastrando para todo sempre. Mas enquanto isso não ocorrer de uma forma clara e inequívoca é entendimento do Executivo

Estadual e estamos então rejeitando por entendermos que é uma discussão que “chove no molhado”.

Tivemos ainda Emenda nº 26 - uma Emenda Aditiva, que aditava o inciso VII e artigo 9º, o texto do seguinte teor:

Inciso VII - “devendo todos esses demais recursos do SUS ser alocados no Fundo Estadual de Saúde criado pela Lei Estadual nº 10.703 de 10/01/94, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 4029, de 19/09/94.”

Não pudemos acatar essa Emenda e quero deixar aqui dois esclarecimentos: por exemplo, esses recursos mesmo que geridos pelo Fundo ele não aumentaria o percentual dos 12% ou dos 13% previstos numa Emenda anterior, uma vez que são transferências realizadas pela União ou SUS e não são considerados dentro daqueles 12% e nós recebemos uma Emenda que estabelece em 13% o valor a ser aplicado diretamente na área de saúde.

Além de não acrescer, entendemos que é do gestor público, do Governador e do Executivo o direito de dizer se quer repassar esses recursos advindos do SUS para o fundo de gestão pública ou não quer. Não podemos tirar o recurso, o gestor legítimo, que é o Executivo. Se o Executivo entender que deve e que pode, ele teria que ter a iniciativa de enviar a esta Casa. Então, também não acatamos por esta razão.

Emenda nº 27. Acrescentamos ao artigo 3º um parágrafo único. O Poder Executivo discriminará as áreas a que se refere o *caput* desse artigo, com seus respectivos montantes, bem como os detalhamentos das ações através de relatório que deverá acompanhar o projeto de lei orçamentária para o exercício de 2006.

Eu diria que todas as demais emendas propiciam que a Assembléia tenha um melhor controle do orçamento, um melhor conhecimento do orçamento, inclusive com relação a precatórios. Estamos estabelecendo que todos os precatórios que venham a ser pagos devem estar já determinados na lei orçamentária de acordo com a lei federal que estabelece a numeração, os precatórios a serem pagos, a relação; da mesma forma como estabelece os percentuais que isto deverá ocorrer. Da mesma forma todas as correções orçamentárias que venham a ocorrer deverão vir detalhadas.

Foi acrescido ainda, e há pouco o Deputado Rafael Greca lembrava, um artigo 3º: o Poder Executivo divulgará na internet ao menos as estimativas da receita de que trata o artigo 12, a lei orçamentária anual e seus anexos, a execução orçamentária com detalhamento das ações por órgão e unidade, por função, sub-função e programa mensalmente de forma acumulada.

O inciso IV: relatório contendo dados gerenciais referentes à execução do plano plurianual. Inciso 5º: até o vigésimo dia de cada mês, relatório comparando arrecadação mensal realizado até o mês anterior das receitas do orçamento fiscal e próprio da administração indireta, as do sistema previdenciário do Estado, com as respectivas estimativas mensais constantes dos demonstrativos encaminhados juntamente com a proposta de lei orçamentária,

bem como de eventuais reestimativas. Inciso VI: até o vigésimo quinto dia de cada mês, relatório comparando a receita realizada com a prevista na lei orçamentária no cronograma de arrecadação mês a mês acumulada.

Enfim, tomamos o cuidado de detalhar todas as ações com relação ao orçamento, fazendo com que esta Casa possa ter um acompanhamento muito mais adequado àquilo que esperamos. Inclusive fizemos constar da lei orçamentária os fundos de desenvolvimento estadual para que possamos ter conhecimento de como são aplicados os recursos do FDE e todos os recursos que venham a ser palco de empréstimos, ou sejam recursos que sejam apropriados pelo Governo do Estado.

Buscamos em todos os momentos fazer com que a nossa atividade legislativa naturalmente seja em todos os momentos reavaliada, e demonstrar à população que esta Assembléia está atenta aos recursos públicos do Estado do Paraná, está atenta ao que é feito através da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Orçamento. E como eu disse aqui no início, parabenizando o Executivo que trata a Lei de Diretrizes Orçamentárias já de uma forma bastante apropriada quando diz o IDH deverá propiciar os investimentos na área social. Isso naturalmente é muito gratificante para essa Assembléia, que através de projeto de lei aqui votado insistia para essa execução.

Coloco-me à disposição de todos os pares para esclarecimento de algumas emendas a mais que queiram saber, apenas não as relato no total, de uma a uma, porque já vi que muitos companheiros puderam ler e ter o entendimento adequado do nosso relatório.

Agradeço a atenção de todos os Srs. Deputados, Sr. Presidente, e coloco-me à disposição dos senhores pares.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Só quero encaminhar três emendas aqui.

Ouvi o Deputado Marcos Isfer e já havia conversado com ele a respeito de três emendas que foram rejeitadas e que fizemos, através de um requerimento, a solicitação para que pudesse vir ao plenário e ser votada em plenário.

A primeira é a emenda 22 que diz respeito ao reajustamento dos salários dos servidores públicos pelo índice do INPC e IBGE.

Entendo a preocupação do Deputado Marcos Isfer, mas entendo também que se não especificarmos o índice que deverá ser reajustado os salários, não apenas no próximo período, mas nos próximos períodos, poderemos ter, por conta de uma determinação constitucional, uma situação como temos hoje. Acompanhava na parte da manhã a assembléia dos servidores do SINDIPREV, onde o Governo Federal determinou o reajustamento de 0,01%

Entendo que há um equívoco quando se manda uma mensagem como esta e que provoca uma insatisfação gerando uma paralisação como estamos vendo hoje.

Por isso o requerimento para que votemos a emenda 22 favoravelmente, em que pese o respeito pelo relator, Deputado Marcos Isfer.

Da mesma forma a emenda 24 quando traz entre as prioridades do Governo do Estado à saúde pública. Devemos ter no projeto, da lei que vai fazer o orçamento do ano que vem, que tenhamos previsto que a saúde pública é, que está listada entre as prioridades.

A emenda 25 também aqui coloca como rejeitada pelo Deputado Marcos Isfer e que foi objeto do ano que passou de um intenso debate nesta Casa. Considera como despesa de saúde algumas despesas específicas e desconsidera outras. Entendemos que não pode ser considerado por exemplo, como despesa com a saúde, embora seja uma forma de promover a saúde. Não pode ser considerada como despesa e merenda escolar, a limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos, o lixo, embora tragam ações na sua consequência de saúde.

A preservação e correção do meio ambiente, o saneamento básico com recursos proveniente de taxas e tarifas. Já fizemos um intenso debate aqui, inclusive lembrando que a justificativa para não acatarmos e que, quando o saneamento é feito com recursos do SUS, não retorna para o SUS. Ele retorna para a empresa concessionária, nesse caso a SANEPAR, que faz a sua divisão dos dividendos aos seus acionistas.

Então entendemos que essas ações não podem ser consideradas como ações à saúde. Aí o motivo de termos requerido ao Plenário para que obtivéssemos as 18 assinaturas e obtivemos, para que essas emendas possam vir ao plenário. Espero que possamos aprová-las, embora entenda os argumentos que foram colocados aqui pelo Presidente da Comissão de Orçamento, e respeito. Mas da mesma forma entendo que temos uma situação muito atípica. São três emendas específicas.

Uma diz respeito ao índice, para que não incorramos num processo como hoje estamos vendo as universidades federais, o Tribunal Regional do Trabalho, os trabalhadores ligados à Previdência que inclusive estão paralisados, que por terem uma proposta de reajustamento 0,0% acabaram tendo uma paralisação.

A outra, como já coloquei aqui, que tenhamos como uma ação específica entre as prioridades do governo, que entendo que deva ser assim, acredito que o governo também entende, a saúde.

E a terceira, obviamente é esta que acabei de relatar, que nós tenhamos especificado quais são as ações que não devem compor o rol das ações específicas da saúde. Aí volto a insistir que não podemos ter nem coleta de lixo, nem merenda escolar, nem saneamento, que embora sejam ações colaterais no que diz respeito à promoção da saúde não são ações diretas da saúde. Assim como não são ações diretas da saúde que podem estar nesse rol específico, por exemplo, o SAS que é o Sistema de Atendimento à Saúde dos Servidores Públicos, por ser um sistema fechado. O Hospital da Polícia Militar, por ser um sistema fechado.

Estes gastos não podem ser computados como gastos da saúde pública porque atendem um público específico e obviamente aí o conceito de saúde pública acaba sendo desvirtuado.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o Projeto de Lei nº 189/2005.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Rapidamente, para encaminhar, Sr. Presidente.
(**Assentimento**)

Quero fazer duas argumentações, concordando com as emendas que o Deputado Tadeu Veneri apresenta, mas há duas emendas que foram acolhidas pelo Deputado Marcos Isfer e pela Comissão de Orçamento parece-me que são importantes e que foram fruto de um veto.

Quero alertar, veja, foram acolhidas, mas já foram fruto, pelo menos do ponto de vista temático, de um veto do governador, orçamentário, qual seja, da implementação das regiões metropolitanas de Londrina e Maringá que é uma emenda de minha autoria para a LDO e foi acolhida pela Comissão e também é questão do fundo estadual de cultura que foi uma emenda coletiva do ponto de vista orçamentário. Foi vetada e agora apresentamos a LDO para embasar uma nova emenda orçamentária. Como a emenda orçamentária foi vetada pelo Governador, estou levantando essa questão porque votado de forma consensual nesta Casa, nós precisamos ter responsabilidade depois de manter aquilo que nós votamos.

Portanto, os acordos para respaldar a ação do nosso relator, pois que o relator e o Presidente da Comissão eles fazem na medida do possível um acordo, portanto, atenção ao comportamento do Governador em relação a esses dois temas. Do meu ponto de vista queria elogiar a postura do relator em acolher essas duas emendas. Da implantação do Fundo Estadual de Cultura que também é uma emenda relevante, pois que a política implementada na área da cultura no Paraná está muito aquém daquilo que se pode fazer num Estado pujante como este. A aplicação orçamentária é ínfima, do ponto de vista orçamentário e precisamos sem dúvida nenhuma em ter uma política pública democraticamente discutida e debatida e recursos suficientes para tal.

Esse é o conceito e esse é o objetivo: garantir os recursos.

Portanto, voto com o projeto. Também voto, salvas as emendas apresentadas pelo Deputado Tadeu Veneri.

Não sei se prosperou. Estão protocoladas, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Tem requerimento que vamos ler no momento oportuno.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Portanto, o projeto contempla esses dois temas.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o projeto. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. RENI PEREIRA (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, como vai ser feita a votação das emendas? Em bloco, ou foi aprovada?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Hoje estamos votando a constitucionalidade do projeto. Há requerimentos com emendas. Se forem aprovados, retorna à Comissão de orçamento.

Está aprovado em 1ª Discussão o Projeto de Lei nº 189/2005.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/2005, de 19/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 203/2005

P A R E C E R :

Projeto

De autoria do Deputado Mauro Moraes o presente projeto de lei visa obrigar a instalação de sensor de gás como prevenção para detectar vazamentos, nos estabelecimentos e prédios residenciais do Estado do Paraná que utilizem botijões de gás liquefeito de petróleo. Em sua justificativa o autor diz que “os acidentes envolvendo vazamento de gás são constante e despertam a preocupação da comunidade, que por sua vez espera a ação dos órgãos públicos no sentido de estabelecer medidas preventivas.”

Parecer

Sendo matéria de segurança é matéria que pode ser tratada no âmbito do Estado. As corporações especializadas de Bombeiros são as responsáveis pela fiscalização e emissão de correspondente alvará, viabilizando de forma técnica a segurança de prédios e estabelecimentos.

Desta forma, o Projeto de Lei nº 203/2005 deverá receber Emenda Aditiva, acrescentando-se parágrafo único ao artigo 2º para dizer:

“Voto

Sob os aspectos legais e constitucionais o Projeto de Lei nº 203/2005, encontra-se em condições de trâ-

mite, nos termos do Parecer e da Emenda. Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.06.2005.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA

“Art. 2º

Parágrafo Único. Os prédios e estabelecimentos que não cumprirem o disposto nesta lei não poderão receber o correspondente alvará nem autorização de funcionamento por parte dos órgãos públicos estaduais.”

Sala das Comissões, em 01.06.2005.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

Apoiamento:

Dúflio Genari, Ailton Araújo, Plauto Miró Guimarães e 01 ilegível.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 208/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, visa dispor sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.2005.
(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/2005, que objetiva criar cargos de provimento em comissão, com lotação na superintendência de recursos hídricos e saneamento ambiental - SUDERHSA, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CEMA. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 040/2005, de 10/05/2005-Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 262/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei deriva-se da Mensagem nº 018/2005, do Chefe do Poder Executivo Estadual e

pede autorização deste Poder Legislativo para o Governo do Estado criar, na Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental SUDERHSA, seis cargos de provimento em comissão, sendo um DAS-3 e cinco DAS-4, para serem preenchidos nos cargos de Diretor Operacional das Águas (1), Coordenador de Agência de bacia Hidrográfica (4) e Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (1).

Informa a mensagem que o montante das despesas mensais com o provimento dos cargos ora em criação importam apenas um montante mensal de R\$ 16.041,32, (dezesesseis mil e quarenta e um reais e trinta e dois centavos). A necessidade ora pleiteada é para assegurar o perfeito funcionamento da atual estrutura da mencionada autarquia.

Voto do Relator e sua Fundamentação

Trata-se de um projeto autorizatório, na sua correta aceção, de iniciativa do Executivo e com previsão constitucional. Logo, o presente projeto de lei tramitará, previamente, por esta Comissão de Constituição e Justiça, para fins de receber parecer quanto à sua regular formalidade, e, posteriormente, na comissão de mérito própria, para apreciar a conveniência e oportunidade da iniciativa.

Assim, nesta Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a questão formal, verificamos que as condições para sua tramitação estão obedecidas, seja quanto à iniciativa, seja quanto à competência, ressaltando-se apenas um aspecto de redação a ser sanado.

Trata-se de uma impropriedade de técnica legislativa de incluir no texto da lei revogação, genérica, considerando que não vislumbramos confronto desta lei com outro texto legal, prescindido assim de qualquer revogação expressa, somos de propor uma mera emenda supressiva, para excluir do texto o artigo 4º da proposição, cuja redação é “Ficam revogadas as disposições em contrário”.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável à proposição da Mensagem Governamental que objetiva obter autorização desta Casa de Leis para implementar o empréstimo retro descrito, com a modificação pela emenda supressiva apontada.

Sala das Comissões, em 01.06.2005.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 262/2005 EMENDA SUPRESSIVA

Fica suprimido o artigo 4º do projeto de lei, que tem a seguinte redação:

“Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.”

Sala das Comissões, em 24.05.2005.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

JUSTIFICATIVA:

O artigo 4º do projeto de lei deve ser suprimido, vez que a Lei Complementar nº 95, atualizado pela LC nº 107, exige que as revogações previstas em lei devem ser expressas.

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 262/2005**

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 262/2005, de autoria do Poder Executivo, objetiva a criação de cargos de provimento em comissão, com lotação na Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional e se encontra acompanhado da estimativa de impacto orçamentário, representando a implantação do projeto o custo de R\$ 16.041,32 (dezesesseis mil, quarenta e um reais e trinta e dois centavos).

O Estado pede autorização para proceder aos ajustes administrativos e orçamentários, motivo pelo qual o projeto tem condições de ser aprovado por esta Casa de Leis.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 08.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

**COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 262/2005**

P A R E C E R :

Relatório

Oriundo da Mensagem Governamental nº 18/2005, objetiva criar cargos de provimento em comissão, com lotação na Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA.

Fundamentação

Tal propositura já mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, chamada a opinar, nos termos do artigo 33, parágrafo 12 do Regimento Interno, verificou que a medida em referência, atende aos interesses da Administração, tendo em vista que os cargos em comissão propostos irão ensejar condições no sentido de que a Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, possa desempenhar com plenitude e eficiência as atribuições que lhe são conferidas, e a estimativa de impacto orçamentário, é de apenas R\$ 16.041,32 (dezesesseis mil e quarenta e um reais e trinta e dois centavos).

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do presente projeto de lei, na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.06.2005.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
CLEITON KIELSE - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/2005, de autoria do Deputado André Vargas que declara de Utilidade Pública a Escolinha de Futebol do Jardim Paraíso - Brincando e Formando Cidadão (B.E.F.C.), com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 45/2005, de 18/05/2005).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 304/2005**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado André Vargas declara de Utilidade Pública a Escolinha de Futebol do Jardim Paraíso - Brincando e Formando Cidadão (B.E.F.C.), com sede e foro no Município de Londrina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a C.T.R - Comunidade Terapêutica Redenção, com sede e foro no Município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/2005, de 30/05/2005).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 325/2005**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Ademar Traiano, declara de Utilidade Pública a C.T.R - Comunidade Terapêutica Redenção, com sede e foro no Município de Campo Mourão - PR.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente, Cultural e Assistencial Frei Miguel, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051, de 31/05/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 332/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente, Cultural e Assistencial Frei Miguel, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Planalto - AMAJP, com sede e foro no Município de Marialva. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/2005, de 31/05/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 334/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Planalto - AMAJP, com sede e foro no Município de Marialva-PR.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/2005, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual ao Centro Espírita Estrela da Caridade de Cornélio Procópio, com sede e foro no mesmo Município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 055/2005, de 06/06/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 354/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermes Fonseca, declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Estrela da Caridade de Cornélio Procópio-Paraná, com sede e foro no mesmo Município.

Pelo fato do presente projeto de lei estar em conformidade com a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a APDEERP - Associação dos Portadores de Deficiência da Escola Rocha Pombo, com sede e foro no Município de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2005, de 07/06/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 362/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a APDEERP - Associação dos Portadores de Deficiência da Escola Rocha Pombo, com sede e foro no Município de Pato Branco-PR.

Pelo fato do presente projeto de lei estar em conformidade com a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/2005, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova

o ressarcimento das despesas dos senhores Deputados, mês de maio de 2005. Resolução 003/2004. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de maio de 2005, conforme Resolução de nº 003/2004 de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.06.2005.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano, Ângelo Vanhoni e 02 ilegíveis.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 47/2005

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 47/2005 prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de maio de 2005, regulamentada pela Resolução nº 003/2004 de 15 de março de 2004, em seu artigo 14.

Após análise do relatório do movimento para atender despesas constantes da Proposição acima, concluo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto a exatidão das contas prestadas, deliberando pelo parecer favorável. **Aprovado.**

Pelo acima exposto, este relator decide pela aprovação da presente Proposição.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 14.06.2005.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

É só para fazer um registro de pesar pelo falecimento do jovem Alan da Silva Valente, de dezenove anos, morador da Rua Celeste Torquato Gabardo, assassinado às nove horas da noite de sábado, com um tiro na nuca.

Esse menino estava trabalhando e juntou dinheiro para comprar a sua motocicleta, e quando foi estreá-la, ele perdeu a motocicleta e perdeu a vida. Esse registro

triste que faço da morte de uma pessoa do povo, de um trabalhador, é para significar um apelo por maior empenho pela segurança pública da nossa grande cidade.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1881, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1882, 1883 e 1884, de autoria da Deputada Elza Correia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1886, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1896, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1898, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1899, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1905, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1906, 1907 e 1908, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1909, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1888, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, quero registrar a presença, aqui, do presidente do PSDB, de Santa Terezinha do Itaipu, o Adolfo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa registra e dá as boas-vindas ao presidente do PSDB, de Santa Terezinha.

Requerimento nº 1895, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Pela Ordem**)
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1910, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, com apoio dos Deputados Mauro Moraes, Valdir Rossoni, André Vargas e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Pela Ordem**)
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1830, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Pela Ordem**)
Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Adia-se, na forma regimental.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)
Sr. Presidente, Questão de Ordem.
Já ficou da Sessão passada.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Esse aqui já está adiado da Sessão anterior.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)
Para encaminhar, então, Sr. Presidente.
Solicito à Bancada de Apoio ao Governo que rejeite o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Para Encaminhar, ainda, os Deputados José Domingos Scarpellini e Neivo Beraldin.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)
Este convite que estamos fazendo está explícito no próprio requerimento, o que se trata e o que deve ser feito nesta Casa.

Então, gostaria de pedir ao Presidente que fizesse a leitura do inteiro teor do requerimento, mas, antes da leitura, gostaria de fazer um esclarecimento sobre o porquê que me levou a ingressar com este requerimento, convidando o Presidente da CPI caça-níquel da Câmara Municipal de Curitiba para vir até esta Assembléia e usar da palavra para esclarecer a esta Casa e ao Paraná o que realmente está ocorrendo.

O que temos visto é uma reclamação muito grande, porque tem um setor do caça-níquel que está sendo privilegiado e uma outra “empresa” está sendo prejudicada, porque tem seus caça-níqueis apreendidos pela polícia da Região Metropolitana de Curitiba. E pelo que diz o Secretário da Segurança, ele está agindo sem isenção de ânimos, mas na verdade só há a apreensão de um tipo de caça-níquel em Curitiba e aquela empresa que tem o esquema com a polícia e com a Secretaria da Segurança não tem os seus caça-níqueis apreendidos e, portanto, está havendo então uma concorrência desleal na perseguição aos proprietários de caça-níqueis. Por que uma empresa pode e a outra não pode? Se as duas estão praticando crime, se as duas estão praticando ilícito, tem que ser proibido para as duas e não apenas para uma. Por que que o Sr. Secretário da Segurança está privilegiando uma empresa?

Então, é neste sentido que eu quero que venha aqui o Presidente da CPI dos caça-níqueis para expor aqui na Assembléia realmente o que que ele sabe, quem é que está levando propinas para poder beneficiar uma empresa em prejuízo da outra.

Eu não vou entrar com requerimento aqui para convocar mais o Secretário da Segurança, porque ele vem na Assembléia para mentir, como veio da outra vez, para faltar com a verdade, como veio da outra vez, lá na Comissão de Direitos Humanos, e ainda querer gozar na cara dos Deputados, conforme ele fez naquela vez que ele saiu praticamente corrido de lá da Comissão de Direitos Humanos que eu sou o Presidente.

Eu não quero ouvir a palavra do Secretário, porque eu não confio nele. Eu quero aqui o Presidente da CPI do caça-níquel da Câmara Municipal que tem um farto material para vir apresentar sobre a corrupção que está ocorrendo com relação a isso, aqui em Curitiba.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu não vejo nenhum motivo para trazer uma CPI municipal que está sendo discutida na Câmara, a nível da Câmara Municipal para esta Casa.

Portanto, eu encaminho a votação contrária e peço a base de apoio do Governo que vote contrário a este requerimento.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu acho que o caso, para ser sensato, é o seguinte - esperar a conclusão da CPI da Câmara Municipal de Curitiba, depois requisitar o relatório aprovado pela Comissão da Câmara Municipal de Curitiba e depois, se for o caso, nós aqui na Assembléia Legislativa entrarmos mais a fundo nessa questão.

Agora, poderia se fazer também uma comissão especial de investigação, conforme sugere aqui o Deputado Marcos Isfer, e esta Comissão Especial, se V. Exa. deliberar, poderíamos então começar a ouvir o Presidente da CPI da Câmara de Curitiba, ouvir o Secretário da

Saúde, ouvir todos os segmentos, os donos de caça-níqueis, entre aspas, e todos que estão envolvidos, conforme este pronunciamento, numa comissão especial da Casa que daria um relatório mais contundente a este Poder - melhor, eu acho, do que ouvir um trabalho que ainda está sendo elaborado pela Câmara de Vereadores. Eu acho que nós temos instrumentos mais eficazes, mais rápidos e uma equipe mais forte para fazermos este trabalho desta Comissão Especial.

Eu pediria, coloco em discussão a V. Exa. e aos Srs. membros, esta formação desta Comissão que, evidentemente o Deputado Bradock, como delegado, poderia fazer parte e nos ajudar neste trabalho.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Em votação o requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Verificação de votação.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Mas qual requerimento que V. Exa. coloca? O requerimento verbal que fiz a V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O requerimento que V. Exa. fez verbal, a Casa registra e aguarda a oficialização do seu pedido.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Eu vou oficializar em seguida.

Eu peço a V. Exa. que coloque em votação o requerimento verbal que fiz a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nós estamos em votação, em processo de votação já, Deputado Neivo, do requerimento do Deputado Scarpellini. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Rejeitado o requerimento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será feita a verificação de votação.

Deputados que aprovam o requerimento queiram se levantar.

Deputados que rejeitam queiram se levantar.

Está rejeitado. Trinta e dois por quatro.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito que V. Exa. considere o meu pedido de Comissão Especial e coloque em votação tendo em vista que eu me comprometo com V. Exa. a assinar o requerimento um minuto após.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o requerimento do Deputado Neivo Beraldin tem que obedecer, depois que chegar à Mesa, for registrado, tem que entrar na ordem numérica do registro do nosso protocolo na Mesa. V. Exa. não pode antecipar o requerimento quando existem outros aguardando a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Neivo, enquanto a Mesa aprova os requerimentos que estão na Mesa V. Exa. tem que oficializar por escrito o requerimento para que possamos colocá-lo em votação.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Não há problema nenhum, Sr. Presidente. Desde que ele seja votado ainda nesta Sessão, imediatamente vou assinar e apresentar a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Requerimentos nºs 1911 e 1912, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, com apoio dos Deputados Mauro Moraes, André Vargas, Luciana Rafagnin e demais Srs. Deputados, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. DELEGADO BRADOCK (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1889 a 1893, 1903, 1904 e 1914 de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1915, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, com apoio do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para esclarecer, amanhã estes requerimentos com pedido para discutir voltarão ao Plenário para serem votados, correto?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Exatamente, Sr. Deputado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero registrar a presença do Vereador Guilherme, de Pato Branco, Líder da Bancada do PMDB na Câmara Municipal.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Presidência registra a presença do Vereador Guilherme e lhe dá as boas-vindas.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/2005.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 040/2004, 048 e 174/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 189, 203, 262, 304, 325, 332, 334, 354, 362/2005 e do Projeto de Resolução nº 012/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Despacho do Sr. Diretor

DESPACHO DO DIRETOR GERAL

Protocolo nº 2603/2005

Interessado: José Carlos Pereira Paiva

Despacho:

I - deferir somente a expedição de certidão relativa à aposentadoria do próprio requerente;

II - indeferir as demais pretensões.

Em 24.05.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Atas de Comissões

Comissão de Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos catorze dias do mês de junho de dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões das

Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para a sua quarta Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, pela deliberar sobre a seguinte Pauta: Proposição nº 47/2005. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Marcos Isfer, Relator da Proposição nº 47/2005, relativa à prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/20004, em seu artigo 14, referentes ao mês de maio de 2005. Considerando as análises expendidas, concluiu o Relator que as contas estão exatas, atendem à legislação em vigor, recebendo parecer favorável, no que foi acompanhado por todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

Maria Regina Subtil - Secretária

Comissão de Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Renato Gaúcho relatou os seguintes Projetos de Lei nºs 176/2005, 184/2005, 279/2005, 294/2005 e 311/2005, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Pre-

sidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Durval Amaral relatou o seguinte Projeto de Lei nº 009/2005, o qual foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Alexandre Curi relatou os seguintes Projetos de Lei nºs 040/2005, 048/2005, 174/2005 e 263/2005, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu,

Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

Programa de Demissão Voluntária:

Pedido de Adesão

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO

ÂNGELA DA GRAÇA ABRY, matrícula nº 40929, endereço: Rua Saint Hilaire, 167, ap. 601 - Bairro Água Verde - Curitiba / PR - CEP 80240-140, com remuneração mensal estimada de R\$1.793,99, CPF 807.360.689-53, telefone 3242-8230, lotação: DG, data de nascimento 25/11/1965.

Solicito ao Sr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 069, de 02 de fevereiro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, no período compreendido entre os dias 15 de fevereiro a 31 de agosto de 2005, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de Nível E4.

Curitiba, 13 de junho de 2005.
(a) ÂNGELA DA GRAÇA ABRY

~~*~*~*~*~*~*~*~*~*~*~*~*~*~*